

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**A QUESTÃO PALESTINA E OS IMIGRANTES E
REFUGIADOS PALESTINOS DE SANTA MARIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Camilla Meneguel Arenhart

Santa Maria, RS, Brasil

2011

A QUESTÃO PALESTINA E OS IMIGRANTES E REFUGIADOS PALESTINOS DE SANTA MARIA

Camilla Meneguel Arenhart

Monografia apresentada ao curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, área de concentração em **História Regional**, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**.

Orientadora: Ms. Neida Regina Ceccim Morales

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova o Trabalho de Conclusão de Pós-Graduação

**A QUESTÃO PALESTINA E OS IMIGRANTES E REFUGIADOS
PALESTINOS DE SANTA MARIA**

Elaborado por

Camilla Meneguel Arenhart

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Neida Regina Ceccim Morales, Ms.

(Presidente/Orientadora)

Beatriz Teixeira Weber, Dra. (UFSM)

André Fertig, Dr. (UFSM)

André Soares, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de Abril de 2011.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Pós-Graduação – Especialização em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

A QUESTÃO PALESTINA E OS IMIGRANTES E REFUGIADOS PALESTINOS DE SANTA MARIA

AUTORA: CAMILLA MENEGUEL ARENHART

ORIENTADORA: NEIDA REGINA CECCIM MORALES

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 27 de abril de 2011.

O objeto de estudo deste trabalho é a Questão Palestina, compreendida como todo o processo político que culminou no Plano de Partilha da ONU em 1947 e criou o Estado de Israel e, por conseguinte, a limpeza étnica que colocou a população palestina em fuga para outras regiões do Oriente Médio ou para outros continentes e a situação de miséria e violência em que vivem os palestinos que resistiram até o presente na região. Para tanto foi realizado um estudo sobre o processo histórico do final da década de 1930, com as primeiras ações do Movimento Sionista e as primeiras levas de imigrantes judeus para a região até a Nova Intifada, ocorrida do início de 2000 até 2004. Depois, foram analisados depoimentos de integrantes da comunidade palestina de Santa Maria, imigrantes vindos a partir da década de 1950 até a década de 1970 e refugiados chegados no ano de 2007. Através da metodologia da história oral, buscou-se resgatar o envolvimento destes com a Questão Palestina. Por último, analisou-se a adaptação dos imigrantes à sociedade brasileira, bem como a atuação destes na causa Palestina, além da situação particular dos refugiados no Brasil.

Palavras-chave: Questão Palestina; Imigrantes palestinos; Refugiados Palestinos.

ABSTRACT

The object of this paper is the Palestinian question, understood as the whole political process that culminated in the UN Partition Plan in 1947 and created the State of Israel and therefore the ethnic cleansing that has put the Palestinian population fleeing to other regions Middle East or to other continents and the situation of poverty and violence experienced by the Palestinians who survived to the present in the region. For such a study on the historical process of the late 1930s, with the first actions of the Zionist Movement and the first waves of Jewish immigrants to the region until the New Intifada, which occurred from early 2000 until 2004. Then, we analyzed statements from members of the Palestinian community of Santa Maria, immigrants from the 1950s through the 1970s and refugees arrived in 2007. Through the methodology of oral history, sought to redeem their involvement with the Palestine Question. Finally, we analyzed the adaptation of immigrants to the Brazilian society, as well as the performance of the Palestinian cause, beyond the particular situation of refugees in Brazil.

Keywords: Palestine Question; Immigrants Palestinians, Palestinian Refugees.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

UNRWA - Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos no Oriente Médio

OIR - Organização Internacional para os Refugiados

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Mapa - região do Oriente Médio em 1920	93
Anexo B – Texto – Israel: Mudança no currículo escolar	94
Anexo C – Mapa – Proposta israelense para o Estado Palestino – Acordo de Camp David (2000)	95
Anexo D – Passaporte de Abdel Samara, pai de Nessin Samara, ao chegar ao Brasil em 1959	96
Anexo E – Passaporte de Nessin Samara ao chegar ao Brasil em 1971	97

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Modelo da Carta de Cessão	87
Apêndice B – Carta de Cessão de Yusra Zardeh	88
Apêndice C – Carta de Cessão Najah Samara Alkatib e Jamil Alkatib	89
Apêndice D – Carta de Cessão de Abdel Samara Admad	90
Apêndice E – Carta de Cessão de Nessin Sâmara	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A QUESTÃO PALESTINA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.....	14
2 OS PALESTINOS NO BRASIL.....	33
2.1 Breve histórico de chegada dos palestinos refugiados no Brasil.....	33
2.2 A Comunidade Palestina em Santa Maria – RS.....	36
2.3 Os sujeitos históricos da Comunidade Palestina de Santa Maria - RS.....	38
2.3.1 Nessin Sâmara.....	38
2.3.2 Abdel Rahmam.....	41
2.3.3 Yusra Zardeh.....	49
2.3.4 Jamil Alkatib.....	52
2.3.5 Najah Sâmara Alkatib.....	56
2.3.6 Bahaeldin.....	58
3 SER PALESTINO NO BRASIL.....	61
3.1 A adaptação dos palestinos na sociedade brasileira.....	61
3.2 A atuação militante na Causa Palestina.....	69
3.3 Os Palestinos Refugiados.....	74
CONCLUSÃO.....	79

INTRODUÇÃO

Os estudos da área das ciências sociais e humanas sobre imigração são bastante numerosos no Brasil, sobretudo aqueles que tratam dos imigrantes italianos, alemães, judeus e japoneses. As demais etnias que compõem a população brasileira são pesquisadas em menor escala, talvez proporcionalmente a quantidade de integrantes.

Hoje, de cada três refugiados espalhados pelo planeta, um é palestino (JARDIM, 2006) e muitos desses vieram para o Brasil, principalmente para o estado do Rio Grande do Sul no ano de 2007, através de um programa de reassentamento. Imigrantes palestinos compõem a sociedade brasileira desde meados do século XX, entretanto, o volume de pesquisas sobre esta etnia é muito pequeno e restrito ao campo das análises antropológicas, ficando a parte histórica sobre o tema bem desfavorecida.

Durante vários séculos, a região do Oriente Médio esteve subjugada ao Império Turco Otomano e, ao final da Primeira Guerra Mundial, com a derrocada deste Império ocorre a substituição de seu domínio pela presença das potências coloniais europeias França e Inglaterra – dando condições para o início das ações sionistas, que gerariam a chamada Questão Palestina.

Conforme Yazbek (1987), no início do século XX, habitavam a Palestina um milhão de árabes e oitenta mil judeus, sendo vinte mil judeus de origem europeia. Todos praticavam a cultura e língua árabe e viviam da mesma forma que os árabes-palestinos, há vários séculos na região.

Até o início da década de 1930, a quantidade de judeus era bem reduzida na Palestina. O surgimento do nacional-socialismo alemão e as perseguições contra os judeus na Europa fizeram crescer consideravelmente a imigração judaica rumo à “*terra prometida*”. Entre os anos de 1932 e 1938, mais de duzentos mil judeus chegam à Palestina e a Inglaterra considera pela primeira vez a possibilidade de dividir a Palestina em dois Estados: um para os judeus e outro para os árabes. Dois anos mais tarde, um terço da população já é composta por judeus e cerca de 12% das terras palestinas já pertencem aos judeus.

Antes da divisão do território palestino, o terrorismo sionista tinha tomado forma irreversível contra os árabes palestinos em geral, praticando massacres como o da aldeia de

Deir Yassin, em 1947, quando mais de duzentos palestinos foram exterminados e os vestígios materiais destruídos. (YAZBEK, 1987).

Em novembro de 1947, a ONU aprovou o Plano de Partilha da Palestina. Nesse momento, havia um milhão e meio de árabes na região e 700 mil judeus. O plano de partilha determinava a criação de dois Estados: o Estado de Israel, com 14.000 Km² e o Estado Palestino com 11.500 Km² e a internacionalização da cidade de Jerusalém.

A Questão Palestina surgiu para o mundo a partir da criação do Estado de Israel em 1948 e da reação dos países árabes a esse fato. Quando as tropas da Liga Árabe ocupam a região da Galileia e atacam a cidade de Jerusalém, inicia-se um período de conflitos entre árabes e judeus que dura até hoje e faz da região do Oriente Médio “[...] *um caldeirão com tamanha efervescência, onde ardem permanentemente conflitos derivados de choques que opõem classes sociais, grupos religiosos, interesses nacionais e internacionais*”, (YAZBEK, 1987).

Nesse contexto, os palestinos iniciam um processo de retirada da região em direção a outros continentes como Europa, África e América. Como o Brasil, na década de 1950, favorecia a entrada de imigrantes visando a captação de mão-de-obra, muitos palestinos rumaram para o Brasil e alguns se estabeleceram no Rio Grande do Sul.

A grande maioria da população brasileira desconhece a situação desumana em que vivem os palestinos encurralados na região da Faixa de Gaza e Cisjordânia, muitas vezes sem água potável, sem gás ou outros elementos essenciais à sobrevivência humana. As informações veiculadas nos grandes meios de comunicação, muitas vezes, são opiniões apressadas e pouco fundamentadas que acabam agindo mais no sentido de confundir do que esclarecer. A chamada Questão Palestina, através dos conflitos entre Israel e grupos palestinos, tem espaço reservado na mídia televisiva brasileira, no entanto, a maneira como as informações são transmitidas pelos noticiários dizem respeito, em sua grande maioria, aos “ataques terroristas” com homens-bomba e o número de vítimas e repetem incessantemente os nomes das organizações “criminosas”, sobre os quais os brasileiros pouco ou nada entendem, o que não ajuda nem um pouco a informar, quanto menos a sensibilizar a respeito da situação em que se encontra essa gente que mora do outro lado do mundo, que tem uma cultura religiosa totalmente diferente da nossa e que explode o próprio corpo amarrado a bombas.

Atualmente, existe uma comunidade palestina em Santa Maria, com cerca de trezentas pessoas, entre imigrantes, descendentes de imigrantes e refugiados palestinos. Santa Maria é reconhecida como cidade multi-étnica, formada por italianos, negros, alemães, índios, japoneses, portugueses, judeus e árabes, mas os estudos sobre estes últimos, principalmente

árabes-palestinos, são quase inexistentes. Por isso, é de fundamental importância aprofundar o estudo a respeito dos acontecimentos brevemente comentados para melhor pesquisar a retirada dos palestinos do Oriente Médio até sua chegada em Santa Maria – RS.

Diante de duas problemáticas, são importantes para definir este trabalho: primeiro - a Questão Palestina, que dura mais de 60 anos se contarmos a partir da criação de Israel em 1948 e, segundo - a ignorância da população brasileira a respeito desse fato histórico e do reconhecimento da existência de uma comunidade palestina brasileira e santa-mariense. Com essas questões, a pesquisa tem como objetivo estudar o processo histórico da região da antiga Palestina para entender o presente quadro de conflito permanente entre israelenses e árabes-palestinos e as razões que levaram esses palestinos a imigrar para o Brasil e buscar refúgio aqui na cidade de Santa Maria.

Há mais ou menos cinco anos tenho me preocupado bastante com a Questão Palestina. Voltei minha atenção para essa parte da História assim que passei a entender melhor a origem dos conflitos na região do Oriente Médio, quando estudamos o processo de criação do Estado de Israel na disciplina de História Contemporânea II do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria.

Em 2008, na data em que se contou 60 anos da criação do Estado de Israel, o curso de História proporcionou uma palestra de um imigrante palestino que reside em Santa Maria desde 1975. Foi nessa ocasião que descobri a existência de palestinos, imigrantes e refugiados, nessa cidade e passei a me interessar pelo relato desses sujeitos sobre a saída de sua terra natal, sua adaptação e vivências de luta pela Causa Palestina.

Durante o estágio da disciplina de Prática de Ensino IV, realizada na graduação do curso de História, no Colégio Coronel Pillar, reunimos todas as turmas de 1º anos do ensino médio e apresentamos uma palestra sobre a Questão Palestina no auditório da Brigada Militar, com o senhor Nessin Samara (imigrante palestino que mora em Santa Maria há 40 anos) e seu filho Usama Samara. Nesse momento eu percebi a necessidade que essas pessoas tinham de falar sobre a sua história de vida e da história do sofrimento palestino após a destruição da Palestina, um povo que quer protestar por ter sido violentamente expulso de sua terra natal.

Assim, parte deste trabalho foi realizado com a contribuição de integrantes da comunidade palestina de Santa Maria, que deram seus relatos a respeito da Questão Palestina, contando suas histórias, pois são raros outros tipos de fontes históricas a respeito deste tema e a bibliografia existente trata somente da história da Palestina, dos conflitos entre os países árabes e Israel, não existindo bibliografia que trate especificamente da imigração palestina para o Brasil.

Para a realização das entrevistas com os palestinos, utilizamos a metodologia da história oral temática. A história oral temática se refere a experiências testemunhadas sobre um determinado tema. Para tanto, foi organizado um roteiro de entrevista contendo alguns assuntos considerados importantes, que foi utilizado com todos os entrevistados, tendo como tema central a Questão Palestina.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é portanto, um compartilhamento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (DELGADO, 2006, p. 15 – 16).

Os assuntos foram abordados em diferentes ordens, conforme evoluía a narrativa de cada entrevistado. O objetivo maior era captar as relações de cada membro com a Questão Palestina. Em segundo lugar, buscou-se conhecer as consequências do conflito nas vidas dessas pessoas, conhecendo um pouco suas histórias de vida. Segundo MEIHY (2000) *“Essa forma de história oral tem sido muito apreciada porque, ao mesclar situações vivenciais, a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador”*.

Apesar das diferenças entre suas histórias de vida, das divergências políticas, das diferentes classes sociais a que pertencem alguns, todos tiveram história de ligação com a Questão Palestina, ou tiveram suas vidas completamente transformadas pelo fato de serem palestinos, o que fez com que suas narrativas fossem consideradas importantes para este trabalho.

Seus depoimentos tornaram possível recuperar informações sobre acontecimentos que não podem ser encontrados em outras fontes documentais e bibliográficas. Além disso, ao fazer história oral, o historiador busca também dar voz a sujeitos históricos que não aparecem nas histórias oficiais, de maneira com que essas pessoas possam contribuir para a construção de uma narrativa “vista de baixo”, ou seja, para que possamos conhecer o significado e as consequências dos grandes eventos na vida pessoal de cada um dos depoentes, que presenciaram alguns dos acontecimentos da história da Questão Palestina, a serem explicitados no primeiro capítulo deste trabalho e, assim ter uma noção da população palestina que fora expulsa de sua terra com a colonização sionista.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve história da Questão Palestina. Através de fontes bibliográficas, foi feito um resumo dos principais acontecimentos, desde o início da imigração dos judeus para a Palestina até os

últimos acordos do Processo de Paz de Oslo e a Nova Intifada. Destacam-se, neste capítulo, dois autores principais: Gataz, que, em seu livro *A Guerra da Palestina*, apresenta todos os conflitos, discussões e acordos políticos mais importantes, e Pappé que, em *La Limpieza Etnica de Palestina*, conta sobre os horrores praticados pelos judeus para expulsar os palestinos de suas terras por volta do ano de 1948. A escolha dos autores utilizados na revisão bibliográfica está de acordo com o meu posicionamento pessoal, claramente perceptível na elaboração do texto e também na utilização das fontes.

O segundo capítulo trata da participação do Brasil nos programas de reassentamento de refugiados através da Organização Internacional para os Refugiados – OIR, primeiramente, e depois, através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR; aborda a chegada dos imigrantes e refugiados ao Brasil; apresenta a comunidade palestina de Santa Maria e os depoimentos dos palestinos entrevistados.

Por fim, o terceiro capítulo faz uma análise dos depoimentos nas entrevistas, mostrando como ocorreu a adaptação dos palestinos na sociedade brasileira, como os palestinos atuam na luta pela Causa Palestina e apresenta um quadro mais amplo da questão dos refugiados no Brasil.

Esperamos, com este trabalho, levar ao espaço acadêmico o conhecimento e reflexão desta temática, que parece não ter recebido atenção do campo da História, bem como à população santa-mariense um pouco de informação a respeito desse povo que carece de atenção e apoio para que resista e encontre mais coragem para continuar transmitindo forças àqueles que estão lá no Oriente Médio ainda sofrendo violência de todo o tipo diariamente.

1 A QUESTÃO PALESTINA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Em um estudo com a proposta de refletir sobre um povo que deixou sua terra natal para viver em uma outra, tão desconhecida e tão pouco familiar, como é o caso dos palestinos que moram no Brasil, se faz necessário, em primeiro lugar, o conhecimento sobre as razões determinantes de tal realidade.

A razão fundamental do refúgio de palestinos no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo está vinculada a um dos mais importantes conflitos contemporâneos, a Guerra da Palestina, que já dura cerca de 80 anos, considerando-se o início dos conflitos entre árabes palestinos e judeus na década de 1930 e seus desdobramentos até o presente.

Uma vez que fala-se de palestinos, um povo originário de uma região que não existe mais como fora antes de 1948, há que se entender o significado da designação “Palestina”. Neste trabalho, Palestina refere-se a uma parte territorial equivalente à antiga província otomana (ver mapa em Anexo A), que abrangia os atuais Estados de Israel, Jordânia e os territórios ocupados por Israel desde 1967 (Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental). Hoje, após a evolução dos acontecimentos da chamada Questão Palestina, o espaço reivindicado pela população palestina para o estabelecimento de seu Estado resume-se às regiões da Faixa de Gaza e Cisjordânia, com capital em Jerusalém.

A Guerra da Palestina começou no final da década de 1930, com os primeiros conflitos graves entre os árabes nativos e os judeus recém chegados, imigrantes amparados nas ideias do Movimento Sionista¹ e na execução do projeto de criação de um Estado judeu em solo palestino.

O conflito daí decorrente continua sem solução ainda hoje porque é do interesse de Israel possuir todo o território da antiga Palestina com a menor quantidade possível de população palestina. E os palestinos, por sua vez, não desistem de lutar pelo retorno à terra que lhes foi usurpada. GATAZ (2003) explica que em meio aos palestinos e judeus existem

¹ O sionismo político é uma ideologia nacionalista-colonialista, surgida na Europa Oriental no final do século XIX, em decorrência da emancipação dos judeus e a ameaça da perda de sua identidade cultural e religiosa. O jornalista austríaco Theodor Herzl é considerado o fundador do movimento. Em 1896, Herzl lançou um pequeno livro intitulado O Estado judeu, e no ano seguinte promoveu o primeiro congresso sionista em Basileia, na Suíça. O sionismo previa a colonização judaica da Palestina, com a conseqüente remoção da população árabe nativa – os palestinos – o que veio a originar os conflitos que até hoje se estendem na região. (GATAZ, 2003, p. 19).

pensamentos diferentes a respeito da solução para o problema. Estes estão divididos entre *rejeicionistas* e *acomodacionistas*. Os primeiros não aceitam a possibilidade de convivência dos dois povos e Estados. Os *acomodacionistas* acreditam que a solução viável seria o estabelecimento dos dois povos em dois Estados nacionais na região da antiga Palestina, hoje Israel, ou a criação de um Estado binacional, onde os dois povos possam conviver pacífica e democraticamente. Afora os dois atores principais já citados há que se conhecer a participação ativa das grandes potências mundiais envolvidas desde o princípio na Questão Palestina, principalmente os Estados Unidos.

Segundo GATAZ (2003), durante esses 80 anos de Guerra da Palestina, houve nove grandes eventos de violência entre a população palestina e os judeus, tendo sido envolvidos outros países árabes em cinco desses acontecimentos, além da participação definitiva da Inglaterra², num primeiro momento, e dos Estados Unidos, a partir de um segundo momento até a fase atual do conflito.

A historiografia em geral tem classificado cada um desses nove eventos como sendo guerras distintas, no entanto, concordamos com GATAZ (2003), que prefere tratá-los como fases da Guerra da Palestina, fruto das consequências do Movimento Sionista. Tais eventos são: a Guerra civil de 1936 a 1939, quando árabes palestinos lutaram contra os imigrantes sionistas e as tropas de ocupação britânicas; Guerra civil de 1947-1948, envolvendo os mesmos atores do conflito anterior; Guerra de 1948-1949 (Primeira Guerra Árabe-Israelense), logo após a criação do Estado de Israel, quando Egito, Jordânia, Líbano, Síria e Iraque se envolveram e acabaram derrotados pelos israelenses; Guerra de Suez, outubro de 1956, quando houve um choque entre Israel e Egito, e as potências França e Grã-Bretanha envolveram-se para resolver a questão; Guerra dos Seis Dias, junho de 1967, Israel ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, Faixa de Gaza e Colinas de Golã; Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão), outubro de 1973, quando Egito e Síria enfrentam Israel; Junho de 1982, quando tropas israelenses invadem o sul do Líbano para atacar a Organização para a Libertação da Palestina - OLP; Intifada de 1987-1991, o levante da população palestina contra os israelenses, que continuavam ocupando violentamente a Faixa de Gaza e a Cisjordânia; e a Nova Intifada ou Intifada de Al-Aqsa³ em setembro de 2000.

² A Inglaterra teve intensa participação na Questão Palestina desde o início do século XX, quando apoiou o Movimento Sionista no desenvolvimento do projeto de criação do Estado judeu, saindo de cena após a Segunda Guerra Mundial para resolver problemas internos decorrentes desse conflito. No período imediato ao pós Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos passam a atuar ativamente na Questão Palestina, apoiando o lado judeu, fato que permanece até o presente.

³ Al-Aqsa é o nome de uma mesquita da Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém. É um local sagrado para os muçulmanos. A palavra Al-Aqsa significa Mesquita distante e remete a uma passagem do Alcorão onde Maomé

Com o desenrolar dos primeiros eventos surgiu a chamada Questão Palestina, consequência das ações do Movimento Sionista que passa a tomar as propriedades dos árabes nativos e praticar violência contra estes, que ficam cada vez mais encurralados em pequenos cantos do antigo território palestino ou são obrigados a buscarem refúgio em outros países. A Questão Palestina significa, então, a destruição de uma forma de vida de uma população, direta ou indiretamente, em função dos interesses de um outro povo e de outras nações e o sofrimento e luta desse povo palestino pelo direito de ter um Estado independente.

A imigração de judeus para a Palestina iniciou no final do século XIX. No ano de 1914, existiam 14 assentamentos judeus coletivos e uma cidade judaica chamada Tel-Aviv em solo palestino. Com o acontecimento da Primeira Guerra Mundial, a imigração judaica para a Palestina aumentou consideravelmente, prejudicando a vida da população local, haja vista que com a chegada desses imigrantes começava a disputa por terra e discriminações por parte dos judeus contra os costumes árabes gerando os primeiros atritos entre as duas etnias.

Com o desmantelamento do Império Turco-Otomano, no final da Primeira Guerra Mundial, a grande província do Oriente Médio é dividida entre Inglaterra e França, potências europeias vencedoras do conflito. A Inglaterra e a França controlavam militarmente todo o Oriente Médio e o Magreb⁴. O Iraque, a Transjordânia⁵ e a Palestina estavam submetidos ao mandato inglês, enquanto o Líbano e a Síria estavam sob mandato francês.

Sem o conhecimento dos árabes, a Inglaterra já negociava com os sionistas o destino da Palestina há algum tempo e, no final de 1917, definiu o rumo de grande parte da história do Oriente Médio para todo o resto do século, com a Declaração Balfour, que indicava o posicionamento favorável do governo inglês ao estabelecimento de um “lar judeu” na Palestina. Isso possibilitou o início da grande migração judaica para a ‘Terra Santa’. O Movimento Sionista era amplamente assegurado pela Inglaterra que facilitou e apoiou o aumento da imigração e aquisição de terras pelos judeus na Palestina. A criação do Estado judeu no Oriente Médio representava a conquista de um aliado pró-ocidente numa região de enorme importância geográfica, já que liga os três continentes.

Anteriormente a isso, os britânicos tinham prometido a independência e soberania para cada um dos futuros Estados árabes, inclusive à Palestina. E com essa nova decisão, o destino

faz uma longa viagem de Meca até a Mesquita de Al-Aqsa. A Intifada de Al-Aqsa tem esse nome porque o início da revolta aconteceu com a visita de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, impedindo durante horas a entrada de palestinos no local sagrado.

⁴ O Magreb localiza-se a noroeste do continente africano, a palavra significa "onde o Sol se põe". É formado pelos atuais países do Marrocos, Argélia, Tunísia Saara Ocidental e Mauritânia. Podendo se expandir até a Líbia, no chamado grande Magreb.

da Palestina acabou sendo determinado por agentes externos, enquanto que a população nativa nunca fora consultada, como bem demonstra o texto do relatório “*As Origens e Evolução do Problema da Palestina: 1917 -1988*”, publicado pela ONU em 1990:

Essa cláusula não menciona o povo palestino ou árabe, seja cristão ou muçulmano, que compreendia mais de 90% da população da Palestina, e que possuía quase 97% de sua terra. Em vez disso, a Declaração refere-se aos palestinos como ‘as comunidades não-judaicas da Palestina’, uma formulação que seria equivalente a chamar a multidão de ‘os não-poucos’, ou o povo inglês de ‘as comunidades não-continentais da Grã-Bretanha’. (UNITED NATIONS apud GATAZ, 2003, p. 44).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos, junto com a Inglaterra e França, formavam o Alto Comando da Liga das Nações, que pretendia gerir a ordem das relações internacionais. Por isso, em 1923, o presidente norte-americano Thomas Wilson enviou uma comissão ao Oriente Médio para saber como estava a situação nos territórios sob mandato inglês e francês. Logo que chegaram a Damasco, os americanos presenciaram o Congresso Geral Sírio realizado pelos árabes. Como resultado do Congresso, os árabes adotaram uma resolução que exigia a independência completa da Grande Síria⁶ e rejeitava qualquer tipo de submissão a governo estrangeiro. Então, os enviados do governo norte-americano relataram sua preocupação com os objetivos dos árabes, que eram completamente contrários aos dos Estados europeus e dos sionistas:

Se [o princípio da autodeterminação] deve prevalecer, e os desejos da população da Palestina forem tão decisivos quanto ao que deve ser feito com a Palestina, então devemos lembrar que a população não-judaica da Palestina – quase nove décimos do total – está enfaticamente contra o programa sionista na íntegra. [...] A Conferência de Paz não deve fechar os olhos ao fato de que o sentimento anti-sionista na Palestina e Síria é intenso e não deve ser desconsiderado. Nenhum oficial britânico consultado acredita que o programa sionista possa ser levado a não ser pela força das armas. Os oficiais acreditam que uma força de no mínimo 50.000 homens seria necessária apenas para iniciar o programa. Isso evidencia o forte sentimento, por parte das populações não-judaicas da Palestina e Síria, da injustiça do programa sionista. As decisões exigindo a força das armas são às vezes necessárias, mas certamente não serão voluntariamente aceitas se forem em interesse de uma séria injustiça. Pois a reivindicação submetida pelos representantes sionistas, de que eles têm um ‘direito’ à Palestina baseado em uma ocupação de dois mil anos atrás, não pode ser seriamente considerada. (UNITED STATES GOVERNMENT, 1944 apud GATAZ, 2003, p. 52-53).

O texto deste documento prova que Estados Unidos e Inglaterra conheciam muito bem o ânimo dos atores envolvidos nesta disputa. Uma das principais discussões dos judeus, talvez

⁵ Transjordânia era o antigo nome do atual país da Jordânia, que se tornou independente em 1946, passando a se chamar Reino da Jordânia.

⁶ Região que compreendia a Síria, o Líbano, a Palestina e a Transjordânia.

a mais importante questão desde os princípios do projeto sionista, era a respeito do que fazer com a população árabe nativa. Conforme GATAZ (2003), havia dois grupos de judeus com opiniões diferentes. Um dos grupos era a favor da criação de um Estado binacional para judeus e palestinos, enquanto que o outro grupo objetivava expulsar os árabes do novo Estado judeu.

Durante os anos 1920 e 1930, os sionistas discutiam o destino que deveriam dar aos árabes nativos da Palestina. Ao final, os líderes judeus, encabeçados principalmente por David Ben Gurion⁷, decidiram adotar a política de expulsão da população árabe de toda a região da antiga Palestina, após a criação do Estado de Israel.

A população nativa da Palestina, expulsa de suas terras, iniciou forte reação a partir de 1918, tornando-se mais violenta no final de década de 1920, resultando em centenas de mortes de judeus, árabes e ingleses. A exemplo, em 1929 houve um conflito motivado pela disputa do controle dos santuários de Jerusalém e o conflito espalhou-se pela Palestina, causando a morte de mais de 200 pessoas (GATAZ, 2003).

O governo inglês preocupava-se com a situação conflituosa e tentava voltar a dominar a cena político-administrativa na região. Através de observações e documentos demonstrava interesse em recuperar o comando dos assuntos ligados à imigração judaica e transferência de terras. Contudo, a reação dos sionistas era decisiva e obtinha sucesso ao pressionar os ingleses, fazendo com que estes logo voltassem a defender os objetivos judaicos deixando em segundo plano os problemas causados aos palestinos.

As tentativas palestinas de impor-se frente à situação instaurada tomavam várias formas: ataques contra os britânicos para demonstrar repúdio a sua política pró-judeus e a organização política de um comitê árabe que defendia as ações de boicote aos estabelecimentos sionistas e o não-pagamento dos impostos britânicos, greves e rebeliões com muitas mortes, a maioria de palestinos.

Em maio de 1939 o governo britânico publicou um memorando desmentindo a intenção de criar um Estado judeu. Como medidas emergenciais, previa a restrição da imigração judaica a 75 mil pessoas nos próximos cinco anos, seguida de sua proibição total e o controle inglês das operações de transferências de terra. Também estabelecia o término do mandato inglês na região em 1949, com a independência da Palestina e a divisão do poder estatal entre árabes e judeus.

⁷ Líder do Movimento Sionista e o primeiro homem a ocupar o cargo de Primeiro Ministro de Israel.

Com essa atitude, a Inglaterra deixou de ser o vital aliado dos sionistas, que recorreram aos Estados Unidos para continuarem a execução de seu plano. Com a Segunda Guerra Mundial, a imigração ilegal dos judeus aumentou e possibilitou a grande estruturação militar dos mesmos para o futuro Estado de Israel.

Grande parte dos países do Oriente Médio obteve sua independência durante os anos 1940, em decorrência do enfraquecimento político e econômico de Inglaterra e França no final da Segunda Guerra Mundial. O Iraque, que estava sob mandato inglês, já havia se tornado independente em 1932, o Líbano obteve sua independência da França em novembro de 1943, a Síria em janeiro de 1944 e o Reino da Jordânia obteve independência da Inglaterra em março de 1946. Assim, apenas a Palestina não obteve sua independência, pior, vivenciou uma série de conflitos que destruíram sua organização social, econômica, dizimaram grande parte da população de então e que continuam a maltratar os palestinos que resistem na região até hoje.

No decorrer da década de 1940, os judeus defendiam os seus assentamentos e atacavam militarmente os ingleses para adiantar o término de seu mandato, além disso, iniciavam as práticas terroristas através de ações de grupos paramilitares expulsando os palestinos de suas terras.

O governo inglês não podia reagir contra os sionistas porque corria o risco de perder os empréstimos dos Estados Unidos, dos quais precisava para reconstruir a Inglaterra após as destruições da Segunda Guerra Mundial. Então, obrigou-se a deixar a questão para a ONU resolver e entre os anos de 1947 e 1948 foi progressivamente retirando-se da Palestina, deixando-a em conflito total.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se os principais defensores da causa sionista, em função de seu interesse nas reservas energéticas da região, resultando na aprovação do Plano de Partilha da Palestina, em 29 de novembro de 1947 pela ONU. As exigências sionistas foram atendidas pela Resolução 181 da ONU, ficando os judeus com 56% do território total da Palestina, a maior parte da terra fértil, uma espécie de compensação pelo que os judeus sofreram com o holocausto na Europa.

Conforme o raciocínio que orientou a partilha, o Estado judaico deveria ter uma população de maioria judaica e que fosse mínima a quantidade de judeus em Estado Árabe. Com a divisão estabelecida, ficariam apenas 10 mil judeus fora de Israel, nas partes territoriais destinadas ao Estado palestino. Mas essa maioria era um ponto muito frágil, pois os árabes em Israel tinham uma população de 497 mil pessoas, enquanto que os judeus eram

498 mil pessoas. Sendo o crescimento populacional árabe exponencialmente maior que o judeu, em pouco tempo a maioria da população voltaria a ser árabe.

Os árabes não aceitaram a divisão, vista como um ato de agressão contra seu povo. Já os sionistas aceitaram o plano como início da caminhada em direção ao seu objetivo maior que era a expansão do Estado de Israel por todo o território da Palestina. Para tanto, os judeus tinham um plano muito bem arquitetado de expulsão dos árabes e tomada de suas propriedades de modo que estes não pudessem mais representar empecilhos à montagem do Estado judeu.

Conforme GATAZ (2003, p. 105) “*era ponto pacífico entre a liderança sionista que os árabes teriam de ser desalojados do país para ‘abrir espaço’ aos colonos judeus*”. Alguns achavam possível fazer isso por meio de negociações, mas os principais líderes não tinham dúvida da necessidade de remoção dos palestinos através da força.

O movimento sionista planejou a criação do Estado de Israel e passou a organizar um aparato administrativo e grupos militares treinados e financiados, no início, pela Inglaterra, e em outros momentos pela União Soviética, Estados Unidos, Tchecoslováquia e até mesmo pela ONU.

A realização do projeto de criação do Estado israelense teve início com a implantação de um sistema de pesquisa minuciosamente esquematizado que visava a obtenção do conhecimento total da área da Palestina. Isso incluía não só os aspectos físicos da região como o registro topográfico das aldeias com a idade das mesmas, mas principalmente os aspectos culturais, sua organização política e administrativa, suas propriedades, seus costumes, a produção econômica, enfim um mapeamento completo do *modus vivendi* dos nativos.

Jovens judeus eram treinados para a prática da espionagem, aprendiam a língua e os costumes árabes, para infiltrarem-se nas aldeias palestinas e coletarem as informações necessárias.

Toda a pesquisa era planejada sob sigilo absoluto pelos membros da cúpula sionista. Nem mesmo os ingleses conheciam os locais onde os judeus se reuniam para realizar os estudos. Após o recolhimento e organização de todos os dados obtidos, a cúpula decidia as ações a serem executadas para a concretização da criação do lar judeu.

Conforme PAPPÉ (2006), em 1947, os líderes do movimento sionista contavam com um estudo completo sobre as aldeias palestinas e listas com nomes de palestinos envolvidos em grupos de resistência ou suspeitos de envolvimento que deveriam ser “procurados”.

Com as informações adquiridas, os judeus constataram que os palestinos não contavam com uma organização administrativa e militar centralizada e forte que garantisse

sua defesa e, assim puderam implantar com facilidade a operação de Limpeza Étnica⁸ (PAPPÉ, 2006) contra a população árabe.

A Palestina era formada por muitas aldeias, cerca de 1200, que representavam a ocupação de 75% de seu território total, habitadas majoritariamente por árabes. As cidades existiam em menor quantidade, com menor população que as aldeias e nelas conviviam palestinos e judeus em números quase iguais.

As aldeias eram espaços rurais onde os palestinos tinham suas residências e seus meios de subsistência que eram formados basicamente pelo cultivo de amêndoas, figos, oliveiras e criação de alguns animais. Além disso, as aldeias contavam com escolas, templos religiosos, atendimentos de saúde, enfim todo o necessário para uma vida em sociedade, onde conviviam muçulmanos, cristãos e judeus.

Em razão da Palestina ter tido um povoamento majoritariamente rural, os judeus criaram o mito sionista oficial, ou seja, diziam que a Palestina era uma terra inabitada pelo fato de haver poucas cidades. Logo, construindo Israel neste lugar, os sionistas estariam dando uma *“terra sem povo para um povo sem terra”*. E, por mais absurdo que possa parecer esta afirmação quando se conhece a verdadeira história do povo palestino, esta é a maneira como a história de Israel é relatada até mesmo nos livros didáticos utilizados na educação básica do país.⁹

Mesmo não tendo aceitado o conteúdo da Resolução 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947, que decretava a Partilha da Palestina, os palestinos aguardavam novas negociações com os judeus para resolver a questão de maneira que não houvesse a necessidade de dividir o território. Eles não faziam ideia do tamanho da catástrofe que estava por acontecer contra seu povo e sua terra.

As ações judaicas que visavam a limpeza étnica tiveram início nos primeiros dias de dezembro de 1947, por meio da intimidação feita com panfletos ameaçadores contra as pessoas que colaborassem com o Exército Árabe de Libertação¹⁰. Em seguida, os sionistas escolheram as primeiras aldeias e atacaram-nas sem piedade, durante a noite, atirando aleatoriamente. Pode-se dizer que seu objetivo resumia-se em ocupar, destruir e expulsar, ou

⁸ Limpeza étnica é a ação de um determinado grupo humano de eliminação de outro grupo humano considerado indesejável. É considerado um crime contra a humanidade, punido pelo direito internacional.

⁹ Texto da revista Nova Escola, do ano de 2009, (ver Anexo B).

¹⁰ Entre janeiro e maio de 1948 cerca de 4 mil voluntários de países árabes formavam o Exército de Libertação Árabe, pobremente armados e organizados, com comitê em Damasco, com a finalidade de defender a Palestina da campanha terrorista dos sionistas.

seja, livrar-se da população árabe e de tudo que permitisse lembrar da sua existência para dar início ao Estado de Israel.

Os militares judeus foram divididos em brigadas e cada uma recebia uma lista com os nomes das aldeias e bairros com as datas exatas para realizar o ataque. Algumas aldeias eram totalmente arrasadas e a população violentada e expulsa. Outras aldeias não eram destruídas, mas a população sofria a violência e expulsão. Poucas aldeias resistiram e até hoje não se sabe ao certo o motivo destas terem sido poupadas.

Os ataques eram muito violentos. Muitas mulheres foram estupradas e homens de idade entre dez e cinquenta anos, quando escapavam de serem assassinados, eram enviados a campos de trabalho forçado construídos pelos judeus (PAPPÉ, 2006). Aconteceram assassinatos em massa em razão de não ter local para onde levar os capturados, pela falta de campos de prisioneiros, que foram construídos em outubro de 1948. Em alguns ataques, os judeus utilizaram armamento pesado, aviões para lançamento de bombas e armas biológicas.

O ataque mais conhecido pela crueldade e quantidade de mortos é o da aldeia de Deir Yassin, ocorrido em abril de 1948. Cerca de 250 pessoas morreram, entre elas estavam trinta bebês, e mulheres foram violentadas antes de serem mortas. Os judeus não tinham um motivo específico para matar, a não ser o fato de que aquelas pessoas eram palestinos, por isso atiravam indiscriminadamente, como denota o testemunho de Zaydan, um palestino que na época tinha apenas doze anos e presenciou a agressão:

Nos llevaron uno detrás de outro; dispararon a un anciano y cuando una de sus hijas gritó, le dispararon a ella también. Luego llamaron a mi hermano Muhammad, y le dispararon en frente de nosotros, y cuando mi madre, que llevaba Hudra en sus brazos, pues todavía estaba amamantando, se arrojó sobre él llorando, también le dispararon. (PAPPÉ, 2006, p. 130 - 131).

Os ataques dos judeus contra os indefesos palestinos sempre tiveram muita brutalidade, como o massacre da aldeia de Dawaymeh ocorrido em outubro de 1948, que, conforme PAPPÉ (2006), foi “*el peor capítulo en la historia de las atrocidades de la Nakba*” e considerado pela ONU mais brutal que o ataque de Deir Yassin. O referido autor relata esta tragédia através do testemunho de uma fonte oral que a presenciou, o *mukhtar*¹¹ local, Hassan Ihdeib:

Desde los blindados, los soldados usaron sus armas automáticas y obuses hasta abrirse paso en la aldea desde en un movimiento semicircular. De acuerdo con la rutina establecida, rodearon la aldea desde tres lados y dejaron el costado oriental

¹¹ *Mukhtar* é uma palavra árabe que, traduzida para o português, significa chefe ou líder do vilarejo.

abierto con el fin de expulsar en una hora a los seis mil palestinos que había en la aldea. Cuando esto no ocurrió, los soldados saltaron de sus vehículos y empezaron a disparar de forma indiscriminada a la gente, que corrió a refugiarse en la mezquita o huyó a Iraq al Zagh, una cueva santa que había allí cerca. Al día siguiente, el *mukhtar* se aventuró a regresar al lugar para descubrir con horror que los cadáveres de hombres, mujeres e niños, entre los que se encontraba su propio padre, se apilaban en la mezquita y cubrían las calles. Cuando fue a la cueva, encontró la entrada bloqueada por decenas de cuerpos. El *mukhtar* realizó un censo de la población y determinó que faltaban 455 personas, de las cuales unas ciento setenta eran mujeres y niños. (PAPPÉ, 2006, p.263)

O autor ainda fala dos testemunhos dos soldados israelenses feitos ao Alto Comando de Israel dias após o ataque à aldeia, que relatam casos de bebês com crânios cortados, mulheres violentadas e queimadas vivas e homens que foram apunhalados até sua morte.

Além dos ataques militares, os sionistas implementaram algumas políticas que garantiriam a manutenção do controle da situação e facilitariam a montagem de Israel. Passaram a controlar a circulação dos árabes nas estradas, cobrando que mostrassem os documentos de identidade e em alguns casos exigiam até permissão especial. Instituíram o toque de recolher para os árabes, que era das dezessete até as seis horas do dia seguinte, podendo morrer quem desrespeitasse e saísse apenas no pátio da própria casa. Também passaram a confiscar todos os bens que lhes interessasse, saqueavam as residências e as casas de comércio e expropriaram todo o dinheiro existente nos bancos. Os lugares árabes tomados pelos judeus tinham seus nomes trocados com a intenção de impossibilitar um possível reconhecimento de propriedade no futuro e com o intuito de hebraizar a Palestina. A população palestina que não foi expulsa das cidades foi concentrada em apenas um dos bairros para ser mais bem vigiada sob regime militar.

Na metade de 1948, todo o aparato estatal de Israel já estava funcionando perfeitamente e, enquanto os sionistas mantinham a imagem de democracia liberal diante da opinião pública internacional, internamente continuavam com a operação de extermínio da população árabe às escondidas.

No final desse mesmo ano, os sionistas iniciaram a política de anti-repatriamento, que tinha três ações principais: a primeira ação era a destruição das aldeias esvaziadas para a construção de assentamentos judeus ou bosques naturais; a segunda ação dizia respeito à diplomacia do Estado visando acabar com a pressão internacional pelo retorno dos refugiados, em razão da Resolução 194¹² da ONU; e a terceira ação objetivava controlar a distribuição demográfica dos palestinos nas aldeias ainda existentes.

¹² Resolução de dezembro de 1948 que regulamenta a internacionalização da cidade de Jerusalém e garante o retorno dos refugiados palestinos às suas terras.

Todas essas práticas de expulsão e violência contra o povo palestino, que tiveram início com a chegada das grandes migrações de judeus na Palestina, somente se aperfeiçoaram com o passar do tempo. As expulsões massivas continuaram, assim como a retirada das terras e de outros bens.

La minoría palestina de Israel, un 17 por 100 de la población total después de la limpieza étnica, ha sido obligada a vivir con sólo un 3 por 100 de la tierra. Pero además sólo pueden construir sobre un 2 por 100, pues el 1 por 100 restante se definió como tierra agrícola sobre la que no se puede edificar. En otras palabras, en la actualidad 1,3 millones de personas viven sobre ese 2 por 100 del territorio. [...] Sin embargo, la cuestión no es sólo que se les haya impedido extenderse por la tierra que era suya, sino que además buena parte de la que poseían antes de la guerra de 1948 les fue confiscada en la década de 1970, para la construcción de nuevos asentamientos judíos en Galilea, y, de nuevo, a comienzos de la década de 2000, para la construcción del muro de segregación y de una nueva autopista. Un estudio ha calculado que el Estado ha confiscado o imposibilitado el acceso al 17 por 100 de la tierra propiedad de los palestinos de Israel. (PAPPÉ, 2006, p. 295).

Como o objetivo sionista era a obtenção de um Estado para o povo judeu, que seriam seus cidadãos, os árabes não eram pessoas bem-vindas. Então, os palestinos que ficaram em território israelense não foram tratados com igualdade, muito pelo contrário, representavam os ‘não-judeus’, sendo assim considerados pessoas de segunda categoria, com muitas restrições de liberdade e direitos.

Nos territórios ocupados por Israel entre 1948 e 1949, os palestinos estavam submetidos a políticas de intimidação, perseguição e discriminação, como relata documento abaixo, através das seguintes ações israelenses:

1) restrição de movimentação dos indivíduos árabes; 2) continuidade do governo militar nos distritos, vilarejos e localidades árabes; 3) destruição ou dessacralização de igrejas, mesquitas, santuários, cemitérios e outros santuários árabes – muçulmanos ou cristãos; 4) obliteração de pequenas cidades e vilas; 5) destruição de árvores frutíferas; 6) venda compulsória ao governo de grãos árabes por preços menores do que os pagos aos cultivadores judeus; 7) expropriação de terra; 8) aprovação de leis de Nacionalidade e de Terra que negam aos árabes os mesmos direitos e privilégios dos cidadãos judeus; 9) leis e regulamentações discriminatórias; 10) empréstimos compulsórios; 11) cobrança de impostos sobre terras que a comunidade árabe não pode cultivar; e 12) aterrorização de minorias árabes com ataques armados e buscas sob vários pretextos falsos. (PALESTINE ARAB REFUGEE OFFICE, 1956 apud GATAZ, 2003, p. 137).

Com o registro desses fatos históricos, evidencia-se que houve um planejamento sionista que incluía, desde o princípio, a expulsão dos palestinos e que as autoridades das principais potências mundiais envolvidas sabiam as consequências desse plano, mas mesmo

assim persistiram com seus objetivos estritamente econômicos, em detrimento da qualidade de vida e sobrevivência de milhões de seres humanos.

Após a Partilha da Palestina, os demais Estados árabes – Líbano, Síria, Egito, Jordânia e Iraque passaram a organizar um exército comum, o Exército Árabe de Libertação para atacar o Estado judeu. Os árabes não aceitavam a criação de Israel, único povo não árabe da região, à custa da destruição da Palestina. Em decorrência disso é que passam a ocorrer os eventos já citados quando, ora os árabes atacam na tentativa de dismantelar Israel e reconstituir a Palestina, ora Israel inicia o ataque com o objetivo de aumentar o seu território.

Inicialmente os árabes não faziam ideia do poderio militar dos judeus, que não só tinham um bom número de soldados muito bem treinados, cerca de 50 mil (SOARES, 1991), como contavam com o apoio logístico da Inglaterra e dos Estados Unidos para a obtenção de armamento pesado, tanques de guerra e aviões de combate.

O Exército Árabe de Libertação, formado de cerca de 20 mil voluntários árabes continuava tentando derrotar os judeus, atacava em regiões diferentes a partir das fronteiras do Egito, Líbano e Síria, mas o poderio militar israelense era muito superior. Às vezes conseguiam alguma vitória, mas a retaliação por parte dos judeus era muito pior, conforme exemplifica a ação dos dois exércitos em junho de 1948:

El incremento de la dureza también fue en parte una respuesta israelí a un breve arranque de actividad por parte de los ejércitos árabes a comienzos de junio. La artillería árabe bombardeó cuanto estaba a su alcance y la fuerza aérea egípcia atacó Tel Aviv cuatro o cinco veces (de hecho, el 4 de junio consiguió golpear directamente la casa de Ben Gurion, pero los daños que causó fueron limitados). En represalia, la fuerza aérea israelí bombardeó las capitales árabes provocando un número considerable de bajas. (PAPPÉ, 2006, p. 203).

Além disso, com o passar dos anos, os países árabes passaram a ter problemas com os próprios palestinos refugiados em seus territórios e a Questão Palestina foi ficando em segundo plano, surgindo mais como um argumento quando parecia interessante em alguma negociação do que como uma preocupação de primeira instância.

Desse modo, com o apoio das nações poderosas e da ONU, além da ausência de força árabe equivalente, ficava mais fácil para Israel continuar praticando atrocidades contra os palestinos, expulsando o maior número deles e conquistando cada vez mais espaço.

Percebendo esta situação desesperadora de falta de apoio dos vizinhos árabes e da ONU, os palestinos passam a se preocupar em ter uma estratégia melhor para tomar o controle das ações de defesa de seu povo e de ataque a Israel. Em 1959, os árabes reúnem-se no

Kuwait, onde Yasser Arafat¹³ encabeça uma assembleia que tem como resultado a criação da estrutura do que viria a ser a Organização para a Libertação da Palestina – OLP e do Al-Fatah (braço armado da organização) com o objetivo maior de destruir Israel (SOARES, 1991). Em maio de 1964, é realizado o 1º Congresso Nacional Palestino, em Jerusalém, e nesse momento é fundada a OLP com a ideia de centralizar a liderança dos diversos grupos palestinos. A OLP passou a ser um órgão representativo do grande objetivo do povo palestino de reconquistar sua terra, um movimento nacionalista palestino, que contava com o reconhecimento inicial apenas dos países árabes. Ela atuaria nas áreas política, administrativa e principalmente militar, desenvolvendo serviços de saúde, educação, finanças e informação para os palestinos refugiados.

Inicialmente a OLP não reconhecia Israel como um Estado legal, negava seu direito de existência e queria o retorno da Palestina existente antes da partilha, além de acabar com o sionismo. Para atacar Israel a OLP, através principalmente do Al-Fatah, passou a praticar atentados contra seus órgãos, organizações e bases militares, como por exemplo, os sequestros de aviões que iniciam nessa época. Enquanto os palestinos procuravam repreender e amedrontar Israel para que este cessasse seus atos de violência contra a população palestina, o Estado judeu conseguiu utilizar os atentados árabes para chamar a atenção da comunidade internacional construindo uma auto-imagem de vítima do terrorismo árabe.

Um dos eventos mais determinantes da Guerra da Palestina foi a Guerra dos Seis Dias, de junho de 1967, quando Israel com apoio material dos Estados Unidos ataca o Egito, Síria e Jordânia que se preparavam para atacá-lo. Israel sai vitorioso e anexa os territórios da Península do Sinai e a Faixa de Gaza que pertenciam ao Egito, a Cisjordânia que era parte da Jordânia e as Colinas de Golã pertencentes à Síria e local das nascentes do Rio Jordão – importante abastecedor de água da região. Israel coloca os palestinos sob regime de ocupação militar e inicia a construção dos assentamentos judeus nos locais ocupados. Esta guerra representou um marco divisório na história da Questão Palestina porque reforçou a desavença entre Israel e os Estados árabes cujos territórios ficaram sob seu controle e também porque outros 500 mil palestinos que continuavam em suas terras tornaram-se refugiados.

Para os Estados Unidos, como fora para a Inglaterra, Israel representava um poderoso aliado pró-ocidente no Oriente Médio, por isso conferia-lhe amplo apoio econômico, político e militar. Assim, todas as resoluções da ONU que previassem restrições às ações israelenses ou mudanças de atitudes que viessem de encontro aos seus planos passam a ser ignoradas por

¹³ Eleito presidente da Organização para a Libertação da Palestina - OLP em 1969.

Israel, em função do total apoio norte-americano. A exemplo, após a guerra, a ONU aprovou a Resolução 242 que exigia a retirada de Israel dos territórios ocupados e reconhecia o direito de independência e soberania a todos os Estados Árabes, mas não conseguiu resultado nenhum pois Israel só cumpria os acordos quando mediados pelos Estados Unidos que ameaçava-lhe a suspensão do auxílio econômico ou de algum outro benefício.

Em 1970 ocorre o Setembro Negro, quando tropas jordanianas expulsam os palestinos acampados na Jordânia, conflito no qual morreram cerca de 20 mil pessoas (SOARES). Os palestinos expulsos foram se instalar no sul do Líbano, onde havia 250 mil refugiados em campos de refugiados ou nas periferias das grandes cidades, sendo que dois terços viviam ali desde as expulsões de 1948 e 1949 e os outros desde a Guerra dos Seis Dias. Em território libanês a OLP remonta sua estrutura política e militar e uma rede assistencial e educacional, da qual até mesmo os libaneses se tornam usuários.

A crise do petróleo, em 1973, contribuiu para a mudança de olhar dos países ricos para com a Questão Palestina, que passam a dar importância para a resolução do problema. Assim, Yasser Arafat é convidado a comparecer a Assembleia Geral da ONU em 1974, quando a OLP obtém estatuto de membro observador da ONU e é reconhecida como órgão oficial representante da Palestina. Em contrapartida, a OLP reconheceu a existência do Estado de Israel e propôs um acordo binacional com a criação de espaços só palestinos – Cisjordânia e Gaza com um corredor conectando-os. Os Estados árabes acordavam com a OLP. O discurso de Yasser Arafat na ocasião demonstra uma mudança de atitude da direção da OLP, que passa do *rejeicionismo* ao *acomodacionismo*, na tentativa de resolver a Questão Palestina:

Aqueles que nos chamam terroristas querem impedir a opinião pública mundial de descobrir a verdade sobre nós e de ver a justiça em nossos rostos. Eles buscam esconder o terrorismo e a tirania de seus atos, e nossa postura de autodefesa.

A diferença entre o revolucionário e o terrorista está na razão pela qual cada um luta. Pois quem defende uma causa justa e luta pela liberdade e pela libertação de sua terra dos invasores, dos colonos e dos colonialistas, não pode definitivamente ser chamado de terrorista – senão os norte-americanos em sua luta pela libertação dos colonialistas britânicos teriam sido terroristas; a resistência europeia contra os nazistas teria sido terrorismo; a luta dos povos asiáticos, africanos e latino-americanos também seria terrorismo, e muitos de vocês que estão neste auditório seriam considerados terroristas. [...]

Em minha capacidade formal como presidente da OLP e líder da revolução palestina, eu proclamo perante vós que quando nós falamos de nossas esperanças comuns para a Palestina de amanhã nós incluímos em nossa perspectiva todos os judeus agora vivendo na Palestina que escolham viver conosco em paz e sem discriminação. (UNITED NATIONS, 1974 apud GATAZ, 2003, p. 160).

Contudo, Estados Unidos e Israel mantiveram políticas *rejeicionistas* e em junho de 1982, Israel ataca o Líbano para destruir a OLP. Beirute fica destruída e a OLP perde o apoio

libanês e acaba exilando-se na Tunísia. Os acampamentos palestinos de Sabra e Chatila, situados nos arredores de Beirute, são massacrados por tropas militares israelenses (chefiadas por Ariel Sharon) e milícias cristãs libanesas, deixando 2.700 mortos. Na década de 1980, a situação dos palestinos só piorava a cada instante e a determinação existente nos judeus de dizimação do povo palestino e expansão de seu território era algo sem limite.

Em novembro de 1988, o Conselho Nacional Palestino - CNP¹⁴, formado por membros da OLP e de líderes locais dos territórios ocupados, adotou dois documentos: o Comunicado Político do CNP, que afirmava a determinação de alcançar um amplo acordo político para o conflito e a Questão Palestina de forma a restabelecer o Estado da Palestina e a Declaração de Independência que estabelece o Estado da Palestina na Faixa de Gaza e na Cisjordânia com capital em Jerusalém. “*O fato foi imediatamente aceito pela comunidade internacional e em menos de um mês, a Palestina tinha sido reconhecida por 80 Estados nacionais*” (GATAZ, 2003, p. 176). Este feito originou a realização de uma Assembleia da ONU em Genebra de 13 a 15 de dezembro de 1988, onde 96 delegações discursaram e definiram duas resoluções, sendo que a Resolução 43/177 (com 104 votos a favor, 2 contra, e 36 abstenções) reconhecia a proclamação do Estado da Palestina pelo CNP e a soberania sobre os territórios ocupados por Israel na Guerra de 1967, e a designação Palestina passou a ser usada. Os dois votos contrários à resolução foram de Israel e Estados Unidos.

Um dos grandes problemas do movimento palestino é a fragmentação em diversos grupos que divergem principalmente quanto à utilização de violência. No final dos anos 80 e início dos anos 90 as organizações fundamentalistas ganharam mais espaço pregando a luta armada, uma vez que a OLP agora negociava pacificamente, mas não obtinha mais do que resoluções da ONU que na prática não mudavam em nada a situação. Continuava a repressão nos territórios ocupados, o que provocou o crescimento de movimentos islâmicos como o Hamas e a Jihad islâmica que passaram a praticar ataques contra o exército de Israel e terrorismo contra os civis.

A situação continuava a piorar para a população palestina que vivia tanto nos territórios ocupados - Faixa de Gaza e Cisjordânia, como para a parcela que ficou dentro de Israel. Por isso, em dezembro de 1987, eclode a Intifada (palavra árabe que significa sacudir-se, levantar-se), o levante palestino contra os militares israelenses, que dura até 1991. A revolta inicia no norte da Faixa de Gaza, de maneira desordenada, com as pessoas atirando

¹⁴ A OLP possuía um aparelho administrativo com ministérios e departamentos, muito parecido com uma organização governamental. O Conselho Nacional Palestino – CNP era um dos braços da OLP, uma espécie de parlamento composto por cerca de quinhentos membros eleitos para mandatos com duração de três anos.

paus e pedras contra os soldados israelenses e depois se estende para as outras regiões e se organiza com estratégias de desobediência civil e, a partir do terceiro ano, atos de terrorismo praticados pelos palestinos contra os israelenses civis. Os ataques maciços dirigiam-se contra o exército de ocupação israelense com coquetéis *molotov*, armas de fogo e pedras. Esse evento garantiu para os palestinos uma breve vitória política, já que a opinião internacional percebeu a fragilidade do povo palestino que atacava Israel com paus e pedras com o simples objetivo de ter liberdade e paz dentro do pequeno território que lhe sobrou de tudo que era a antiga Palestina, abalando a imagem de Israel.

De acordo com YAZBEK (1987), em 1987 existia 4 milhões de palestinos espalhados pelo mundo, estando 600 mil dentro do Estado de Israel, 800 mil na Cisjordânia e 500 mil na Faixa de Gaza. Os outros estavam espalhados principalmente pelos países árabes e depois em outros países do mundo.

Em 1991 aconteceu a Conferência de Paz para o Oriente Médio em Madri, onde os Estados Unidos reconhecem a OLP como representante do povo palestino. Este é o primeiro evento com representantes oficiais palestinos em que Israel comparece.

Em 1993 tem início o Processo de Paz de Oslo que duraria até o ano 2000. Em função do aumento dos movimentos islâmicos radicais, o primeiro ministro israelense Yitzhak Rabin resolveu negociar com a OLP, em conversas secretas em Oslo, na Noruega. Essas conversas foram concluídas com a assinatura da Declaração de Princípios entre Israel e a OLP em setembro de 1993, nos gramados da Casa Branca, com a presença de Yasser Arafat, Shimon Peres, Yitzhak Rabin e do presidente norte-americano Bill Clinton. O documento embasava-se no reconhecimento mútuo entre Israel e OLP e as negociações foram complementadas nos anos seguintes por novos acordos até 1999. O que passou a ser chamado de “Processo de Paz de Oslo”.

Os acordos estabeleciam que Israel se retiraria das áreas ocupadas durante um período de cinco anos e a Palestina, aos poucos, tomaria o controle político, econômico e militar, voltando a existir como um Estado de verdade. Para tanto, os palestinos deveriam eleger um conselho político para administrar os seus territórios durante 5 anos, até maio de 1999, depois seria criada a Palestina independente. Enquanto davam-se essas resoluções ao nível político, as populações palestinas passavam pelo sistema de clausuras implementado pelo Estado de Israel nas áreas ocupadas. Esse sistema de clausura, iniciado em 1993 e nunca mais suspenso, restringe e ou impede o movimento de pessoas e bens entre os cantões palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, através de inúmeros postos de controle, imposição de barreiras, muros e cercas, estradas exclusivas para israelenses ou palestinos. O território

palestino ficou todo segmentado, não sendo possível percorrer mais que alguns poucos quilômetros sem ter que atravessar território controlado por Israel.

Então foi criada a Autoridade Nacional Palestina - ANP, com sede na cidade palestina de Ramallah na Cisjordânia, assumindo funções administrativas e diplomáticas antes de responsabilidade da OLP. Na primeira eleição, em janeiro de 1996, Yasser Arafat foi eleito presidente com 87,1% dos votos e permaneceu no cargo até sua morte em 2004. Em janeiro de 2005 Mahmud Abbas assumiu a presidência e está no cargo até hoje, mas o movimento vive uma crise política desde 2007 em razão de um rompimento do Hamas com a ANP na Faixa de Gaza.

Ao final do Processo de Paz de Oslo, Arafat não aceitou a proposta¹⁵ de Ehud Barak (ver Anexo C), então primeiro ministro de Israel, e todos os acordos caíram por terra, pois a vida dos palestinos nos territórios ocupados só piorou a cada ano. A ANP controlava menos de 10% dos territórios que estavam em retalhos, os chamados cantões isolados, demonstrando o fracasso da sua administração entre os anos de 1993 e 2000. Além de faltar água, alimentos, medicamentos à população, já que a entrada desses itens continuava sendo controlada por Israel, que ainda explorava os recursos naturais do restante 90% dos territórios, ocupava militarmente e continuava a construção de mais assentamentos e estradas para os judeus.

Assim tem início a Segunda Intifada ou Intifada de Al-Aqsa em 29 de setembro de 2000, pelo fracasso das negociações do Processo de Paz de Oslo e a péssima situação de vida dos palestinos. O estopim da revolta palestina aconteceu quando da visita de Ariel Sharon a Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, acompanhado por muitos soldados e policiais israelenses que impediram o acesso dos palestinos à mesquita de Al-Aqsa várias horas antes e depois da entrada do líder político. Os palestinos realizaram uma manifestação de repúdio à atitude de Sharon e a repressão ao protesto muçulmano deixou seis palestinos mortos e cem feridos, dando início a um dos mais violentos períodos do conflito, denominado de a Intifada de Al-Aqsa ou Nova Intifada.

Como da primeira Intifada, os protestos espalharam-se de Jerusalém para toda a Cisjordânia a Faixa de Gaza, iniciando com manifestações não-violentas. Porém, após algumas semanas de manifestações populares as organizações de resistência palestina, a Jihad

¹⁵ Israel pretendia que a Autoridade Nacional Palestina aceitasse a organização de um Estado palestino todo retalhado e entremeado por assentamentos judeus. No plano de Israel foram definidos três tipos de áreas diferentes para o estabelecimento da Palestina: áreas 'A' com autonomia total palestina, áreas 'B' com administração palestina, mas controle militar israelense e, áreas 'C' com administração civil e controle militar israelense. Além disso, essas áreas estão todas misturadas, fazendo com que inexista alguma parte palestina independente com tamanho considerável. E, obviamente, as melhores terras e os locais mais interessantes economicamente ficaram sob o domínio israelense.

Islâmica, o Hamas e a Tanzim (braço armado do Al-Fatah) passaram a praticar ações mais violentas contra o exército de ocupação e novos atentados terroristas contra civis em Israel.

Dessa vez os ataques palestinos foram mais fortes utilizando além de pedras e coquetéis *molotov*, bombas caseiras, policiais com armas automáticas e o terrorismo contra os civis israelenses. Obviamente, a repressão também foi mais dura, utilizando tanques e aviões de guerra, com bombas de grande potencial de destruição em áreas densamente povoadas, causando muitas mortes, destruindo casas, plantações, estradas, fábricas, tudo o que fosse palestino, incluindo as instalações da Autoridade Palestina em Ramallah. Mesmo que os dois lados do conflito tenham intensificado suas forças, a dimensão da destruição causada pelos militares israelenses não pode ser comparada com a tentativa de se fazer respeitar dos grupos armados palestinos. Do total de mortos em 2002, 75% foram palestinos. Entende-se melhor a razão disso com a narrativa de um correspondente do jornal *The Independent* que acompanhou os acontecimentos do mês de abril, citado por GATAZ:

Israel estava ontem tentando enterrar a evidência no campo de refugiados de Jenin, mas não pode enterrar o terrível crime que cometeu: uma matança na qual civis palestinos foram atingidos junto com os defensores armados do campo. [...] Ontem, entretanto, eles foram incapazes de extinguir o cheiro infernal. O cheiro fétido dos corpos em putrefação escapa das velas entupidas de entulho, barradas pelo quinto dia consecutivo às agências de ajuda internacional que tentavam enviar ambulâncias e médicos para evacuar os feridos e enterrar os mortos. [...] Israel pode esconder os corpos dos mortos, mas não pode esconder toda evidência. Centenas de refugiados têm saído do campo de Jenin, muitos com histórias angustiantes para contar. Os palestinos não deixarão essas histórias serem enterradas sob os destroços. (REEVES e HUGLER, 2002 apud GATAZ, 2003, p. 217).

Conforme GATAZ (2003), a situação palestina atual é de crise humanitária, a população vive miseravelmente, sofrendo humilhações e maus tratos a todo momento. Israel controla o transporte de pessoas e cargas para as regiões onde estão os palestinos, dificultando a chegada de elementos essenciais como alimentos e medicamentos, mantendo aldeias e cidades por dias inteiros sem água, sem gás, sem energia elétrica.

A posição da comunidade internacional, aos poucos, está se modificando e manifestando críticas diárias às políticas israelenses. Contudo isso ainda não se traduz em políticas efetivas para com o Estado israelense e o elemento definidor da conjuntura atual é o apoio incondicional dos Estados Unidos, sendo que este último aparece na grande mídia como Estado honesto, mas incapaz de resolver a situação.

O plano de Israel de expandir seu território à custa dos palestinos continua. A resistência palestina também continua, inclusive através de um tipo de resistência muda,

quase imperceptível, mas que desagrada e preocupa muito Israel: o crescimento demográfico palestino.

El 24 de enero de 2006, en plena noche, una unidad de elite de la policía de fronteras de Israel tomo la aldea palestina israelí de Jaljulya. Las tropas entraron con violencia en las casas, sacaron a treinta y seis mujeres y, finalmente, deportaron a ocho de ellas. A las ocho mujeres se les ordenó volver a sus antiguos hogares en Cisjordania. Algunas de ellas llevaban años casadas con palestinos de Jaljulya, algunas estaban embarazadas, la mayoría tenia hijos. Um palestino miembro de la Knesset protestó, pero el gobierno, los tribunales y los medios de comunicación respaldaron la operación: los soldados estaban demostrando a la opinión pública israelí que cuando la presencia de la minoria palestina amenaza con pasar de ser un “problema demográfico” a ser un “peligro demográfico”, el Estado judío actúa con rapidez y sin piedad. (PAPPÉ, 2006, p. 325-326).

Apesar de tudo, a população palestina não deixou de crescer, cada família continua a ter um número grande de filhos, que é uma forma de resistir ao poder israelense afirmando que o povo palestino não desistirá de lutar pelo direito de viver numa Palestina independente.

Tais dados ampliam as evidências capazes de respaldar a percepção de que o terrorismo sionista foi a causa principal do êxodo palestino, não só antes da criação de Israel mas principalmente após a efetivação desse fato, em meio de 1948, com continuidade até hoje.

Uma das principais conseqüências da Questão Palestina foi a transformação dos palestinos pessoas sem Estado, sem nação, sem terra, sem lar. Os palestinos tomaram o rumo do mundo e foram tão longe e da maneira que a sorte permitiu a cada um, fazendo com que alguns tivessem se tornado imigrantes e outros refugiados aqui no Brasil. Mas, todos com uma história de vida muito parecida para contar – a expulsão de sua terra natal e a tentativa de uma vida nova num outro país, sem nunca esquecer sua cultura e a luta pelo direito de retorno à Palestina.

2 OS PALESTINOS NO BRASIL

2.1 Breve histórico de chegada dos palestinos refugiados no Brasil

Assim que terminada a Segunda Guerra Mundial, o Brasil aderiu ao programa da Organização Internacional para os Refugiados – OIR, criada em 1947 pela ONU, de caráter provisório, com a finalidade de dar solução ao problema do enorme número de refugiados. O Brasil atuou desde o início de seu trabalho, participando das convenções realizadas e recebendo em seu território grandes quantidades de refugiados, conforme MORÊZ (2009). Sem ter conseguido resolver a questão de todos os refugiados, como era esperado inicialmente, a OIR foi extinta e, em 1951 cria-se o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, órgão que, desde então, responde pela questão dos refugiados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e já sob as tensões da Guerra Fria, o Brasil, diferentemente do período entre guerras, estabeleceu como uma das metas de sua política externa a participação ativa em numerosas atividades empreendidas pela comunidade internacional, de modo a acompanhar os países do Bloco Ocidental e inserir-se no rol de atividades da ONU, bem como, no plano prático, atrair mão-de-obra qualificada para seu território. Contudo, e de acordo com o que assinala Wellington Pereira CARNEIRO, a atuação do Brasil na OIR foi um tanto quanto peculiar, uma vez que o país recebeu 30 mil refugiados de 1945 a 1953, inclusive 1.200 provenientes da China; entre 1957 e 1958, recebeu 1.660 refugiados húngaros, tendo sido o 14º que mais recebeu deslocados dentre um total de 37 países receptores. Em muitos casos, o Brasil continuou recebendo refugiados do leste europeu, por intermédio do ACNUR, os quais, todavia, eram registrados como imigrantes. (MORÊZ, 2009, p. 14).

Com a expulsão da maioria da população palestina de seu país em razão das ações do Movimento Sionista e da criação de Israel, muitos palestinos foram procurar abrigo em outros países árabes e também em países de outros continentes, em busca de um lugar para recomeçarem suas vidas. Assim, grupos de palestinos vieram para o Brasil, porque tinham informação deste ser um país plural, formado de pessoas de quase todas as etnias e crenças, que necessitava de mão-de-obra, oferecia grandes áreas para a prática da agricultura, oportunidade de desenvolver o comércio e, acima de tudo, possibilidade de uma vida pacífica, longe de toda a violência da qual já haviam experimentado em sua própria terra.

Segundo ASFORA (2003) a primeira imigração de palestinos para o Brasil, foi no final do século XIX, a partir de um encontro de lideranças sociais árabes com D. Pedro II, em 1887, quando da visita do Imperador à Terra Santa. Iniciando um movimento que culminou com a vinda dos primeiros imigrantes desse grupo, na sua maioria da cidade de Belém, para o Ceará e o Piauí. Transferindo-se, quase todos, pouco depois, para a Paraíba e Pernambuco. O Brasil e o Chile foram os primeiros países latino-americanos a receber imigrantes palestinos, por volta de 1880. No século seguinte, outros países que receberiam palestinos seriam Peru, Colômbia e Venezuela, totalizando cerca de 200 mil pessoas na América Latina atualmente.

Contudo, a grande imigração palestina para o Brasil iniciou nos anos 1950, inserida no contexto da Questão Palestina, que fez com que metade da população originalmente palestina saísse de seu país e fosse buscar um novo lar em países dos continentes europeu, africano e americano.

Os palestinos que tinham possibilidades de ir buscar nova sorte em outros lugares, longe das discriminações que estavam sofrendo em suas terras, espalharam-se pelo planeta com o objetivo principal de conseguir viver em paz, primeiro direito que tinha sido negado a eles pelos colonizadores judeus.

Neste presente estudo tratamos especificamente de palestinos que saíram da Palestina em razão da criação do Estado israelense e o início das expulsões perpetradas pelos sionistas. Deste modo podemos estabelecer três datas principais de chegada de palestinos no Brasil: a primeira data é durante a década de 1950, logo após a criação de Israel em 1948. A segunda data que concentra maior número de imigrantes palestinos é a dos anos seguintes a 1967, quando ocorreu a Guerra dos Seis Dias. E, por último, o ano de 2007, quando chegaram ao Brasil 117 palestinos que estavam no campo de refugiados de guerra existente no Oriente Médio - Ruweished, na fronteira entre o Iraque e a Jordânia.

Os palestinos vindos nas duas primeiras datas entraram no país como imigrantes em busca de melhores condições de trabalho, pois “*a agricultura de subsistência, principal base econômica, passou a ser insuficiente para o sustento familiar, dadas as bruscas mudanças ocorridas no território*” (HAMID, 2007). A imigração desses palestinos foi um processo independente, através de contatos pessoais com árabes já imigrados.

Os últimos palestinos a chegarem ao Brasil vieram com o estatuto de refugiados de guerra. Os palestinos refugiados já haviam se abrigado primeiramente no Iraque, onde residiam há vários anos. Tiveram de deixar o país quando da invasão norte-americana em

2003¹. Ao sair do Iraque os palestinos foram para o campo de refugiados Ruweished e permaneceram lá durante quatro anos. Ruweished era uma área cercada e controlada pelo governo jordaniano que chegou a abrigar cerca de 800 pessoas. Esses campos de refugiados eram administrados pela *United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees in the Near East* – UNRWA, órgão criado em 1950 pela ONU para tratar especificamente dos refugiados palestinos, conforme YAZBEK (1987).

Durante o tempo que estiveram no campo de refugiados, os palestinos enfrentaram situações bem difíceis, pois moravam em barracas em pleno deserto, com temperaturas muito altas durante o verão e muito baixas nos invernos, além das tempestades de areia e as infestações de escorpiões. Eles estavam impedidos de entrar em qualquer país árabe.

As pessoas que vieram para o Brasil compunham um grupo que tinha sido rejeitado pelos demais países participantes do programa de reassentamento da ACNUR em função de possuírem ou idade avançada ou algum grave problema de saúde. Enfim, essas pessoas possuíam problemas mais complicados de serem solucionados e nenhum país, exceto o Brasil, aceitou o desafio de tentar resolver.

O acordo de vinda dos refugiados para o Brasil se deu através do Programa de Reassentamento Solidário do governo brasileiro. Os 117 palestinos chegaram ao Brasil em setembro de 2007 e logo foram distribuídos pela ACNUR nas cidades de Mogi das Cruzes em São Paulo, Dois Vizinhos no Paraná e várias cidades do estado do Rio Grande do Sul, entre elas a cidade de Santa Maria – RS, onde já existia uma comunidade de imigrantes palestinos.

Em termos quantitativos, os palestinos são o maior grupo de refugiados recebido de uma só vez pelos programas brasileiro e chileno de reassentamento. Trata-se de um grupo heterogêneo, constituído por pessoas de origem urbana que viviam no Iraque. Destes, cerca de 75% são adultos, a maioria homens. A primeira leva de refugiados palestinos, de um total de 117, chegou ao Brasil em 21 de setembro de 2007. (MOREZ, 2009, p. 18).

De acordo com HAMID (2007), atualmente existe cerca de 20 mil palestinos no Brasil, entre imigrantes, seus descendentes e refugiados.

¹ O atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 fez com os Estados Unidos, com receio de um possível ataque nuclear, elaborasse sua Estratégia de Segurança Nacional, divulgada em setembro de 2002, mais conhecida como Doutrina Bush, que estabelecia o direito deste país de atacar preventivamente qualquer país que considerasse ameaça a sua segurança. George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, já havia declarado o “eixo do mal” – Irã, Iraque e Coreia do Norte, como países que possuíam armas de destruição em massa. Assim, os Estados Unidos, em 19 de março de 2003, iniciaram os ataques ao Iraque com a intenção de verificar se o país possuía essas armas, libertar o Iraque do ditador Saddam Hussein, além do interesse no petróleo (Iraque tem 15% das reservas mundiais). A guerra terminou em 1º de maio de 2003 com o Iraque tendo sido ocupado pelas tropas de coligação (norte-americanos e ingleses) e derrubado o regime sadamita. Morreram 169 soldados da coligação e 17 mil iraquianos, entre soldados e civis.

Os estudiosos da questão dos palestinos que vivem no Brasil relatam a dificuldade de quantificar esta população pelo fato de que a maioria dessas pessoas entrou no país como imigrantes, logo após os primeiros conflitos entre Israel e Palestina, tendo passaportes israelenses ou de outros países árabes, principalmente jordanianos, complicando assim a verdadeira identificação de seu país de origem.

Esse problema surge como consequência da inexistência da Palestina como um poder estatal e com uma região livre e autônoma capaz de conferir legitimidade aos seus pátrios, significando que essas pessoas não têm um Estado ao qual pertencer e, por isso, não têm cidadania até o momento de serem acolhidas definitivamente em outro país. Preocupando-se com este assunto, a Autoridade Palestina resolveu estabelecer quem são os palestinos, conforme JARDIM (2007):

A 'Autoridade Palestina' desde 1968 tem uma ampla definição do que venha a ser palestino. De acordo com a Carta Nacional Palestina de julho de 1968 são palestinos todos aqueles de nacionalidade árabe que, até 1947, residiam normalmente na Palestina. Inclui tanto os que foram expulsos dela quanto os que lá permaneceram. Qualquer um que tenha pai palestino – dentro ou fora da Palestina – é também palestino. São palestinos também os judeus que residiam na Palestina antes do início da invasão sionista, cuja data é bastante imprecisa (ou 1917 com a Declaração de Balfour, ou 1947 em plena guerra ou ainda em maio de 1948 com a proclamação do Estado de Israel. (JARDIM, 2007, p.25.)

A UNRWA definiu como refugiado palestino o indivíduo que *“no momento do conflito de 1948 residia na Palestina desde pelo menos havia dois anos e que, em virtude da guerra, perdeu seu lar e seus meios de subsistência”*.

Então, cabe salientar que os palestinos que vivem no Brasil são diferenciados legalmente como imigrantes e outros como refugiados, embora na realidade todos sejam refugiados de guerra, que jamais teriam saído da Palestina não fosse a situação de guerra e a consequente necessidade de procurar um lugar melhor para viver.

2.2 A Comunidade Palestina em Santa Maria – RS

A comunidade palestina de Santa Maria é composta de cerca de 300 pessoas entre imigrantes palestinos, brasileiros descendentes de imigrantes palestinos e palestinos refugiados, recém chegados no ano de 2007.

A maioria dos imigrantes é originária da região hoje denominada de Cisjordânia. Os primeiros imigrantes chegaram à cidade a partir da década de 1950 até a década de 1970. Os imigrantes da década de 1950 ganhavam a vida como mascates e muitos chegaram a morar em várias outras cidades. Ao fixarem residência em Santa Maria, a maioria dos imigrantes montou sua loja no comércio do centro da cidade, atividade da qual tiram o sustento de suas famílias até o presente.

Muitos imigrantes vieram sozinhos e somente depois de terem suas vidas aqui organizadas mandaram vir da Palestina ou de outros países do Oriente Médio suas esposas e filhos. Alguns vieram “fazer a vida” ainda solteiros para depois casar no Oriente Médio e trazer a mulher para o Brasil.

Todos os componentes da comunidade instalaram-se no centro da cidade, onde continuam vivendo ainda hoje. Organizaram a Sociedade Árabe-Palestina, localizada na Avenida Rio Branco, que funciona também como mesquita, onde são realizados todos os rituais da fé muçulmana.

Dentre os refugiados, em 2007 foram radicados em Santa Maria três famílias e um homem sozinho. Uma das famílias (o casal e seus dois filhos) não conseguiu se adaptar e foram reassentados no Sudão através do auxílio financeiro da comunidade palestina de Brasília. Os demais permanecem na cidade em situações diversas, uns já adaptados, estudando e trabalhando, outros, sem ter conseguido ao menos aprender o idioma português, solicitam ao ACNUR o retorno para o Oriente Médio ou o reassentamento em outro país.

Com o intuito de conhecer melhor a comunidade palestina de Santa Maria, realizamos entrevistas com seis membros desta. Esses membros da comunidade, que reconhecemos como sujeitos históricos, são pessoas que vieram para a cidade em datas diversas, dentro das condições apresentadas, cinco imigrantes e um refugiado. Três sujeitos históricos são proprietários de lojas na cidade. Outros dois tiveram contato intenso com os refugiados e contribuíram para sua adaptação na cidade. E o último foi o único do grupo de refugiados que se interessou em contribuir para com a pesquisa.

Estas pessoas representam muito bem a comunidade palestina no que se refere ao apego à Palestina, à vontade de resolução do conflito e do retorno da existência da nação Palestina. São pessoas que tem conhecimento da história da Palestina e atual situação da região e envolvem-se como podem na luta pelo direito de existência de uma Palestina livre, buscando visibilidade para a questão.

Outro ponto que os unifica é com relação à ideia positiva que fazem da sociedade brasileira. Todos consideram o Brasil um país democrático, que não tem discriminação e recebe muito bem a todos os povos que aqui buscam refúgio e uma nova vida.

2.3. Os sujeitos históricos da Comunidade Palestina de Santa Maria - RS

2.3.1 Nessin Samara

Eu nasci numa cidade chamada Lubban, situada na Palestina, fica longe uns 40 km de Jerusalém. Jerusalém é uma cidade sagrada dos Muçulmanos. Eu saí em 1971. Eu cheguei aqui em 1º de abril de 1971. Eu saí como imigrante. Os meus pais moravam aqui.

O meu pai veio para cá em 1954. Ele saiu como imigrante naquela época que o Brasil precisava de mais imigrantes para trabalhar na base da agricultura. Então no passaporte do meu pai, ele veio como agricultor. Ele veio trabalhar naquela época com direito, com a permanência, não como refugiado, como imigrante. Foi depois de 1948 que os palestinos começaram a vir aqui para o Brasil. Quando acabou a Segunda Guerra Mundial. Então eles começaram a vir para São Paulo. Meu pai, por exemplo, naquela época, ele saiu do Líbano de navio. O navio levou 40 dias para chegar até Santos, São Paulo. E de Santos, eles saíram de trem, naquela época não existia ônibus. Levava 7 dias até chegar aqui em Santa Maria.

Por que Santa Maria? Santa Maria era o centro dos ferroviários naquela época, na década de 1950. E a maioria dos imigrantes chegava aqui no Rio Grande do Sul porque a região era indicada para os imigrantes porque tinha mais terra para trabalhar. Naquela época, indicavam que os imigrantes palestinos se deslocassem para o Rio Grande do Sul, assim como os imigrantes italianos e alemães.

O meu pai faleceu, faz uns vinte anos. E tem mais palestinos daquela época aqui. A maioria dos palestinos que estão morando aqui no Brasil, primeiro eles chegaram aqui em Santa Maria. A maioria, vamos dizer, quase 90%. Se estabeleceram aqui e começaram partir. Então eles chegavam e não trabalhavam com agricultura. Eles começaram a trabalhar como mascates: saíam e vendiam as roupas. Chamavam mascate. É o mesmo método que o brasileiro está adotando agora, bater de porta em porta vendendo.

Eu fiquei na Palestina. Lá eu terminei o segundo ano do científico. Estudei. Quando cheguei aqui eu tinha 18 anos. Quando cheguei aqui no Brasil, integrei imediatamente a escola. Comecei a estudar no Cícero Barreto. Fiz o primário. Eu fiz o segundo grau todo no

Maneco, Escola Manuel Ribas. A minha adaptação no começo foi difícil. Qualquer um, estrangeiro, quando vem para se adaptar a uma língua estrangeira, a coisa não é tão fácil. Porque não é só a língua, alguns costumes, algumas coisas diferentes. Mas como meus pais já estavam aqui, pra mim ficou mais fácil. Como eu me dedicava ao estudo exatamente.

Eu saí depois da guerra de 1967. A guerra se chama Guerra dos Seis dias. Foi naquela época depois daquela lei, quando Israel ocupou a Cisjordânia em 1967. Eu peguei em 1971 e saí de lá. Eu saí porque todos os jovens eram perseguidos. Uma perseguição assim, o exército israelense usava a tática de expulsar, o máximo possível, os jovens.

Mas aqui lógico, em 1971 tinha os aviões. Eu cheguei em Porto Alegre. De Porto Alegre eu vim pra cá de avião.

A situação dos palestinos era precária no sentido da opressão, porque naquele pós-guerra o exército dominava aquela parte da terra. A maioria dos jovens eram presos. O exército ia às escolas. Nós não podíamos ficar fora de casa muito tempo. Ocorriam manifestações contra as ocupações, como está acontecendo até hoje. Desde mil e novecentos até hoje, ocorre o que se chama Levante Palestino, que está acontecendo atualmente. Quem veio comigo foi a minha irmã, que naquela época também tinha ficado junto comigo. Ela tinha 11 anos.

E a situação da saída de qualquer pessoa da terra natal, ninguém gostaria. Principalmente eu, que quando saí, naquela época, saí jovem. A terra natal sempre é como parte da gente. Ninguém gostaria, tenho certeza absoluta. Senti o quê? A falta dos teus colegas, tu vais abandonar a tua casa, o teu convívio, até custa pra ti, vem e tem que se adaptar a outro convívio. Realmente é uma parte muito difícil e até hoje a gente sente saudade. Não vou mentir, que eu sinto saudades de lá. Eu vou lá, visito os parentes. Ainda tenho os amigos, tenho parentes que moram na minha cidade natal lá.

Eu não vivi situação financeira difícil. Lá, eu vivia numa cidade que dependia da agricultura. O nosso sustento lá era a agricultura, então não passava tanta dificuldade. Mas o meu pai quando veio pra cá... Lógico, naquela época! Então, a maioria dos imigrantes não saiu com a situação excelente. Isso acontece com toda pessoa que sai de um lugar pra outro, tanto os alemães, os italianos, os brasileiros quando vão para os Estados Unidos. Não quer dizer que estão aqui passando tanto mal assim. É porque todo mundo gostaria de melhorar de vida. Qualquer pessoa que migra de um país para outro sempre procura melhorar a sua situação de vida.

Da minha parte, realmente é porque até hoje os jovens palestinos são perseguidos. Temos de separar: quando o meu pai veio pra cá era uma coisa, quando eu vim já era outra.

Meu pai saiu após a guerra. Porque foi depois da Segunda Guerra Mundial que os ingleses saíram, em 1948. Antes era ocupação turca na Palestina. Os ingleses expulsaram os turcos. Aí vieram os ingleses que entregaram a Palestina para Israel em 1948, quando o Estado de Israel foi fundado.

A cultura pra nós não foi tão difícil de adaptar. A única coisa difícil foi aprender a língua no começo. Isso foi difícil e depois foi ficando mais fácil.

Qualquer um procura preservar a cultura porque, por exemplo, eu saí de lá quase uma pessoa adulta, quero conservar, jamais perderia a minha cultura, busco divulgar. No começo era difícil, mas agora fica mais fácil. A cultura muçulmana, a cultura palestina, que nós estamos procurando representar através do folclore, da dança, da vestimenta... Tem várias pessoas que pensam que é através da guerra, isso não. Divulgar a cultura. Conhecer a cultura palestina realmente.

Realmente eu fiquei um tempo aqui e a primeira vez que voltei para a terra natal foi em 1988. Vim em 1971 e voltei quase 18 anos depois.

Atualmente a gente vê, conforme vai... Eu procuro levar alguns filhos cada dois, três anos. Ano passado (2008) eu fui, visitei. Tenho meus tios, meus sobrinhos, meu irmão. Alguns moram na Palestina, outros moram na Jordânia. Na Palestina mesmo, perto de Jerusalém. Não é na Faixa de Gaza.

O Brasil recebeu os primeiros refugiados ano passado. Palestinos que moravam no Iraque. Não moravam na Palestina. O governo brasileiro aceitou. Eles recebem auxílio da ONU. Realmente recebem auxílio moradia, etc. Quem está cuidando essa parte é a minha irmã que é a Najah. Então eles têm dois anos, se não me engano, pra se adaptar e tem o custeio de onde eles estão, tem assistência médica, recebem um “X”, tem o aluguel deles pago, mais um “X” pra eles se manterem. É a ONU que dá isso.

E na verdade a dedicação à causa palestina não tem. Todo mundo defende o país de origem. É lógico que todo mundo defende. Mas dedicação à causa palestina, infelizmente, nós aqui, não temos como fazer nada. A não ser fazer uma manifestação, escrever no jornal...

Nós temos a Sociedade Árabe-Palestina que fica situada na Rua Vale Machado com a Rio Branco que é a nossa sede, que nós temos lá a nossa mesquita, que a gente vai lá rezar todas as sextas-feiras. Então cada comemoração de algumas datas, a gente comemora dentro da sociedade.

A OLP, tu sabes, é um órgão que representa o povo palestino. Mas aí entra o lado político e o lado político eu não gosto muito de falar.

Quem é que não gostaria de voltar a sua terra natal? Qualquer hora, qualquer momento eu estou disposto a voltar.

Felizmente, aqui a gente nunca encontrou nenhuma dificuldade pra conseguir se comunicar, nunca sentiu discriminação por parte do povo brasileiro. Porque o povo brasileiro, desde que eu vim, que vai fazer 40 anos, não posso te dizer que tenho queixas daqui. A maioria do povo brasileiro apoia a causa palestina. Até o governo Lula dá o apoio total à causa palestina, de criação do Estado palestino. Então aqui, desde que eu cheguei até hoje... é o meu segundo país, lógico porque meus filhos nasceram aqui. Muitas vezes me sinto mais brasileiro do que palestino. Mas a Palestina mora no coração da gente, porque a terra natal não tem comparação. Eu! Meus filhos, já é diferente. Porque eles nasceram aqui, mas eles têm também, se eles vão lá, eles também têm relação com a Palestina.

2.3.2 Abdel Rahmam Admad

Quando eu vim para o Brasil, vim integrar a minha família que já estava aqui.

Nasci numa aldeia, perto da cidade de Ramallah. Lá os lugares são pequenos. Toda a área total da Palestina é muito pequena. Toda a Palestina histórica são 27 mil Km². É uma coisa de 100 Km por 150 Km, área muito pequena. Eu nasci na Palestina, como meus pais, meus avós. Nós temos raízes na Palestina.

Fiquei lá até o ano de 1967. Então, com 16 anos eu estava quando aconteceu a guerra de 67. A guerra de 1967, quando Israel finalmente ocupou a Cisjordânia, onde eu morava, ocupou as Colinas de Golã, que pertenciam à Síria e todo o deserto do Sinai, fechando o Canal de Suez. Só o Deserto do Sinai é cinco vezes maior do que a área toda de Israel. Então, ocupou cinco vezes mais do que a sua própria área. Então, como foi ocupado militarmente, nós fugimos da guerra com medo de tortura, de perseguição, de matança, de massacres. Porque os israelenses realmente têm muita história disso contra o povo palestino. Aí eu acabei indo para a Jordânia em 1967, ficando lá de 67 – da guerra – até 1970, onde terminei meu segundo grau. Depois imigrei para a Itália, onde estava cursando curso superior.

Minha mãe com meus irmãos, que estavam comigo na Jordânia, depois de eu viajar para a Itália, foram para o Brasil, onde meu pai estava radicado. Ele tinha imigrado em 1956, como muitos palestinos. A primeira remessa de imigração de palestinos foi pra cá para o estado. Como até hoje, 80% da comunidade palestina que existe no Rio Grande do Sul são da década de 50, como o meu pai. Vieram estimulados pelo estado de guerra que se instalou em 1948, na

ocasião da criação do Estado de Israel em cima da metade da Palestina. A miséria, a pobreza, as consequências da guerra, estimulou as pessoas a imigrar para outros países para procurar a sua sorte, fazer um pouco de dinheiro, fazer uma nova vida, o que acabou acontecendo. Anos depois o pai traz a mãe, os irmãos. Eu, mais tarde venho me integrar à família. Acabamos ficando aqui.

Meu pai passou por Dom Pedrito, Lavras, Alegrete, Cachoeira. Eles andavam em várias cidades. Eram os mascates de antigamente, vendedores de ruas com as malas, isso na década de 50, o fenômeno era esse. Eram vendedores de rua, todos eles, os palestinos.

Nós perdemos a nossa casa, a nossa terra, os nossos pertences. Acabamos numa barraca na Jordânia, num campo de refugiados, acampamento de refugiados, com outros, por causa da guerra, todo mundo fugiu, porque os israelenses têm história de massacre, de massacrar os palestinos para forçar a sua fuga, o que eles planejam realmente para se apoderar de seus pertences, suas propriedades, casa, terra e assim instalar o novo Estado de Israel. Que para nós é uma colônia, porque estão colonizando a nossa terra. Que não tem direito nenhum.

Eu não cheguei a concluir o curso superior na Itália por dificuldades econômicas. Meu pai não conseguia me manter num país europeu. Eu tive que interromper um curso de medicina. Eu estudei 4 anos, faltava dois, três anos pra eu me formar, tive que interromper o curso por dificuldades econômicas. E acabei vindo para o Brasil, não podendo voltar ...

Tentei aqui a minha sorte. Tem que fazer vestibular, tem que passar para depois considerar as cadeiras que eu tinha feito no exterior. Isso é uma tarefa quase impossível para um estrangeiro disputar com os brasileiros, uma vaga pra medicina ainda. Eu tentei, mas não consegui, mas acabei passando pra engenharia civil na Unisinos, aonde cursei de novo. Aí apareceu uma opção econômica; larguei de novo o curso e comecei a trabalhar, a fazer a minha vida própria. Montar a minha família e estamos aqui.

Eu vim com mais uma irmã e dois irmãos. Dois irmãos tinham nascido no Brasil. Porque a mãe tinha ficado aqui e voltou de novo lá pra cuidar de nós, mais antigos. Só eu e a minha irmã nascemos lá. Agora os outros três irmãos são nascidos no Brasil. São brasileiros. Os dois maiores somos palestinos. O restante já nasceu aqui. Eu tenho 5 filhos, três deles estão na universidade. Eu já pai, estou com quase 60 anos, estou com 3 filhos na universidade aqui. A gente se considera brasileiro agora. Onde nós vivemos, trabalhamos. Fomos bem acolhidos. É o nosso novo país. A nossa nova pátria é o Brasil, hoje em dia. E os nossos filhos estão totalmente integrados no Brasil. Ao contrário de qualquer judeu no mundo. Eles não aceitam integração. Eles não se integram. Eles sempre falam hebreu, sempre confessam a religião e sempre cultivam a cultura, os costumes, as tradições, inclusive servem ao exército

de Israel. Muitos judeus do Brasil, de Porto Alegre, do Bonfim estão servindo o exército israelense lá na Palestina. Por eles se considerarem judeus. Ao contrário de nós árabes, que tem dez milhões de descendentes de libaneses no país. São totalmente integrados na vida política e social do país, como nós palestinos também. Eles se sentem totalmente brasileiros, os meus filhos. Sabem muito pouco da causa palestina, porque a gente não força nada realmente pra eles deixarem de ser brasileiros e pertencer 100% ao arabismo - o que acontece com os judeus. Por isso é que os judeus foram perseguidos sempre, em todos os países onde eles estiveram. O holocausto na Alemanha não surgiu à toa, mas porque eles eram comunidades fechadas em guetos, bairros fechados que tem suas próprias vidas. Por isso eles foram odiados, porque não aceitavam se integrar nas comunidades. Só falavam hebreu e colocavam aquele chapeuzinho² na cabeça deles, símbolo da religião judaica e só iam na sinagoga e só se casavam entre eles. Só falam hebreu, podem falar outra língua, mas o hebreu é sempre. Então, por isso eles eram mal-vistos. Eram sempre donos dos meios de comunicação. Donos dos bancos onde emprestavam dinheiro a juros e esse é o motivo de sensibilizar a sociedade contra eles. Isso aconteceu perseguição contra os judeus em todos os países aonde eles passaram. Toda a Europa: Espanha, Portugal, França, Alemanha, Polônia, na União Soviética. Foram massacrados sempre, sempre. Então somente por esses motivos. Porque eles não se integram e eram mal-vistos e claro, eles se consideram superiores, uma raça preferida. O povo eleito, o povo judeu. Eles se consideram o povo melhor do que os outros.

Tem uma sociedade palestina em Santa Maria, mas é uma sociedade realmente fracassada. Tem uma sede, mas quase sempre fechada. É uma sociedade fracassada. Com diretoria fracassada. Eu, em pessoa não faço parte. Aliás, eu tenho um processo na justiça contra essa sociedade, isso não é nenhum segredo. Há de lembrar do que? A situação política no nosso país se reflete aqui também. Onde tem a comunidade, pertencemos ao povo palestino. Especialmente nós, que vivemos lá, falamos a língua e acompanhamos todos os acontecimentos políticos na nossa pátria mãe, na Palestina. Então os problemas de lá, as divergências políticas no país de origem se refletem aqui. Isso acaba criando problemas aqui também. Então, como tem aqui, esquerda, direita, PT, PFL, partidos políticos, nós temos também partidos políticos, temos a Autoridade Nacional Palestina. Temos o Hamas, o Jihad, outros partidos, então, torcemos pra um contra outros, porque desaprovamos a política, a linha

² Abdel refere-se ao quipá, que em hebraico significa cúpula. É uma peça do vestuário masculino dos judeus, um pequeno chapéu em forma de circunferência, que simboliza o temor a Deus.

política de um e de outro. Isso acaba se refletindo aqui e acaba tendo essa divisão. A comunidade não é unida, não é nem um pouco unida. Tem uns que são conservadores, ainda usam as roupas, criam os filhos de uma maneira mais conservadora, muito fechada. Os outros já se integraram um pouco então fazem uma conciliação entre os costumes daqui e entre os costumes da terra. Como eu faço pessoalmente. Eu consigo as duas culturas. Eu deixo as minhas filhas e filhos estudarem na universidade, saem com os amigos deles, visitam, vão às festas de aniversário, passeiam, nós vamos ao mar e fazemos tais coisas. Mas também com certas limitações que consideramos linhas vermelhas no comportamento familiar, as nossas famílias são muito unidas, os pais com os filhos, isso é uma característica...

Quem é mais conservador na sociedade? As camadas mais pobres, as camadas que tem menos cultura. As pessoas que tem mais cultura se desenvolvem, são mais civilizadas. Acompanham a civilização. Então realmente tem famílias mais conservadoras, mais apegadas à religião, aos costumes. Então eles querem que os filhos deles casem com filhos de árabes. Eles trazem de lá, pessoas puras, árabes que eles consideram. Eu não faço questão dessas coisas. Eu entendo que o caráter da pessoa humana, ser educada, gentil, humana, solidária, uma pessoa de bem, tem conhecimentos, tem cultura, tem estudo. A cultura é universal, não só dos árabes, não só dos muçulmanos, então, eu, pra mim, não tenho esses problemas – tem que ser árabe para ser bom. Não, os outros também são bons. Tem muitas religiões. Por ser muçulmano, isso não garante qualidade a ninguém. Eu vejo outros ângulos. Ser muçulmano não garante qualidade a ninguém. Ao contrário, ser mais radical, mais conservador, deixar de fazer as coisas, deixar de permitir às filhas que estudem. Eu sei de famílias aqui, que tiram as filhas do colégio, se terminam o colégio, não deixam as filhas irem à universidade. Isso partindo de uma mentalidade arcaica, conservadora, bastante conservadora, que acaba tirando o direito das filhas de estudar, de fazer um curso superior, de ter sua independência...

De forma concentrada, isso depende da cultura de cada pessoa. Tem pessoa com menos cultura, são mais conservadoras, pessoas mais cultas já se integram na sociedade. Eu saio, vou à praia. Os meus filhos estão todos na universidade. A minha filha está quase se formando na universidade. Eu não tenho restrições dessa natureza. Claro, como certas coisas do arabismo a gente conserva. Certas coisas! Que eu falei no início. Eu, a minha política, a minha filosofia de vida em casa é conciliar as duas culturas. Pegar o que tem de melhor nas duas culturas. E não só pegar a minha e me fechar porque eu sou árabe, muçulmano, conservador e não querer olhar o que tem ao redor. Isso é muito errado, eu condeno. Então, a gente aqui estuda, aproveita que tem a universidade. Aproveita as liberdades, democracia, vamos ao mar, viajamos, convivemos. Somos sociais, vamos lá com a minha família, dançamos, bebemos,

álcool inclusive, mas certas limitações, vamos dizer... As minhas filhas não namoram, o casamento, certas coisas, a gente segue os nossos costumes. As minhas filhas não namoram, até vir um árabe e pedir a mão e tal coisa, enfim, tem procedimentos que são seguidos e o respeito em casa...

Nós aconselhamos ao filho não namorar. Ele pode sair, fazer amizade e tal coisa, mas nós desaprovamos a maneira como é feito o relacionamento entre os dois sexos aqui no Brasil, no Ocidente. Nós desaprovamos. Entendemos que a intimidade da mulher só deveria ser conservada para o esposo, para o casamento. Isso sim é a moral da história. Então não deixamos as filhas fazer, nem o filho também. O dia que ele gostar de uma moça e querer realmente essa moça, então vamos partir para o sério. Pedir a mão da moça, ele vai conhecer a moça. Então conhecer as duas famílias e vamos tratar das coisas de forma séria. E não deixamos o nosso filho passar conversa, como acontece...

Os quatro filhos já visitaram a Palestina. Eles falam árabe, escrevem. Eu dou aula de árabe pra eles. Eles sabem ler tudo. Semanalmente eu dou aula para eles. Eu acho bonito eles falarem isso. Mais um reconhecimento e um respeito às raízes, à cultura, as origens dos pais e não como uma obrigação que eles têm que falar árabe e rezar e respeitar a rigor todo o pacote de costumes e tradições. Não. Apenas como uma opção bonita, cultural, conhecer mais uma língua. Língua que era do meu pai. Como aquele que é filho de alemão, fala o alemão – é bonito. Nesse sentido e não que eu quero impor e fazê-los seguir todo o ritual de costumes. Eu me considero bastante liberal.

Eu estive uma vez só na Palestina, há dois anos atrás. Nós preferimos mandar os filhos antes lá, visitar a Palestina, conhecer a nossa origem, onde a gente nasceu, onde é nossa casa e tal coisa pra eles conhecerem um pouco as raízes, pra eles se apegarem um pouco, conhecer, saber as origens do pai, de onde nasceram, dos costumes de lá. Não pra eles seguirem os costumes, pra eles verem as coisas que a gente conta, pra eles entenderem como o pessoal se comporta lá.

Os palestinos pobres, ricos, conservadores ou liberais, todos eles gostam da Palestina. Todos eles defendem a democracia da Palestina. Defendem a liberdade da Palestina. Defendem que o povo da Palestina consiga expulsar os invasores fundar o Estado palestino democrático, independente, no solo da Palestina. Todos os palestinos são unânimes pra isso. Então por isso nosso trabalho é bem-vindo e bem-visto por todos, aplaudido por todos. Eu trabalho a nível nacional. A minha militância é a nível nacional no Brasil. O que eu posso fazer? Então claro, nós fazemos parte do povo palestino de lá também. A metade do nosso povo vive fora do território nacional. E a outra metade vive sob ocupação militar israelense.

Seja em Israel propriamente dito, que ficou criado em 1948, onde há um milhão e meio de palestinos que vivem sob ocupação. Já nasceram os filhos, mas estão lá. Estão lá isolados, privados de seus direitos. Nunca tem direitos iguais a um israelense. Depois, 2 milhões e meio vivem na Cisjordânia. E outro um milhão e meio vive na Faixa de Gaza. Nessas três partes tem 5 milhões. E os outros 5 vivem no exílio, lá fora. Então a representação política de todo um povo palestino, dos dez milhões, nós fazemos parte. Então nós temos direito a votar, eleger nossos representantes. Levar a nossa voz. Inclusive quando acontece alguma atitude da Autoridade Nacional Palestina que nós condenamos, nós mandamos mensagens, panfletos, levantamos a nossa voz e fazemos ouvir a nossa voz lá. Também a nossa condenação ou o nosso aplauso, vamos dizer, quando aplaudimos alguma atitude do governo palestino, dos partidos políticos palestinos. Aqui também acontecem congressos da comunidade palestina. Não só em Santa Maria. Em Santa Maria acontece alguma coisa na sociedade porque a coisa não está organizada aqui. Mas a nível nacional também, tem também esquerda, direita, partidos, federação. Outros partidos estão fora da federação porque desaprovam alguma maneira, mas sempre tem uma vida política, claro, isso é natural, pela natureza do povo palestino que foi expulso da sua terra e a sua terra está sendo reclamada como um lar nacional para eles. Os judeus fundaram um Estado israelense em cima da nossa pátria. Ainda nós somos imigração recente relativamente. Meus pais vieram na época de 50, eu de 70, 75 tal coisa, então ainda eu vi lá, nasci lá e fiquei os primeiros 15 anos lá. Porque a infância é marcante. É o convívio, é a tua língua mãe. Tu nunca esqueces. Pode aprender outras línguas. Eu falo italiano, falo inglês, falo espanhol, falo português aqui, mas a língua que eu mais domino, que me sinto mais a vontade é o árabe, a minha língua mãe. Aonde eu terminei o meu segundo grau. É por isso que temos essa ligação direta, nós somos diferentes de outra civilização, do italiano que a Itália está lá no seu lugar. Nenhum país está invadindo ou agredindo ou expulsando os italianos para sensibilizar a comunidade italiana aqui. Ao contrário do nosso caso, totalmente. Por isso nós estamos sempre militando. Nem todo mundo participa da política, nem todo mundo tem a disposição de lutar, de gastar seu tempo, seu dinheiro e muito menos sua vida lutando para um futuro melhor para sua geração, no caso, libertar a Palestina. Nem todo mundo se dispõe a fazer isso. Sempre tem um ou outro, por uma ou outra razão ou circunstância que se dispõe a fazer isso. Como aqui no Brasil, nem todo mundo faz política. Na hora das eleições, as pessoas vão lá por amizade, por política e vão lá fazer sua escolha. Nem todo mundo milita, acredita na política. Mas eu sou militante desde 1970, depois de sair da minha pátria, o que nos causou, é claro, um grande trauma. Perder a sua terra, a sua casa, ser bombardeado e fugir. Eu vivi três anos num campo de

refugiados no exílio, longe de minha pátria. Eu voltei para a Palestina só pela condição de ser brasileiro, com passaporte brasileiro. Senão jamais poderia ter voltado e visto meus parentes. 40 anos depois, visto a minha casa 40 anos depois. Isso que eles me deram uma semana de permissão, visto de uma semana. Enfim, voltei como brasileiro. Então a gente sempre está ligado, a gente sempre está trabalhando em favor da causa palestina. Eu sou militante contínuo, eu trabalho, eu viajo no Brasil, eu faço palestras, como te mostrei, eu sou diretor do site Viva A Palestina, porque entendemos que esse é um grande trabalho de divulgação da causa palestina. Temos milhares de visitantes que por mês entram no site para saber algo mais sobre a causa palestina.

Isso é de dois anos que eles (os refugiados) chegaram ao Brasil. Eu estou a par de tudo exatamente porque sou um militante. Militante político, sempre estou atento aos acontecimentos. Quando chegaram nós demos as boas vindas, nós acompanhamos. Eu viajei 4, 5 vezes a Mogi das Cruzes, onde a maior parte deles está radicado, está residindo lá nessa cidade.

O caso palestino é inédito. Os judeus declaram que a terra da Palestina tinha sido, antigamente, deles. Dois mil anos atrás. Isso causou um conflito em grande escala, que começou a existir em 1948, causando outra grande guerra em 1967. Onde todo o cerco da Palestina está sendo ocupado hoje em dia, pelo exército israelense, forçando a metade de 5 milhões de palestinos de fugir e viver nos campos de refugiados ou em outros países, como em todo esse tempo que passou. A curto prazo não há soluções para a nossa causa. Porque os países ocidentais vêm ajudando, aplaudindo, aprovando as atitudes do Estado de Israel. Isso, lógico, dificulta qualquer solução. Quais são as soluções que estão na pista? Ou fazer dois Estados para os dois povos, meio a meio, um pouco a mais, a menos, não é questão isso. A questão é que Israel não aceita isso também, de jeito nenhum. Aceita uma administração palestina, mas sob o domínio e ocupação militar ainda israelense. Sobre as fronteiras, sobre o ar, quer dizer aviação, tudo. Que esse país seja desmilitarizado, que seja ligado economicamente ao Estado de Israel e sem fronteiras livres, as suas fronteiras serão patrulhadas por Israel. Então isso fica inviável pra nós. Nós vamos ficar submissos, ocupados, militarmente pelo Estado de Israel. Isso é inaceitável. A segunda opção seria fazer um país só, o que nós reclamamos, os militantes de esquerda. Um Estado palestino democrático, laico para árabes e judeus, para palestinos e judeus. Enfim, sem discriminar religião, raça ou cor. Seja palestino ou judeu, muçulmano ou israelense e tal coisa. Enfim, todo mundo é cidadão, tem obrigações e direitos iguais perante a lei de um país. Aí pra mim não faz diferença se é um israelense o presidente do país ou um palestino. A diferença pra mim são as liberdades: o

direito de estudar, o acesso à saúde, a viajar, montar meu negócio, os filhos estudarem no colégio, na universidade, enfim as liberdades, o direito de cidadão. Essa é uma grande solução pra nós e pra eles pra terminar com o caso. Nós nascemos lá e estamos lá, 5 milhões de palestinos estão vivendo lá. Contra seis milhões de judeus israelenses. É quase igual, numa questão de poucos anos, porque o crescimento demográfico dos palestinos é muito maior do que o dos judeus. Enfim, vamos ser iguais, mas não é o caso. Nós reclamamos isso também. Mas eles não aceitam pensar ou tratar dessa coisa. Fazer um Estado só, chamado Israel ou chamado Palestina, isso não faz diferença. O que faz diferença é o conteúdo, que país é. Está aqui – eu sou palestino, árabe, muçulmano, eu faço meus rituais e tal coisa, enfim. Mas vivo no Brasil e tenho todos os direitos que você tem e todas as obrigações que você tem. Os meus filhos estão na universidade igual a todo mundo. Então que diferença faz? Por que nós não fazemos... Tem 10 milhões de libaneses aqui, descendentes de libaneses, em São Paulo a maioria deles. Estão aqui, todos trabalhando. Que diferença faz o Silvio Santos ser um presidente do Brasil, que é um judeu, ou o Paulo Salim Maluf? Que diferença faz para o Brasil? Nenhuma. O que faz a diferença é a democracia, a liberdade, acesso à educação, à saúde, ao transporte, ao trabalho, ao emprego, à moradia, todas as coisas que todo mundo reclama. Isso é que faz a diferença, não faz diferença a cara, a religião, a moral, a fisionomia dos cidadãos. Então nós pensamos muito em cima disso. Mas os judeus não aceitam porque dizem que a Palestina, historicamente, é deles e eles se acham um povo eleito, um povo superior. E os palestinos vão ficar submissos a eles, sem direitos. Desde 1967, de dois milhões e meio de palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, um milhão e meio não tem direito a voto, a carteira de trabalho. Fazem trabalhos escravos. Não são cidadãos. São cidadãos de quinta categoria. Sem direitos civis, quer dizer, podem ser torturados, presos, fuzilados a hora que eles bem entenderem. Nem um advogado consegue defender ou consegue coisa nenhuma de ninguém contra ninguém. Porque o estado de sítio domina o país. Nós somos um país ocupado, em guerra desde 1967 até hoje. Nós não somos cidadãos. Nem os cidadãos de um Estado palestino, nem um cidadão do Estado de Israel. E a situação vai continuar, a gente sabe que vai continuar porque Israel não quer negociar a paz, não quer tratar de coisa alguma aceitável para nós. Ou um Estado palestino independente, que seria dois Estados para dois povos, os judeus e os palestinos ou um Estado único, para todo mundo com direitos iguais e obrigações. Essas são as duas grandes soluções. Mas Israel é realmente intransigente, não aceita sentar, negociar seriamente qualquer coisa aceitável. Se valendo sempre do apoio total e irrestrito dos Estados Unidos, principalmente, sob forma econômica, forma de tecnologia, últimas invenções para fabricar mísseis, foguetes, computadores, que

eles oferecem. Israel é um grande país exportador de tecnologia para o mundo inteiro. Certas coisas o mundo inteiro compra deles. E apoio militar, navios, armas, foguetes, quando qualquer guerra, os navios americanos estão lá atracados fornecendo armas e munições para o Estado de Israel, depois trabalho de propaganda, defendendo as agressões israelenses contra os palestinos, como por exemplo, a última guerra de Israel à Gaza. Começou quando essa guerra? Dia 27 de dezembro do ano passado (2008) e se estendeu até o dia 20 de janeiro. O mundo inteiro viu pela mídia, pelas televisões a quantidade de aviões, de foguetes de fósforo queimando tudo, derrubando 200 mil casas na Faixa de Gaza, infernizando a vida do povo.

2.3.3 Yusra Zardeh

Eu nasci numa cidade pequena chamada Mizrah Sharqiah que fica no município de Ramallah. Eu vivi lá 15 anos. Depois dos quinze anos, meu marido já estava aqui no Brasil, morando em Santa Maria. Aí ele foi para a terra de novo, para casar, me conheceu e nós casamos. Como eu era menor de idade, tinha 15 anos, ele teve de vir para cá assinar uns documentos através da Polícia Federal, assumindo a responsabilidade sobre mim, que ele tinha condições de me sustentar. Aí ele voltou sozinho, fez a documentação, mandou para lá, e depois de 6 meses eu vim pra cá. Nós casamos em 1965. Em março de 1966 eu já estava aqui no Brasil. Eu estudei até a 4ª série lá porque as condições financeiras de minha família não me permitiam estudar mais tempo. Aí eu vim para o Brasil e vim morar em Santa Maria. Ele morava desde 1955. Ele veio com mais dois primos. Um pouco porque a situação financeira estava meio ruim. Tinham famílias grandes para sustentar. Veio ele e meu irmão. Para melhorar um pouco de vida. E por causa da situação dos conflitos também.

Eu vim de avião para São Paulo. Cheguei em época de carnaval. Pra mim que saí de uma cidade pequena, colônia assim, cair direto em São Paulo, pra mim foi “um outro mundo”! Em pleno carnaval, as pessoas estavam em pleno desfile, eu achei que ou eu estava louca ou eu estava em um país de loucos, mas aos poucos a gente vai se adaptando. E pra mim agora o Brasil é um país de primeiro mundo, o país das maravilhas.

Ele foi me aguardar em São Paulo. Quando o avião aterrissou em São Paulo, eu estava tão preocupada – *“Meu Deus do céu, e se por algum motivo der um desencontro, eu não sei falar, eu não sei fazer nada”!* Falei em voz alta e não é que estava sentada ao meu lado uma libanesa, árabe?! E ela me perguntou -“você é árabe?”, eu disse – “sou”, *“você está preocupada”?* Eu falei – *“estou, estou com medo de que o meu marido não esteja no aeroporto e eu não sei falar nada”.* Ela disse – *“não se preocupa minha filha”* era uma

senhora de idade e pegou na minha mão, *“tu não vais te perder, enquanto eu estiver contigo, eu vou ficar contigo até pegar a mão do teu marido e ele segurar a tua mão”*. Eu era uma adolescente, uma criança praticamente.

Realmente, aí meu marido, quando nós descemos do avião, ele estava na escada, lá embaixo, na pista do avião. Ele pediu licença para entrar lá, porque eu não sabia falar nada. Aí permitiram. Naquela época ainda permitiam, agora não deixam mais.

Foi a primeira vez. Ih, pra mim foi tudo novidade.

Na Palestina, eu morava com meu pai, minha mãe. Nós éramos onze irmãos.

Quando eu cheguei aqui, meu marido já tinha comércio. Tinha uma funcionária na loja. Estava o meu cunhado também aqui. O meu cunhado veio depois do meu marido. Meu marido mandou a passagem pra ele e ele veio pra cá. Até, quando o meu marido veio para o Brasil, ele teve que penhorar umas oliveiras que ele tem lá na Palestina pra comprar a passagem. Aí ele trabalhou e o primeiro mês que ele trabalhou, ganhou o dinheiro para pagar a penhora. E já mandou dinheiro para resgatar as oliveiras. E ele trouxe no bolso vinte dólares, só vinte dólares. Aí ele chegou aqui, botou o dinheiro num envelope e mandou para a mãe dele que era pobre. Porque aqui ele tinha parentes que compravam a mercadoria fiado e saíam com as malas vendendo, pagavam e iam vendendo e comprando. Então o dinheiro que chegou com ele, mandou pra ela, coitada que estava *“mal das pernas”* também.

Quando o irmão dele chegou, trabalharam os dois juntos, depois abriram loja na Avenida Rio Branco, número 480, onde tem uma igreja lá agora. Ao lado da igreja, bem em frente ao supermercado Rede Super que tem ali. Aí eu cheguei ali, tinha a funcionária na loja e meu cunhado e meu marido trabalhavam na loja. Aí quando eu cheguei, eu sou curiosa, comecei a querer saber – *“o que é isso? como é que chama aquilo?, como é que fala isso?”* porque eu me sentia mal, as pessoas chegavam para me cumprimentar – muito prazer, eu não sabia nem falar. Aí no outro dia, a empregada perguntava: – Aprendeu alguma coisa? Eu respondia: - Aprendi. Então o que é isso? Sapato, camisa, e naquela época a gente usava papel para enrolar as coisas. Eu falei *“babel”*. Ela disse – *“não, não vai falar babel que nem todos os outros árabes”*, porque no alfabeto árabe não tem letra p, então a maioria dos árabes falam babel, porque não existe p, e ela me dizia *“tu não vai aprender nada com o teu cunhado, nem com o teu marido, deixa que eu te ensino, é p, não vai falar tudo b”*. Aí ela começou a me ensinar até eu pronunciar as coisas direito, é graças a ela que eu falo mais ou menos o português, um pouco melhor. Aí, aos poucos a gente vai aprendendo. Nem que viva cem anos no Brasil, sempre vai ter uma palavra nova. Até hoje, até amanhã, a gente está aprendendo o português, porque não é a nossa língua mãe, que a gente já nasce e grava tudo na cabeça. Esse

aí não, esse aí a gente começou a aprender depois de adulto então demora mais, porque tu não consegues aprender tudo. Então a gente morre aprendendo.

Então comecei a ajudar. Os dois saiam de malas pra viajar e eu ficava com a funcionária na loja. Aí, quando eu comecei a falar melhor o português, nós dispensamos a funcionária, não precisava mais. E seguimos trabalhando sem funcionária.

Trabalhei só comércio. Além de dona de casa, eu sou tudo né... Dona de casa, mãe, mulher. A faxineira da casa, a cozinheira, a balconista, a caixa. Tudo, tudo, tudo.

Com os filhos tem que fazer mescla porque não tem como tu... como é que eu vou te explicar: é como tu pegar uma planta do Amazonas e querer plantar em Santa Maria, o clima é diferente, o ar é diferente, os costumes são diferentes, a cultura é diferente. Então a gente procura fazer tudo dentro dos limites das duas culturas, pra que esteja bom pra eles, das duas. Mas muitas vezes, para todo imigrante, vai dar choque de culturas entre pais e filhos. Mas aos pouquinhos a gente vai se dobrando um pouco, os filhos vão se dobrando um pouco e a gente acaba encaixando as coisas.

Eles (os filhos) são muçulmanos, mas não são praticantes. Eles sabem o que é certo e o que é errado. Mas eles não fazem as orações no tapete, aquelas orações de cor. Tem que falar de cor, sem ler o alcorão, muitas coisas que o alcorão diz que pode e o que não pode, eles sabem o que é certo ou que é errado, mas eles não praticam a oração...

Meu filho, que mora aqui na frente casou com brasileira. O outro de Florianópolis, ela é brasileira de origem libanesa, mas é brasileira. As meninas, uma casou com brasileiro e tem duas solteiras.

Todos estudaram. Meu filho mais velho é médico. Minha filha mais velha é farmacêutica, tirou duas "*farmácias*". O meu filho que mora aqui na frente é comerciante, pra não ficar fora do costume árabe, né, e a outra fez pedagogia e a mais nova que mora em Brasília, trabalha na Caixa, ela fez administração e informática, dois cursos. Tenho seis netos, de cada filho um casal. Um casal aqui, um casal em Brasília e um casal em Florianópolis.

Voltei já três vezes à Palestina. A última vez já faz cinco anos. A última vez que eu fui para a Palestina, fui sozinha. A última não, a penúltima vez eu fui para a Palestina. A última eu fui só até a Jordânia porque eu fui pra Arábia Saudita, eu e meu marido, fizemos aquela viagem religiosa, de peregrinação em Meca. E voltamos só até a Jordânia, depois voltamos para o Brasil de novo.

É que assim, eu vivi no Brasil praticamente três vezes mais do que o que eu vivi na minha terra. Por isso quando eu leio o alcorão, em vez de pegar a tradução em árabe, eu procuro a tradução em português, tu acredita? Tem palavras em árabe que, como eu tive

pouco estudo, então o alcorão é gramática, é mais fácil de ler este que tem tradução. Então cada palavra que eu não entendo, eu recorro ao português pra ver o que significa. Eu sou brasileira naturalizada já. Já a minha cabeça funciona mais em português do que em árabe. Mas sempre lá no cantinho da gente, a terra da gente fica reservada como um lugarzinho que a gente tem saudade. Mas pra viver, eu prefiro viver aqui.

Eu não voltaria. Não voltaria porque meus filhos estão enraizados aqui, tem meus netos. Voltar lá sozinha não tem condições. Pra viver eu prefiro aqui. Eu vou, passeio, mato a saudade da família e volto. Porque aqui, o Brasil é o país de todos, é o país que me deu oportunidades, se eu tivesse lá eu não teria, com essas confusões que está tendo lá. Graças a Deus criei meus filhos com saúde, tranquilidade, paz, todos formados, todos encaminhados, nenhum deles seguiu caminho ruim, graças a Deus, isso eu tenho certeza de que os meus filhos jamais farão mal a alguém por iniciativa deles. Só se um dia alguém atacar eles né, porque entre matar ou morrer, é matar.

Claro que a gente se importa com o que acontece com a Palestina, porque é nosso povo, nosso país, nossa cultura, tudo que está acontecendo lá. Os conflitos. Não tem uma família que não tenha sido afetada por morte, por tragédia, ou casa demolida, ou morreu alguém, ou alguém está com a perna, braço machucados, não tem uma família que não foi afetada. Isso aí, todo mundo, não tem uma pessoa que se sintam bem com uma situação como esta. Os canais árabes transmitem tudo. O que a gente não escuta nos canais do Brasil, os canais árabes transmitem, às vezes ao vivo e a cores.

2.3.4 Jamil Alkatib

Eu nasci numa área... Num vilarejo chamado Quiber. Este lugar quando eu saí de lá, há 40 anos atrás, em 1968, tinha aproximadamente 5 mil habitantes. Um vilarejo pequeno, saudável, perto da cidade de Ramallah, onde hoje é a capital financeira da Autoridade Palestina, dos palestinos. E aí morava eu, meus pais, e nós somos oito irmãos, quatro homens e quatro mulheres. Bom, eu com seis anos cursei o primeiro ano, fiquei o primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto ano na minha cidade. Tinha uma escola referencial e aí em 1967, quando os judeus, sempre os judeus, invadiram a Cisjordânia como chamam, mas na realidade é a segunda parte da Palestina, aí eu tenho um irmão que morava no Brasil. Esse meu irmão que morava no Brasil veio em 1960. Aí os pais ficaram com medo e me mandaram de lá pra cá, inclusive eu era menor, tinha uns quatorze anos. Com quatorze anos eu saí de lá e cheguei aqui no Brasil em 1968.

Então, quando eu cheguei aqui tinha 14 anos. Meus pais tiveram de fazer tipo uma procuração ou autorização, pelo fato de eu ser menor, para poder ser recebido normalmente aqui. Aí chegamos em Porto Alegre em 1968. Vim de trem de Porto Alegre a Alegrete, onde meu irmão morava. Eu me lembro que foi uma viagem fantástica que levou, acho que 10 horas ou 11 horas. Mas foi uma viagem inesquecível. Minha primeira viagem de trem, eu não conhecia trem. Vim pela Varig, naquela época tinha a Varig, que fazia a linha internacional. De Tel-Aviv ao Rio de Janeiro e Rio de Janeiro a Porto Alegre. Fazia escala no Rio de Janeiro e descia em Porto Alegre. Devo ter feito uma escala na Europa, na França, alguma coisa parecida. Aí eu saí de lá e ficou toda a minha família, meus pais, minhas irmãs e mais dois irmãos.

As irmãs têm umas que são maiores outras que são menores. E tenho três irmãs que moram na Jordânia, casaram com uns parentes meus, porque a gente é muito... É um hábito de casar entre parentes. E foram pra Jordânia em 1968. Tudo em função da ocupação do Estado de Israel na parte dos palestinos.

As minhas irmãs que são casadas e tem filhos, cada uma tem um monte de filhos, dez filhos cada uma tem, elas estão lá. E tenho um irmão que é menor que eu e uma irmã que ficaram lá. Meus pais faleceram. Meu pai viveu quase cem anos. Era colono. Em função de ter de colocar comida pra nove pessoas ou oito pessoas, ele tinha que trabalhar todo santo dia. Então por isso a saúde dele era uma saúde extremamente saudável. Dormia cedo, comia bem.

Eu estava falando que ele tinha de trabalhar de sol a sol para sustentar as nove bocas que comiam. E com isso, dele ter de trabalhar todo santo dia e do trabalho dele ser físico, viveu quase cem anos. E a minha mãe morreu com 80 anos por causa da diabete. E dentro da casa dos meus pais ficou um irmão meu que é casado, que tem também dez ou doze filhos e tenho também outra irmã, que é a menor de todas que mora lá, mas não mora na mesma casa, entendeu? Ela mora na casa da família dela, na casa do marido.

Nós chegamos em Alegrete em 1968. E eu extremamente... Sei lá, feliz e triste ao mesmo tempo, porque deixei meus pais e ao mesmo tempo estava indo para um novo mundo e nesse novo mundo tem alguém que te escora, que é irmão, que te escora.

Meu irmão tinha uma loja boa em Alegrete. Uma loja que já estava com alicerce, já estava trabalhando. Tinha freguês, tinha amigos, tinha família, estava morando há uns cinco ou seis anos. E aí a vida foi fácil, não foi tão difícil. Porque no caso dele ele teve que carregar as duas malas e sair a mascatear. Sair, bater palmas, "*bom dia freguês, compra ou não compra?*". Eu, o meu caso não foi esse. Foi muito mais fácil. Aí comecei a trabalhar na loja em seguida. Fui para a escola. Primeiramente foi pra aulas particulares. Tinha professora de

português. Eu tinha aula todo santo dia. Isso é período de menos de trinta dias. Eu sem saber dizer nada, nem bom dia, nem boa tarde em português. Estudei um ano em particular. E aí ingressei numa escola, que eu me lembro até hoje, se chamava Anita Ramos. No primeiro ano, eu com 14, 15 anos no primeiro ano primário. Aí fui, estudei primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, aí fiz o supletivo, isso foi em 1976 ou 1977. Eu já falava bem o português. Houve uma época em que eu não tinha nem sotaque. Agora eu tenho porque envelheci.

Fiz o segundo grau com técnico em contabilidade. Me formei em técnico em contabilidade em 1979.

Em 1979 deu a invasão dos argentinos. Porque a moeda argentina favorecia naquela época, era muito valiosa e deu a invasão dos argentinos de comprarem em Uruguaiana. Aí me fui de Alegrete para Uruguaiana, isso foi em 1980. Era uma invasão dos argentinos, eram vendas e vendas. Um comércio fantástico, tudo que você colocava na loja vendia. Aí em 1983 fui a Barra do Quaraí.

Aí eu abri lojas. Abri loja em Uruguaiana, na Rua Santana. Aí parou a invasão dos argentinos e fui para a Barra do Quaraí, que foi onde eu conheci a minha esposa, que foi em 1987. Aí eu conheci a minha mulher, a Najah. Nós casamos. Eu estava na Barra do Quaraí e ela não quis morar na Barra do Quaraí, porque Barra do Quaraí é um vilarejo de dois ou três mil habitantes. E nós morávamos, lá tem o Rio Uruguai, que separa o Uruguai do Brasil e da Argentina e lá dá um mosquito bárbaro e ela disse – *“não, aqui eu não fico e não fico”*. Acabamos indo para Santiago, já casados. Sem filhos ainda. Em Santiago nós tivemos uma loja, duas lojas e vieram os filhos. Todos eles nasceram em Santiago. São quatro guris e uma guria.

Nós somos assim: o árabe tem o costume, se conhece pela tradição, pela família, pela raiz. É fulana filha do fulano. É pelos laços. Só que o sistema árabe é assim, todo mundo praticamente conhece todo mundo, dentro da comunidade. Eu sei quem é o finado pai dela, ela sabe quem eu sou. Então a gente tem um espelho onde pode se espelhar. E aí aconteceu. Nos conhecemos, noivamos. Ficamos seis meses noivos. Seis meses noivos, aí você conhece melhor a pessoa e aí nós casamos em outubro de 1987. E aí vieram os filhos que são unidos, cinco filhos maravilhosos.

Pra Santa Maria nós viemos em 1992 ou 1993. Mais era ganância comercial porque eu tinha duas lojas em Santiago e o fato de Santa Maria ser uma cidade maior, eu digo - ta, vou enriquecer em Santa Maria. E outro fator seria a família dela que mora aqui em Santa Maria. Os pais dela moram há mais de 50 anos. Se instalaram na Avenida Rio Branco e o finado pai dela morou ali, acho, que uns trinta ou quarenta anos.

Abri loja. Eu abri, tinha três lojas aqui. Tinha uma ali onde é o Carrefour, outra loja que nós tínhamos era ali no calçadão, Finasa, Finasa ou Ficrisa... e a outra loja era onde é a Por Menos. Agora não tenho. Fechei e quebrei

Não estou fazendo nada agora. E quem sustenta no caso, eu não trabalho, mas às vezes eu viajo, faço alguma coisa.

Eu penso assim: se eu amo a minha pátria, eu amo a segunda pátria que é o Brasil. Então se você não ama a sua terra natal, você não ama a sua segunda pátria. Então é lógico, que se um dia a Palestina voltar, que é difícil, eu vou, vou... Não digo que vou voltar porque hoje eu tenho a família. A maior parte da minha família mora aqui no Brasil. Que seria a minha senhora, os filhos e tenho os amigos, tenho irmão, tenho sobrinhos. Então é mais aqui do que lá. Só que a pátria natal sempre é a pátria amada e a gente jamais vai esquecer onde se nasce...

Voltei uma vez à Palestina, há uns vinte anos. Fui ver meus pais.

As tradições que cultivamos, uma é a religião, que a mulher reza todo santo dia 5 vezes ao dia. A língua porque se fala o árabe dentro de casa. Os filhos falam, o que não fala entende. A culinária, a comida. Os costumes, hábitos. Praticamente tudo. Então a gente preserva praticamente todos. E tem os filhos que gostam de arroz, gostam de feijão, gostam de churrasco, de comida gaúcha. E a gente participa junto e faz junto. Eu sou assador, gosto de assar. Então, eu não passo um domingo sem fazer churrasco. E os filhos gostam, a família gosta. Temos muitos amigos entre árabes, brasileiros, gaúchos. A gente se dá super bem. É muito simpático, muito agradável, não é encrenqueiro, não é miudeiro que a troco de nada eu vou... Não. Então a gente vive num clima super saudável, uma harmonia agradável. Vive em paz, com a mulher, os filhos e os amigos. É mais ou menos isso.

Com a causa palestina a gente se envolve direto e indireto, embora a gente não carregue arma e não tenha como se defender. Embora que a gente não carrega armas, não sabe lidar com armas. Só que, a gente faz o que pode, dentro das possibilidades no caso. Divulga, defende, esclarece, tenta ensinar ou falar a verdade que hoje em dia é difícil que alguém te entenda, em função da televisão que distorce todos os fatos. A TV distorce todos os fatos, ela inverte, o que é verdade passa a ser mentira, o que é mentira passa a ser verdade. Então você tem que saber olhar na frente e atrás na TV. Então a gente divulga, esclarece, faz de tudo para poder lutar com a caneta, com a mente, ou sei lá o que a gente pode fazer.

A nossa cultura, o Alcorão diz assim – ensinar e aprender. Jamais, independente do sexo, não há uma diferença entre... Não pode a filha mulher ser uma analfabeta.

Tem é um cuidado de pai. A cultura, a mesma raça. Mas não é só o árabe que quer que case com a mesma cultura, qualquer raça. O japonês, o brasileiro, o alemão. Em função da cultura, dos hábitos, dos nomes, de comer, de dormir, de agir. É normal isso... Isso é normal.

2.3.5 Najah Samara Alkatib

Eu nasci na Palestina, o nome da cidade é Lubban, em Sharqiah. É perto de Nablós, na divisa com Nablós. Vivi até os dez, dez ou onze anos. Vivi a minha infância. Eu recordo de tudo. Não esqueci nada. Eu retornei de volta para a minha cidade, onde eu nasci a casa, os parentes, então até hoje eu não esqueci nada do que eu deixei lá. Vim. Primeiro vieram meus pais. Primeiro veio meu pai. Se estabeleceu aqui em Santa Maria. Ele veio direto da Palestina para Santa Maria. Ficou aqui. Comércio. Entrou no comércio. Começou como mascate, a história palestina é a mesma acho para todos os palestinos que vieram. Nenhum deles veio rico. Todos vieram pobres. Se fizeram aqui através do comércio, primeiro como mascate e depois abriram um pequeno comércio e foram progredindo até como estão. Depois de..., não me lembro de quantos anos veio a mãe, aí nós ficamos. Fiquei eu e meu irmão Nessin. O outro, eu tenho um irmão mais velho, que na época estudava no Egito, em Alexandria, na universidade de Alexandria. Formou-se engenheiro mecânico. E outra irmã casada que foi morar no Kuwait. Os pequenos, éramos eu e o Nessin. Aí nós ficamos longe dos pais três anos, junto de nossos avós, que nos criaram, os avós e uns tios. Aí, depois de três anos da vinda da nossa mãe para cá para o Brasil nos trouxeram para cá. Os nossos avós tinham medo de nos mandar junto da nossa mãe para cá para o Brasil, porque nós íamos vir pequenos. Eu ia vir com 6 ou 7 anos. Eles ficaram com medo de a gente esquecer de falar o árabe e a nossa cultura, os costumes. E criança pequena, tu sabes, esquece rápido... Então, os nossos avós, o medo deles era da gente vir aqui para o Brasil, um país estrangeiro, a gente esquece-los, esquecer os parentes, esquecer as raízes. Então, não! Eles falaram para os nossos pais – *“os nossos netos tem de ficar aqui mais uns anos com nós até eles ficarem maiores e depois se vocês quiserem levar lá pro Brasil, vocês levam”*. Então, depois de três anos da vinda da minha mãe, nós viemos. Eu vim com 11 anos. Dez, onze anos. O Nessin veio com 17 anos. Aí vim pra cá. A primeira coisa que meu pai providenciou foi escola. Professora particular. A gente veio... Eu te digo até a data – 1º de abril, até parece mentira, 1º de abril de 1971, que nós viemos. Até que o Nessin estava comentando esses dias que nós viemos no dia dos bobos, dia 1º de abril. Está lá no nosso passaporte, tudo, consta dia 1º de abril.

Nisso aí as escolas já tinham iniciado aqui no Brasil. Nem eu falava o português, nem o Nêssin. Então ficamos um mês e o pai providenciou uma professora particular. Ela morava bem em frente, na Avenida Rio Branco. Até lembro até hoje o nome dela, professora Eni. Ela que me ensinou a ler, escrever, me alfabetizou. Depois, de todo esse tempo, de abril até o outro ano, que inicia o ano letivo em março. Todo esse período eu fiquei com ela, estudando. Levava-me com ela para a escola onde ela lecionava. Lecionava numa escola que eu não me recordo o nome, mas era na Avenida Presidente Vargas. Levava-me junto, colocava na classe. E eu, os primeiros dias de aula, as primeiras semanas, foi uma coisa que me marcou. Como eu não sabia falar o português, nem ela o árabe, a gente se comunicava tudo através de gestos. Por exemplo, ela dava as aulas assim pra mim: dizia copo, ela trazia pra mim, botava na frente e dizia – *“isso aqui é copo; isso aqui é xícara; o que tem dentro é água”*. Então tudo isso aqui foi através desse sistema de trabalho que ela fez comigo que eu aprendi tão rápido. Me alfabetizei num estalar de dedos, como se diz.

Aí ingressei, fui pra escola, estudar no Sant’Anna. Meu pai me matriculou no Sant’Anna. Como eu tinha 11 anos, como é que eu ia para a primeira série? Aí ela pediu para a diretora fazer tipo uma prova comigo, que não me deixasse na primeira série e visse qual série eu podia entrar, na terceira, na quarta, sei lá, na minha idade, pra eu não ficar muito atrás. Aí a diretora aceitou. Aceitaram e disse – *“nós vamos fazer uma prova, se ela passar a gente a deixa passar para a terceira série”*. Eu fiz a prova, passei. Elas acharam fora de série e me passaram para a terceira série. E daí em diante eu fui. Estudei até a oitava série no Sant’Anna. Do Sant’Anna eu passei aqui para o Maneco. Fiz o segundo grau no Maneco. Depois fiz uma federal. Me formei em Arquivologia. Em seguida que me formei, conheci meu marido. Em 1987, ano que me formei, logo que me formei o conheci. Aí nós casamos, vieram os filhos e tudo mais trabalhando no comércio...

Fui à Palestina mais duas vezes.

Sempre trabalhei no comércio. Depois... Eu me formei, aí quando a gente se casou nós não moramos aqui em Santa Maria. A gente foi morar lá na Barra do Quaraí. Bendita Barra do Quaraí!. Casamos em outubro, ficamos em novembro, dezembro, e janeiro viemos embora. Aí a gente foi pra Santiago. Aí vieram os filhos e tudo mais e a minha profissão eu deixei de lado porque estava mergulhada no comércio e com a família. Aí vieram os filhos, cresceram e estamos aqui.

2.3.6 Bahaeldin³

Os pais dele são cidadãos da cidade de Haifa⁴, na Palestina, isso antes de 1948. Ele não tinha nascido ainda. Em função da criação do Estado de Israel, eles participaram da guerra que acabou com a anexação de territórios que não estavam previstos na Resolução da Partilha da ONU. Aí, os pais dele se retiraram se abrigando com o exército do Iraque, indo para Bagdá, onde ele nasceu em 1962, em Bagdá.

Os palestinos começaram a ser perseguidos de forma sistemática, de forma cruel, sendo massacrados pelas milícias iraquianas, apoiados pelos americanos, matando vários deles. Aí, os que sobraram, fugiram para as fronteiras porque impediam a passagem deles para outros países. E acabaram se acampando, os palestinos, em dois acampamentos. Ele citou Ruweished, onde ele acabou ficando, com outras centenas de milhares de palestinos, durante quatro anos e meio.

Ele é uma vítima. Foi sequestrado pela ocasião da invasão. Ficou sequestrado durante três dias, foi torturado para confessar o que ele não sabe. Ainda no Iraque. Aí ele foi obrigado a sair do país e fugir das milícias xiitas do Iraque. Ele é submetido a tratamentos psicológicos em consequência das torturas que ele sofreu.

Em 26 de abril de 2003 ele saiu do Iraque e foi para esse acampamento, ocasião da invasão americana. Ele ficou quatro anos e meio exatamente nesse acampamento de refugiados, no deserto, vivendo em barracas.

Ele conhecia todos os refugiados que vieram para o Brasil e todos estavam nesse campo de refugiados, provavelmente tenham passado pelas mesmas situações. A perseguição, a fuga para esse acampamento até a vinda para o Brasil. Outros foram para outros países. 107 deles vieram para o Brasil. A maioria foi para países europeus, Noruega, Suécia.

Ele sempre esteve sozinho nesse trajeto. Da saída do Iraque, a permanência no acampamento e a vinda ao Brasil, ele sempre esteve sozinho. Agora outros familiares, irmãos e tal coisa estavam num outro acampamento, na fronteira com a Síria. Esse acampamento dele estava na fronteira com a Jordânia.

Foi o ACNUR que os dividiu no Brasil. Eles não sabiam as regiões, nem as cidades. Foi o ACNUR que os dividiu. Disseram - tu vais para Santa Maria – está bem. Nenhum deles

³ Como Bahaeldin não fala português, Abdel Rahmam intermediou a entrevista realizando a tradução do idioma Árabe para o Português e vice-versa. A transcrição apresentada é a parte da tradução que Abdel faz das respostas de Bahaeldin, por isso o texto encontra-se em terceira pessoa do singular, referindo-se a este.

⁴ Haifa, na atualidade, é uma cidade portuária situada no norte de Israel.

sabia nada. Para eles era um novo mundo, um novo mistério. Nenhum deles tinha contato com alguém que deu preferência por tal lugar.

Ele disse: – Imagina o que eu ganho por mês é trezentos e cinquenta reais, para viver o mês inteiro. E eu sou uma pessoa deprimida, em função de tudo que aconteceu tive de deixar minha família, meu lar. Imagina viver 4 anos e meio no deserto e vir para o Brasil viver nestas condições, não podendo sair para lugar nenhum.

Os refugiados não têm documentos de brasileiros, nem do ACNUR. Eles não podem sair para lugar nenhum.

Eles são deixados, ele e a mulher dele. E ele tem um filho na Venezuela, mas ele não pode ir porque não tem dinheiro e porque ele não pode ir para lá.

Nesses três anos ele recebia esses trezentos e cinquenta reais. E desde fevereiro do ano passado ele havia sido informado que não teria mais salário. Agora estão cogitando de voltar a pagar, mas nada de concreto até agora. Eles estão agora sem dinheiro, vivendo com as pequenas ajudas da comunidade palestina. A Najah o ajuda. Eles pagavam o aluguel também.

Ele tem poucas condições de se submeter a cursos, de aprender seja a língua, seja uma profissão, em função da situação psicológica dele. Em certos momentos ele entra em depressão, ele não consegue fazer absolutamente nada. No Iraque, ele trabalhava em um restaurante que era do pai dele. E nesta situação em que ele está, não consegue acumular palavras e aprender.

Aqui, ele tem contato com as famílias dos demais refugiados. Eles passaram a mesma situação. Elas devem ter recebido um pouco mais de dinheiro por serem umas famílias mais numerosas. Uma família de oito pessoas recebia setecentos reais. E eles tiveram as mesmas dificuldades, mínimas condições para aprender. Se tivesse tido algum curso persistente, eles teriam aprendido muita coisa em dois anos. Mas nenhum deles fala minimamente o português, nem mesmo foi feito algo sobre dar um curso profissionalizante. Nesse sentido nada foi feito. Agora, sobre a família que tinha saído daqui há uns seis meses atrás para Brasília, realmente saíram do país rumo ao Sudão no dia 15 de fevereiro. E quem arranjou as passagens, porque o ACNUR se negou a ajudá-los, foi a comunidade de Brasília que deu as passagens, que custava 12 mil reais para uma família de 4 pessoas. Então, dia 15 de fevereiro foram para o Sudão.

Ele se envolve com a Causa Palestina tentando acessar pela internet, acompanhar os acontecimentos. Se informar, pelo menos. Ele assiste a canais árabes.

Essa parte da comunidade brasileira a gente se sente bem, o povo brasileiro é generoso, acolhedor, amigo. A gente se sente bem, não tem discriminação. Tirando os nossos

problemas, nesse campo a gente se sente muito bem e acha que teria condições de conviver e se sentir cidadãos otimamente.

Em meio às condições que ele vive aqui, ele solicitou para o ACNUR o retorno ao Oriente. Porque esse acampamento do qual nós falamos foi desmontado. Todas as pessoas que estavam lá são os últimos 107 que o Brasil acolheu, para “limpar” o acampamento. Então tem um segundo acampamento que estaria nas fronteiras com a Síria, que é pra onde ele solicitou o retorno, porque aqui ele vê que, num futuro próximo, vai para a rua. Porque nos últimos três meses não receberam salários, não tem nenhuma assistência e tem os problemas pessoais que ele sofre. Se ele retornar poderia achar algum familiar, estaria mais perto lá. Então ele está solicitando a saída do país, não está conseguindo pensar em ficar aqui, dentro das condições em que ele está.

O grupo de refugiados que veio para Santa Maria era composto da família que saiu e tem mais duas famílias. Uma família são uma senhora com duas filhas e um filho pequeno. Duas filhas já moças, de vinte e poucos anos. O pai, o marido deixou e está em São Paulo. Veio com elas, mas está em São Paulo. E uma segunda família é um casal, mais duas filhas também e um filho pequeno. Então são duas famílias além dele.

Os relatos de integrantes da comunidade palestina de Santa Maria permitem o conhecimento das consequências da limpeza étnica explicada por PAPPÉ (2006) e das ações do Movimento Sionista, de uma forma mais palpável, mais sólida, pois é a história dos indivíduos que vivenciaram e sofreram *'na pele'* todas as violências. Com a análise de seus relatos podemos entender melhor como essas pessoas conseguiram se adaptar à realidade social tão diferente do meio onde nasceram e iniciaram suas vidas, como continuaram lutando pelo direito de retorno à Palestina e a situação dos palestinos refugiados na atualidade.

3 SER PALESTINO NO BRASIL

3.1 A adaptação dos palestinos na sociedade brasileira

Os imigrantes italianos e alemães, entre outros povos europeus e asiáticos, os quais passaram a participar da composição do povo brasileiro a partir do século XIX e colonizaram regiões do Brasil ainda inabitadas, em geral, deixaram seu país para buscar melhores condições econômicas. Viviam pobremente em seus países e vieram “fazer a América” como diziam os italianos, ou seja, arranjar trabalho, melhorar suas condições financeiras, enriquecer para poder voltar mais tarde a viver na terra natal. Essa é a razão que explica a grande maioria dos casos de imigração para o Brasil, que aproveitava esse contingente, pois necessitava de mão-de-obra qualificada, já que o trabalho negro não servia mais, desde a abolição da escravidão.

Contudo, a mesma explicação não serve para compreender o processo de imigração dos palestinos. Grande parte da população palestina foi expulsa da região de onde era originária, tendo todos os seus bens tomados pelos sionistas e tendo de buscar refúgio em outras regiões da própria Palestina ou nos países árabes vizinhos. A parte populacional que não foi expulsa viu-se obrigada a escolher entre permanecer em uma terra onde teria de conviver diariamente com humilhações e atos de violência ou deixar a região para viver onde houvesse paz, longe das atrocidades praticadas pelos judeus.

Afora esta escolha, há que se lembrar de que a Palestina, onde nasceram e apreenderam sua cultura e todos os seus valores, deixou de existir, assim que iniciou o movimento sionista, porque fora invadida, destruída, colonizada e reduzida a duas regiões – Faixa de Gaza e Cisjordânia – pequenas áreas sem continuidade territorial e controladas pela força militar israelense. Ou seja, o povo palestino teve um processo de imigração praticamente forçado, onde o principal objetivo não era a busca de melhor empregabilidade, juntar dinheiro e fazer riqueza, mas sim conseguir manter-se vivo, pois a região formada de muitas aldeias de plantações de oliveiras e laranjeiras denominada Palestina, onde aprendera a viver, não existia mais.

Os primeiros imigrantes palestinos a chegarem ao Brasil tinham sido agricultores na Palestina, possuíam pequenas porções de terra, de onde garantiam a sobrevivência da família. Esses palestinos tiveram a sorte de não terem todos seus bens tomados quando da invasão

israelense, pois para poderem vir para o Brasil tiveram que se desfazer do que possuíam, como alguns animais, plantações de oliveiras, ou pedaço de terra, para conseguir o dinheiro da viagem de navio. A maioria chegou ao Brasil com muito pouco dinheiro para recomeçar sua vida do zero.

Nos passaportes dos palestinos que vieram na década de 1950 consta uma declaração pessoal de que a finalidade da viagem para o Brasil era “*morar na zona rural e trabalhar na agricultura*” (ver Anexo D). Essas pessoas chegaram ao porto de Santos, no Estado de São Paulo e, boa parte, dirigiu-se para o Estado do Rio Grande do Sul porque tinham a informação de que esta era uma região que possuía grande quantidade de terras para cultivar.

No entanto, não se soube de que algum palestino tenha chegado a residir na área rural e trabalhar na agricultura, haja vista que para trabalhar com a agricultura no Brasil, existiam duas possibilidades: adquirir uma propriedade rural e os utensílios necessários para o desenvolvimento da atividade agrícola ou empregar-se como trabalhador assalariado nas grandes lavouras já existentes. Nenhuma das opções parecia interessante aos olhos dos imigrantes palestinos, pois eles não possuíam recursos financeiros suficientes para a aquisição da terra e, por outro lado, não estavam acostumados a trabalhar como empregados, tinham o hábito da autonomia, ou seja, de serem os gestores de sua própria subsistência.

Dessa forma, a primeira atividade econômica dos imigrantes palestinos foi a mascateação, conforme os relatos informam:

Eles chegavam e não trabalhavam com agricultura. Eles começaram a trabalhar como mascates: saíam e vendiam as roupas. (Nessin).

De acordo com MORALES (2004), além da etnia sírio-libanesa (seu objeto de estudo no referido trabalho), também praticaram a mascateação no Brasil os imigrantes portugueses, alemães e judeus, diferenciando-se cada etnia na maneira de exercer tal atividade. Ainda conforme a autora, os imigrantes sírio-libaneses espalharam-se pelos cinco mil municípios brasileiros comercializando itens de todas as espécies pelos interiores do país, em regiões onde nenhum outro comerciante havia chegado, enquanto os judeus praticavam esse tipo de comércio dentro das cidades.

A mascateação dos palestinos se assemelhou mais a praticada pelos judeus, já que desempenhavam um comércio urbano, batendo nas portas das residências, a partir da década de 1950.

Meu pai passou por Dom Pedrito, Lavras, Alegrete, Cachoeira. Eles andavam em várias cidades. Eram os mascates de antigamente, vendedores de ruas com as malas, isso na década de 50, o fenômeno era esse. Eram vendedores de rua, todos eles, os palestinos. (Abdel).

Assim, a inserção social dos imigrantes palestinos no Brasil passava pela atividade comercial como mascates e pela alfabetização na língua portuguesa. Os primeiros imigrantes a chegar tiveram mais dificuldade na adaptação, pois, além de não conhecerem ninguém, falavam somente a língua árabe e precisavam aprender rapidamente o idioma português, enquanto conheciam os costumes brasileiros, muito diversos dos seus, e começavam a trabalhar.

Os palestinos chegados nas décadas de 1960 e 1970 tinham familiares que já estavam bem estabelecidos na sociedade brasileira, conforme atesta também o passaporte destes, que declara a finalidade da imigração como “*reunião familiar*” (ver Anexo E). Eles eram auxiliados em seus processos de imigração. Esse modo de imigração encadeado ocorria quando os imigrantes já estabelecidos facilitavam a vinda de seus patrícios, mandando-lhes algumas vezes o dinheiro da viagem, hospedando-os em suas residências, empregando-os em seus estabelecimentos comerciais ou fornecendo-lhes mercadorias para que pudessem iniciar o trabalho como mascates e auxiliando da melhor maneira possível na aprendizagem da língua portuguesa. O modo de imigração encadeado ocorreu com os imigrantes sírio-libaneses também, que, conforme MORALES,

[...] numa atitude de zelo e de cautela, indivíduos do mesmo núcleo familiar não cruzavam o oceano de uma única vez. Buscando maiores garantias de segurança, viajavam sucessivamente, deixando, entre a chegada de um e a partida de outro, um espaço de tempo suficiente para a criação das mínimas condições necessárias ao estabelecimento dos novos integrantes das colônias. (MORALES, 2004, p. 97).

Este foi o caso de Abdel, que imigrou em 1975, tendo demorado 14 anos para juntar-se a sua família, cujo pai foi o primeiro integrante a imigrar para o Brasil, em 1956, e sua mãe e irmã em 1970. A exemplo, quando Jamil chegou em Alegrete, em 1968, foi morar e trabalhar com o irmão que estava na cidade havia oito anos.

Meu irmão tinha uma loja boa em Alegrete. Uma loja que já estava com alicerces, já estava trabalhando. Tinha freguês, tinha amigos, tinha família, estava morando há uns cinco ou seis anos. E aí a vida foi fácil, não foi tão difícil. Porque no caso dele ele teve que carregar as duas malas e sair a mascatear. Sair bater, palmas, “*bom dia freguês, compra ou não compra?*”. Eu, o meu caso não foi esse. Foi muito mais fácil. (Jamil).

Foi através dos relatos destes últimos imigrantes que soubemos a respeito dos primeiros imigrantes palestinos, pois destes restam poucos vivos na cidade de Santa Maria. Os palestinos chegados no Rio Grande do Sul e em Santa Maria na década de 1960 em diante eram filhos, irmãos mais novos ou esposas recém casadas daqueles que chegaram primeiro. Eles vieram juntar-se aos familiares que já haviam conseguido estruturar a vida aqui e prosperado em suas atividades econômicas, de maneira que muitos já haviam adquirido lojas no comércio de algumas cidades do estado, assim como em Santa Maria. Então, obtivemos mais informações a respeito da chegada e adaptação destes últimos, que, em seus relatos, contam sobre a primeira preocupação de seus pais ou parentes que aqui estavam, de colocá-los a estudar o português imediatamente.

A minha adaptação no começo foi difícil. Qualquer um estrangeiro quando vem para se adaptar a uma língua estrangeira, a coisa não é tão fácil. Porque não é só a língua, alguns costumes, algumas coisas diferentes. Mas como meus pais já estavam aqui, pra mim ficou mais fácil. Como eu me dedicava ao estudo exatamente. (Nessin).

Nem eu falava o português, nem o Nessin. Então ficamos um mês e o pai providenciou uma professora particular. Ela morava bem em frente, na Avenida Rio Branco. [...] Ela que me ensinou a ler, escrever, me alfabetizou. (Najah).

Dessa forma é que se constituiu a comunidade palestina em Santa Maria, que após 2007 passou a agregar os palestinos refugiados. Afora a diferença existente entre os processos vividos pelos imigrantes e pelos refugiados e as particularidades identitárias dos dois grupos, a comunidade apresenta características que a homogeneíza, como: a prática da religião muçulmana; a atuação na causa Palestina; e a visão positiva que têm do Brasil. Nos contatos realizados com as pessoas da comunidade palestina santa-mariense constatou-se esses elementos. Dentre esses, algumas pessoas são mais rígidas na prática religiosa, umas atuam ideologicamente na luta em prol da causa palestina, outras têm uma atuação mais pessoal e, de certa forma, mais cultural. Entretanto, satisfatoriamente, todas têm um sentimento de conforto, gratidão e amor pelo Brasil, país que lhes possibilitou um recomeço de vida.

Atualmente, os imigrantes da comunidade palestina de Santa Maria encontram-se integrados à sociedade santa-mariense e brasileira, onde vivem há cerca de 50 anos. Eles interagem com toda a sociedade, principalmente em suas atividades comerciais, mas também porque frequentam os mesmo lugares, assistem aos mesmos programas de televisão, escutam as mesmas músicas, preparam sua alimentação da mesma maneira que qualquer outro santa-mariense. Ao mesmo tempo, esses sujeitos não passam despercebidos pelos locais onde se expressam, pois ao manterem elementos de sua cultura árabe original, tornam-se diferentes

dos brasileiros natos. Por isso, pode-se dizer que existe uma fusão entre os modos de viver árabe e brasileiro, presente na comunidade palestina, que não deixou de praticar sua religião e, por conseguinte, sua cultura, mas a combinou com características do jeito de ser do brasileiro.

Essa característica da comunidade palestina de Santa Maria pode ser melhor explicada pelo fenômeno que WARNIER (2000) chama de *turbulências culturais da época atual*, ou seja, a presença de costumes e ações pertencentes a culturas diferentes num único indivíduo, ao mesmo tempo. O autor fala que a formação da identidade ultrapassa a capacidade de escolha dos indivíduos, fazendo com que as pessoas passem a incorporar alguns valores alheios a sua cultura original ao longo das vivências cotidianas, quando nestas experiências são propiciadas interações com outros modos de viver. Os indivíduos têm certo grau de liberdade e racionalidade quanto à cultura, tradição e identificação, mas as culturas e as identidades sofrem transformações devido ao fato de estarem constantemente *imersas nas turbulências da história*, ocasionando o que se pode denominar de conflitos identitários. Contudo, cabe salientar que esses conflitos fazem parte de um processo natural, que, ao invés de causar prejuízos aos sujeitos, fazem com que eles possam se integrar mais facilmente.

Os imigrantes palestinos, que já possuíam seu arcabouço cultural e identitário característico do Oriente Médio, com sua língua, sua religião e costumes que orientavam seu jeito de agir perante o coletivo da sociedade local, ao imigrar para o Brasil, um país de cultura muito diversa da sua, e conviver com esta ao longo de cerca de meio século, passam naturalmente a interagir com a cultura encontrada no novo ambiente, e provocar modificações nas suas próprias identidades, pois

Não há cultura-tradição que não seja ligada a uma dada sociedade, histórica e geograficamente situada. Uma cultura não pode viver ou transmitir-se independentemente da sociedade que a alimenta. Reciprocamente, não há nenhuma sociedade no mundo que não possua sua própria cultura. É aí que a cultura é *socializada*. (WARNIER, 2000, p. 13).

Assim, vamos encontrar, dentre os palestinos entrevistados, várias situações onde eles demonstram pertencer à cultura árabe-muçulmana, mas admitem ter adquirido alguns hábitos do modo de viver cristão-ocidental. Por vezes esses hábitos são incorporados de maneira consciente, como escolhas que visam melhorar a qualidade de vida em meio à sociedade receptora. Contudo, na maioria das vezes, os sujeitos passam a praticar novas ações, ausentes em sua cultura original, sem a consciência imediata e, apenas são socializados pelas turbulências da história. O relato de Jamil exemplifica bem esse fenômeno, pois ele mostra que a família mantém laços culturais árabes, como a religião e a língua falada dentro de casa,

característica que é grandemente valorizada por toda a comunidade, mas salienta os novos hábitos que surgem da convivência com a nova cultura. Sobre isto, deve-se observar o quanto são os filhos de Jamil que contribuem para a inserção dos pais nos novos hábitos, alimentares neste caso, ao que CUCHE (1999) explica que os filhos de imigrantes, nascidos no país receptor, chamados erroneamente de “*imigrantes de segunda geração*”, já que estes nunca migraram colaboram “*para a transformação da cultura de seu grupo, considerando sua dupla socialização, no interior da família, por um lado, e na escola e no contato com os jovens [...] por outro lado*”.

As tradições que cultivamos, uma é a religião, que a mulher reza todo santo dia, 5 vezes ao dia. A língua porque se fala o árabe dentro de casa. Os filhos falam, o que não fala entende. A culinária, a comida. Os costumes, hábitos. Praticamente tudo. Então a gente preserva praticamente todos. E tem os filhos que gostam de arroz, gostam de feijão, gostam de churrasco, de comida gaúcha. E a gente participa junto e faz junto. Eu sou assador, gosto de assar. Então, eu não passo um domingo sem fazer churrasco. E os filhos gostam, a família gosta. Temos muitos amigos entre árabes, brasileiros, gaúchos. (Jamil).

Analisando o relato, entende-se que dentre os elementos culturais destacados, a esposa de Jamil é a principal mantenedora da religião na família, que todos os membros conhecem a língua árabe, mas que nem todos os filhos falam e, que é enfatizada a vontade dos filhos no que se refere aos hábitos alimentares que pertencem à cultura brasileira e gaúcha - o gosto pelo arroz, feijão e churrasco. Ou seja, enquanto é a matriarca, imigrante, que preserva um dos itens mais importantes da cultura palestina que é a religiosidade, os pais são levados a cultivar novos hábitos influenciados, em grande medida, pelos filhos, haja vista que “*a tradição, pela qual se transmite a cultura, impregna desde a infância o nosso corpo e a nossa alma, de maneira indelével. (WARNIER, 2000, p. 17)*”. Dessa forma, os pais, que são imigrantes nascidos no Oriente Médio, terão mais dificuldade de deixar de reproduzir as práticas de sua cultura original, ao passo que os filhos, brasileiros e gaúchos, terão sua identidade permeada pela cultura árabe, vivenciada em casa e pela cultura brasileira vivenciada em todos os demais locais de socialização, desde o momento de seus nascimentos.

Apesar dessa dinâmica cultural existente na comunidade palestina de Santa Maria, que possibilita a aceitação de novos costumes, percebe-se, também, como característica marcante desses sujeitos, a vontade de perpetuar os costumes e tradições trazidos da Palestina. Dentre os elementos da cultura árabe, o elemento central e injetor desta ação é a religião muçulmana. A religião islâmica é o cerne da cultura árabe-palestina, fator que orienta a maneira de viver

de seus componentes, pois é característica inerente do elemento religioso funcionar como dispositivo de organização e controle social.

[...] as religiões possuem um caráter dual, dizendo-nos tanto o que é o mundo quanto como devemos agir nele. Os símbolos religiosos nos asseguram que o mundo é ordenado e, por conseguinte, satisfazem uma necessidade fundamental de escapar dos acasos de um universo absurdo e irracional. [...] símbolos sagrados constroem um mundo que faz sentido, e ao compreender o mundo aprendemos a nos conduzir. (KUPER, 2002, p. 135).

Sendo a comunidade palestina de Santa Maria majoritariamente muçulmana, estabeleceu-se que seu modo de viver é pautado pelos valores presentes no Alcorão, as regras estão todas pautadas pelas leis religiosas. *“Todas as obrigações religiosas, morais e sociais do homem estão estabelecidas na sagrada lei muçulmana, a xariá”* (GAARDER, 2000, p. 130).

Todos os imigrantes e os refugiados professam o islamismo e seguem seus preceitos em suas rotinas pessoais, variando a intensidade da prática de alguns hábitos de pessoa para pessoa.

A esse respeito, nota-se uma diferença entre algumas famílias no tocante a religiosidade dos filhos. Alguns imigrantes fizeram esforço de educar e manter seus filhos dentro da tradição muçulmana e os tornaram fiéis da mesma fé. Outros, como Yusra, admitem ter ensinado o que consideravam ideal dentro da cultura árabe, mas aceitaram que os filhos fossem influenciados pelos costumes ocidentais e nem viessem a praticar a religião.

Com os filhos tem que fazer mescla [...]. Então a gente procura fazer tudo dentro dos limites das duas culturas, pra que esteja bom pra eles. [...] Mas aos pouquinhos a gente vai se dobrando um pouco, os filhos vão se dobrando um pouco e a gente acaba encaixando as coisas. Eles são muçulmanos, mas não são praticantes. Eles sabem o que é certo e o que é errado. Mas eles não fazem as orações no tapete, aquelas orações de cor. (Yusra).

De acordo com o Alcorão, os muçulmanos devem rezar de cor no tapete, cinco vezes ao dia. Ao menos uma vez por semana, devem ir à mesquita fazer as orações, preferencialmente nas sextas-feiras ao meio-dia. Nos países árabes, as sextas-feiras ao meio-dia os muçulmanos fecham seus estabelecimentos profissionais e dedicam-se às orações.

Então, para manter a tradição da prática da oração semanal na sexta-feira, os muçulmanos da comunidade santa-mariense passaram a frequentar a mesquita ao meio-dia, orar e voltar a trabalhar em seguida, fazendo o restante do retiro espiritual no domingo, dia em que normalmente o comércio da cidade não tem funcionamento.

Nós temos a Sociedade Árabe-Palestina que fica situada na Rua Vale Machado com a Rio Branco que é a nossa sede, que nós temos lá a nossa mesquita, que a gente vai lá rezar todas as sextas-feiras. Então cada comemoração de algumas datas, a gente comemora dentro da sociedade. (Nessin).

Mesmo nos sujeitos menos geridos pelas leis muçulmanas, como é o caso de Abdel, pode-se perceber traços da influência islâmica, pois, apesar de ser um comerciante, condena a prática da cobrança de juros, proibido pelo Alcorão, conforme indica sua fala a respeito dos judeus - *“Donos dos bancos onde emprestavam dinheiro a juros e esse é o motivo de sensibilizar a sociedade contra eles.”* (Abdel).

Entre os aspectos culturais valorizados pela comunidade palestina está a importância dada à educação formal, elemento recorrente em suas falas. Ao contarem sobre seu estabelecimento em Santa Maria, ou anteriormente em outras cidades, falam dos lugares onde estudaram, nomes dos colégios, nomes das professoras, faculdades que tentaram fazer ou em que se formaram.

Acabei passando pra engenharia civil na Unisinos, aonde cursei de novo. Aí apareceu uma opção econômica; larguei de novo o curso e comecei a trabalhar, a fazer a minha vida própria. Montar a minha família e estamos aqui. [...] estou com 3 filhos na universidade aqui. (Abdel).

Todos estudaram. Meu filho mais velho é médico. Minha filha mais velha é farmacêutica, tirou duas *“farmácias”*. O meu filho que mora aqui na frente é comerciante, pra não ficar fora do costume árabe, né, e a outra fez pedagogia e a mais nova que mora em Brasília, trabalha na Caixa, ela fez administração e informática, dois cursos. (Yusra).

Fiz o segundo grau com técnico em contabilidade. Me formei em técnico em contabilidade em 1979. (Jamil).

Depois fiz uma federal. Me formei em Arquivologia. (Najah).

Os primeiros imigrantes buscaram propiciar aos seus filhos o acesso imediato ao estudo e o prosseguimento deste até a conclusão de um curso de nível superior. Contudo, ocorre a manutenção das atividades econômicas comerciais. Mesmo os filhos dos imigrantes tendo a oportunidade de estudar até a formação profissional, não deixaram de dedicarem-se aos negócios do pai ou vir a possuir propriedade comercial quando chegada a idade de constituir família.

Com o passar do tempo, esse elemento se propaga na relação dos imigrantes com seus filhos brasileiros. Em todas as famílias incentiva-se muito que os filhos, independentemente do sexo, estudem e façam faculdade. É perceptível o orgulho e a satisfação sentido pelo fato de poderem acessar o ensino superior. Entre os descendentes de palestinos nascidos em Santa

Maria ainda ocorre esse costume como forma de garantir o sustento da família até que a nova atividade profissional do jovem diplomado possa substituir a atividade anterior, coisa que muitas vezes não acontece.

A relevância dada ao papel da educação formal e da formação profissional consiste na busca da segurança pessoal, de possibilitar que o jovem da comunidade palestina esteja inserido na cultura universitária da cidade, percorra a mesma trajetória almejada pelos jovens brasileiros, podendo garantir uma profissão liberal, mesmo tendo o suporte da experiência comercial da família.

3.2 A atuação militante na Causa Palestina

O intenso desejo de informar a todos sobre a história da Palestina, o sofrimento dos palestinos desde a criação de Israel até os acontecimentos atuais está presente na ação de cada um dos imigrantes palestinos, dos descendentes e dos refugiados. Eles preocupam-se, principalmente, em alertar sobre as inverdades, meias verdades que são transmitidas na grande mídia brasileira e mundial, que sempre mostra os palestinos como terroristas e os israelenses como vítimas. A situação desesperadora de milhões de palestinos que ficaram no Oriente Médio e o objetivo do retorno do Estado Palestino explicam o motivo do espírito militante desse povo.

Percebe-se nesses sujeitos históricos uma necessidade de contar suas histórias de vida, do sofrimento de seu povo, mas também sobre a cultura palestina, divulgar as artes, o folclore, a economia existente antes da *Nakba*¹, para desmentir a historieta sionista da '*terra sem povo*'.

É interessante o quanto essa disposição toma parte de suas vidas, mesmo tendo passado tanto tempo da data de sua saída da Palestina e faça com que tenham notório conhecimento sobre a história da Palestina e dos acontecimentos atuais na região. Isto pode ser entendido através da definição de CUCHE sobre etnocentrismo, como sendo "*a identificação normal de cada indivíduo com a sociedade à qual ele pertence e a valorização de sua própria cultura. Sob pena de ser marginalizado, todo indivíduo é, e deve ser em alguma medida, etnocentrista*". (CUCHE apud WARNIER, 2000). Os palestinos, mesmo os que chegaram

¹ Nakba é uma palavra árabe que significa catástrofe. Os árabes-palestinos usam essa palavra para se referir aos ataques violentos do judeus às aldeias palestinas durante o ano de 1948.

ainda na década de 1950 no Brasil, guardam vivas todas as memórias dos acontecimentos que presenciaram em sua terra natal, que os obrigaram a deixá-la e continuam lutando, de modos variados, para que a Palestina reconquiste um território onde seja possível construir um Estado livre e independente.

Meu pai saiu após a guerra. Porque foi depois da Segunda Guerra Mundial que os ingleses saíram em 1948. Antes era ocupação turca na Palestina. Os ingleses expulsaram os turcos. Aí vieram os ingleses que entregaram para Israel em 1948, quando o Estado de Israel foi fundado. (Nessin).

O caso palestino é inédito. Os judeus declaram que a terra da Palestina tinha sido, antigamente, deles. Dois mil anos atrás. Isso causou um conflito em grande escala, que começou a existir em 1948, causando outra grande guerra em 1967. Onde todo o cerco da Palestina está sendo ocupado hoje em dia, pelo exército israelense, forçando a metade de 5 milhões de palestinos de fugir e viver nos campos de refugiados ou em outros países, como em todo esse tempo que passou. A curto prazo não há soluções para a nossa causa. Porque os países ocidentais vêm ajudando, aplaudindo, aprovando as atitudes do Estado de Israel. Isso, lógico, dificulta qualquer solução. Quais são as soluções que estão na pista? Ou fazer dois Estados para os dois povos, meio a meio, um pouco a mais, a menos, não é questão isso. A questão é que Israel não aceita isso também, de jeito nenhum. Aceita uma administração palestina, mas sob o domínio e ocupação militar ainda israelense. Sobre as fronteiras, sobre o ar, quer dizer aviação, tudo. Que esse país seja desmilitarizado, que seja ligado economicamente ao Estado de Israel e sem fronteiras livres, as suas fronteiras serão patrulhadas por Israel. Então isso fica inviável pra nós. Nós vamos ficar submissos, ocupados, militarmente pelo Estado de Israel. Isso é inaceitável. A segunda opção seria fazer um país só, o que nós reclamamos, os militantes de esquerda. Um Estado palestino democrático, laico para árabes e judeus, para palestinos e judeus. Enfim, sem discriminar religião, raça ou cor. Seja palestino ou judeu, muçulmano ou israelense e tal coisa. Enfim, todo mundo é cidadão, tem obrigações e direitos iguais perante a lei de um país. (Abdel).

Contudo, essa militância palestina não é uniforme na sua forma de ação. É possível elencar alguns aspectos comuns nas formas de atuação que são o conhecimento da história da Palestina, a busca por informações atualizadas dos acontecimentos que envolvem a Questão Palestina e a disposição de falar a respeito, de explicar para qualquer tipo de público, seja contribuindo para pesquisas isoladas seja em palestras para um maior número de pessoas.

Dentre os sujeitos entrevistados, percebe-se dois tipos de militância na causa palestina. A maioria dos membros da comunidade palestina tem uma atuação mais pessoal e cultural, quase imperceptível, mas que produz efeitos interessantes e chega a incomodar os seus opositores. De outro lado, estão os palestinos que atuam ideologicamente, com filiação partidária e se envolvem mais intensamente na prática política. Os primeiros palestinos, embora não sejam atuantes políticos, são adeptos da Autoridade Nacional Palestina, considerada política de direita, ligados a Federação Palestina do Brasil. Os outros imigrantes são mais críticos, adeptos de partidos de esquerda, que desaprovam a conduta política da

Autoridade Nacional Palestina, considerando-a “*corrupta, reacionária e colaboradora com os inimigos israelenses*”.²

Essa diferença de postura entre os integrantes da comunidade se reflete também em cisões internas ao grupo, como pode ser percebido nas falas de Abdel e Nessin, que são completamente diversas quando o assunto abordado é a atuação política tanto interna à comunidade como do macro movimento palestino.

Tem uma sociedade palestina em Santa Maria, mas é uma sociedade realmente fracassada. Tem uma sede, mas quase sempre fechada. É uma sociedade fracassada. Com diretoria fracassada. Eu, em pessoa não faço parte. Aliás, eu tenho um processo na justiça contra essa sociedade, isso não é nenhum segredo. Há de lembrar do que? A situação política no nosso país se reflete aqui também. Onde tem a comunidade, pertencemos ao povo palestino. Especialmente nós, que vivemos lá, falamos a língua e acompanhamos todos os acontecimentos políticos na nossa pátria mãe, na Palestina. Então os problemas de lá, as divergências políticas no país de origem se refletem aqui. Isso acaba criando problemas aqui também. Então, como tem aqui, esquerda, direita, PT, PFL, partidos políticos, nós temos também partidos políticos, temos a Autoridade Nacional Palestina. Temos o Hamas, o Jihad, outros partidos, então, torcemos pra um contra outros, porque desaprovamos a política, a linha política de um e de outro. Isso acaba se refletindo aqui e acaba tendo essa divisão. A comunidade não é unida, não é nem um pouco unida. (Abdel).

A OLP, tu sabes, é um órgão que representa o povo palestino. Mas aí entra o lado político e o lado político eu não gosto muito de falar. (Nessin).

Abdel é representante da militância político-partidária, filiado ao partido palestino de esquerda Frente Popular de Libertação da Palestina. Sua ação consiste na divulgação da história e dos acontecimentos diários, participando de eventos, movimentos, palestras, aulas em universidades em todo o território nacional e, principalmente, na direção do sítio eletrônico Viva a Palestina, onde ele posta variados tipos de materiais informativos, como notícias, artigos de estudiosos, fotos, mapas.

Mas eu sou militante desde 1970, depois de sair da minha pátria, o que nos causou, é claro, um grande trauma. Perder a sua terra, a sua casa, ser bombardeado e fugir. Eu vivi três anos num campo de refugiados no exílio, longe de minha pátria. Eu voltei para a Palestina só pela condição de ser brasileiro, com passaporte brasileiro. Senão jamais poderia ter voltado e visto meus parentes. 40 anos depois, visto a minha casa 40 anos depois. Isso que eles me deram uma semana de permissão, visto de uma semana. Enfim, voltei como brasileiro. Então a gente sempre está ligado, a gente sempre está trabalhando em favor da causa palestina. Eu sou militante contínuo, eu trabalho, eu viajo no Brasil, eu faço palestras, como te mostrei, eu sou diretor do site Viva A Palestina, porque entendemos que esse é um grande trabalho de divulgação da causa palestina. Temos milhares de visitantes que por mês entram no site para saber algo mais sobre a causa palestina.

² Opinião expressada por Abdel Rahmam em e-mail enviado a Camilla Arenhart em 01 de fevereiro de 2010.

Então nós temos direito a votar, eleger nossos representantes. Levar a nossa voz. Inclusive quando acontece alguma atitude da Autoridade Nacional Palestina que nós condenamos, nós mandamos mensagens, panfletos, levantamos a nossa voz e fazemos ouvir a nossa voz lá. (Abdel).

Os palestinos que atuam de forma pessoal e cultural não têm uma militância organizada, com ações planejadas como os político-partidários, nem suas ações perpassam o espaço geográfico onde residem, mas contribuem bastante para a divulgação da causa palestina e a manutenção da luta com a sua prática local.

Com a causa palestina a gente se envolve direto e indireto, embora a gente não carregue arma e não tenha como se defender. Embora que a gente não carrega armas, não sabe lidar com armas. Só que, a gente faz o que pode, dentro das possibilidades no caso. Divulga, defende, esclarece, tenta ensinar ou falar a verdade que hoje em dia é difícil que alguém te entenda, em função da televisão que distorce todos os fatos. A TV distorce todos os fatos, ela inverte, o que é verdade passa a ser mentira, o que é mentira passa a ser verdade. Então você tem que saber olhar na frente e atrás na TV. Então a gente divulga, esclarece, faz de tudo para poder lutar com a caneta, com a mente, ou sei lá o que a gente pode fazer. (Jamil).

Claro que a gente se importa com o que acontece com a Palestina, porque é nosso povo, nosso país, nossa cultura, tudo que está acontecendo lá. Os conflitos. Não tem uma família que não tenha sido afetada por morte, por tragédia, ou casa demolida, ou morreu alguém, ou alguém está com a perna, braço machucados, não tem uma família que não foi afetada. Isso aí, todo mundo, não tem uma pessoa que se sinta bem com uma situação como esta. Os canais árabes transmitem tudo. O que a gente não escuta nos canais do Brasil, os canais árabes transmitem, às vezes ao vivo e a cores. (Yusra).

Embora exista essa diferença na forma de atuar pela causa palestina e nas filiações político-partidárias, os dois grupos, ao preservarem a cultura árabe em seu jeito de viver, praticam a ação política de manter viva a causa e a luta palestina.

Entre as ações inerentes à cultura árabe-palestina praticadas pelos imigrantes, que possibilitam uma espécie de atuação política velada estão: a manutenção e divulgação da própria cultura palestina, como a preservação da religião e da língua nos ambientes familiares; os casamentos endogâmicos; as famílias numerosas; e as viagens dos filhos de imigrantes à Palestina.

Quanto à constituição familiar, a comunidade palestina continuou bastante tradicional desde sua chegada até a atualidade, buscando realizar os casamentos sempre entre palestinos. Nesse sentido, o esforço de encontrar o parceiro ideal algumas vezes fez com que os já radicados no Brasil fossem buscar seus pares no Oriente Médio. Quase sempre as mulheres é que foram trazidas para o país. Os palestinos construíram uma rede social muito ativa em todo o Estado em função disso. Assim, os casamentos ainda são negociados entre descendentes nascidos em diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Essa tradição representa a vontade de

continuação da cultura e religião muçulmana, do nome da família, do sangue, e ainda se constitui numa forma de atuação na causa política da Questão Palestina, bem como a busca por seu fortalecimento. A vontade de dar continuidade ao povo palestino e manter vínculos contínuos com a Palestina nas relações familiares, econômicas, políticas e culturais se manifesta, pois, através da endogamia que prepondera entre os palestinos.

Os imigrantes também mantiveram o costume muçulmano de ter vários filhos, '*quantos Alá quiser*' e, assim, perpetuar a “raça” palestina onde quer que estejam para que não sejam esquecidos e nem a sua causa. Exemplo disso é o fato de que a maioria das famílias contatadas teve cinco filhos.

Os palestinos pertencentes à segunda geração de imigrantes buscam propiciar aos filhos, nascidos no Brasil, viagens à Palestina para que eles possam conhecer os parentes, mas principalmente para terem contato com o jeito de viver árabe, com os costumes, dando embasamento prático ao que lhes ensinam no Brasil.

O imigrante não pode ser então o representante da cultura de seu país nem mesmo de sua comunidade particular original pois se encontra fora da evolução (sobretudo cultural) do país e de sua comunidade. Apesar de seus esforços para continuarem fiéis a sua cultura, os imigrantes estão sempre defasados da cultura que se estabelece depois de sua partida. (CUCHE, 1999, p. 229).

Essa prática recorrente se faz necessária para a manutenção da cultura e tradição, pois os pais já não conseguem ser exemplos fidedignos da cultura apreendida na Palestina antes de sua migração para o Brasil, por isso a necessidade de possibilitar aos filhos que conheçam a terra de origem.

Eu procuro levar alguns filhos cada dois, três anos. Ano passado (2008) eu fui, visitei. Tenho meus tios, meus sobrinhos, meu irmão. Alguns moram na Palestina, outros moram na Jordânia. Na Palestina mesmo, perto de Jerusalém. (Nessin).

Os quatro filhos já visitaram a Palestina. Eles falam árabe, escrevem. [...] Semanalmente eu dou aula para eles. Eu acho bonito eles falarem isso. Mais um reconhecimento e um respeito às raízes, à cultura, às origens dos pais e não como uma obrigação que eles têm que falar árabe e rezar e respeitar a rigor todo o pacote de costumes e tradições. Não. Apenas como uma opção bonita, cultura, conhecer mais uma língua. Língua que era do meu pai. Como aquele que é filho de alemão, fala o alemão – é bonito. Nesse sentido e não que eu quero impor e fazê-los seguir todo o ritual de costumes. Eu me considero bastante liberal.

Eu estive uma vez só na Palestina, há dois anos atrás. Nós preferimos mandar os filhos antes lá, visitar a Palestina, conhecer a nossa origem, onde a gente nasceu, onde é nossa casa e tal coisa pra eles conhecerem um pouco as raízes, pra eles se apegarem um pouco, conhecer, saber as origens do pai, de onde nasceram, dos costumes de lá. Não pra eles seguirem os costumes, pra eles verem as coisas que a gente conta, pra eles entenderem como o pessoal se comporta lá. (Abdel).

3.3 Os Palestinos Refugiados

A situação dos palestinos hoje continua a ser de sofrimento. Um milhão e meio de palestinos que vivem na Faixa de Gaza enfrentam um clima de guerra e medo constante. Em dezembro de 2008, Israel iniciou um ataque contra o Hamas na Faixa de Gaza, com bombardeios aéreos e ações terrestres, inclusive com a utilização de bombas de fósforo, causando a destruição de toda a infraestrutura palestina. O ataque durou três semanas e resultou na morte de mil e trezentos palestinos (mais de quatrocentas crianças) contra três civis mortos em Israel. Na Cisjordânia os palestinos sofrem maus tratos e perseguição diariamente em meio a vários assentamentos judeus e cercados pelo muro.

Passados sessenta anos da criação do Estado de Israel, a catástrofe palestina continua devido à política dominadora israelense, o apoio dos Estados Unidos, a ineficiência da ONU na resolução das questões inerentes e a frágil e fragmentada atuação político-militar palestina. Em razão dessa situação, enquanto parte da população palestina resiste na Faixa de Gaza, Cisjordânia e em Israel, outros continuam deslocando-se para países árabes, onde, normalmente enfrentam problemas de adaptação também e campos de refugiados espalhados pelo Oriente Médio.

Por esta razão ainda hoje existem muitos campos de refugiados palestinos. Só no Líbano são doze campos com mais de duzentas mil pessoas. Conforme dados publicados pela Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos no Oriente Médio - UNRWA em 2001, existia um total de cinquenta e nove campos de refugiados palestinos, a grande maioria na Jordânia, Líbano, Síria e Faixa de Gaza, com 1.235.315 palestinos refugiados registrados. A organização e manutenção destes campos de refugiados é feita pela UNRWA, que busca investimentos de países interessados em auxiliar financeiramente.

O Brasil participa ativamente da ajuda internacional prestada a essas pessoas através de doações em dinheiro a UNRWA para a manutenção dos campos de refugiados. Em setembro de 2010, o governo brasileiro doou quinhentos mil dólares para o campo de refugiados Nahr el Bared que fica no Líbano, ao norte de Trípoli. Esse campo abriga cerca de trinta mil refugiados palestinos. De maio a setembro de 2007, houve um enfrentamento entre a milícia Fatah al-Islam e o exército libanês que deixou o campo destruído. Muitas pessoas tiveram de ser retiradas do local e só puderam retornar após as obras de reconstrução do mesmo. O valor

doado pelo governo brasileiro tinha como finalidade contribuir para com as despesas da reconstrução, uma vez que a UNRWA enfrenta uma crise financeira.

Além de ajuda financeira, o governo brasileiro possui um Programa de Reassentamento Solidário estabelecido pela Lei 9474/97, baseada no Estatuto dos Refugiados, que resultou da Convenção de 1951 realizada pela ONU. Resumidamente, a lei brasileira define como refugiado o “*indivíduo que devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país e buscar refúgio em outro*” (ACNUR, 2005). Esta lei criou o CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados, órgão responsável por decidir sobre a aceitação do reconhecimento de refugiado e administrar as ações necessárias à proteção e assistência aos refugiados. Este órgão é submetido ao Ministério da Justiça e é composto por membros representantes do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, do Departamento de Polícia Federal, Órgão não-governamental que se dedique aos refugiados e tem o ACNUR como membro convidado permanente.

Através do Programa de Reassentamento Solidário, o governo brasileiro oferece refúgio e proteção, documentação que comprove sua situação jurídica de refugiado e documento de identidade, carteira profissional e documento de viagem para os indivíduos que se encontrarem nesta situação.

Apesar da boa intenção e organização política do programa brasileiro, o mesmo apresenta falhas que causaram revolta em alguns refugiados palestinos que se estabeleceram no Brasil. Um dos sérios problemas do programa para os refugiados é que o governo brasileiro deixa a cargo do ACNUR a providência dos elementos mais práticos e necessários para o recebimento destas pessoas. O ACNUR, por sua vez, com recursos de doações internacionais, contrata outras instituições para atuar junto aos refugiados.

Essas instituições contratadas pelo ACNUR ficam responsáveis pelo aluguel das casas mobiliadas, a contratação de agentes de integração que os acompanhe em suas diversas atividades durante o período de adaptação, tais como encaminhamento das pessoas às aulas de português e algum curso profissionalizante, acesso aos serviços de saúde e educação públicos.

O programa de reassentamento do governo dura dois anos, prazo em que se espera que os refugiados estejam bem inseridos e aptos a continuarem suas jornadas por própria conta. Durante esse período, os palestinos também têm o pagamento de uma bolsa alimentação proporcional ao número de pessoas de cada família.

Os 117 refugiados que chegaram ao Brasil em 2007 faziam parte de uma comunidade de trinta e quatro mil palestinos refugiados no Iraque desde 1948³. Após a invasão norte-americana, os palestinos que viviam lá sofreram muita violência: foram presos, sequestrados, torturados, uns desapareceram e outros foram encontrados mortos pelas ruas, com grandes marcas de tortura, com membros amputados, deixando em pânico toda a população palestina (ZIADAH, 2007). Ao fugir do Iraque, eles pretendiam entrar na Jordânia, mas foram impedidos e cerca de quatro mil pessoas tiveram de viver durante quatro anos no campo de refugiados de Ruweished.

Segundo ZIADAH (2007), no campo de Ruweished, os refugiados viviam como prisioneiros, impedidos de sair e de receber visitas sem autorização do governo jordaniano, recebiam comida estragada com frequência e as crianças não tinham acesso à escola.

[...] todos os refugiados que vieram para o Brasil e todos estavam nesse campo de refugiados, provavelmente tenham passado pelas mesmas situações. A perseguição, a fuga para esse acampamento até a vinda para o Brasil. Outros foram para outros países. 107 deles vieram para o Brasil. A maioria foi para países europeus, Noruega, Suécia. (Abdel traduzindo a fala de Bahaeldin).

Os refugiados palestinos que chegaram ao Brasil foram divididos pelo ACNUR em algumas cidades do país, cinquenta e oito pessoas foram reassentadas no Estado do Rio Grande do Sul entre as cidades de Sapucaia do Sul, Venâncio Aires, Pelotas, Santa Maria e Rio Grande.

Os refugiados tinham o conhecimento de que estavam amparados pelo Programa de Reassentamento Solidário durante dois anos e que nesse período deviam buscar se adaptar, principalmente, aprendendo a língua portuguesa e um ofício que, com o fim do prazo de auxílio, pudesse lhes conferir sua independência financeira.

No início do programa todos estavam satisfeitos, já que haviam conseguido sair do campo de refugiados. As informações noticiadas por representantes palestinos eram positivas conforme a declaração do presidente da Federação Árabe-Palestina do Brasil, Elayn Taher Aladdin na ocasião do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, vinte e nove de novembro de 2007 (data criada pela ONU em 1977), na Câmara Municipal de Porto Alegre - *“todos já possuem moradia e trabalho, um bom começo para estarem inseridos na sociedade”*.

³ HAYDU, Marcelo. **Os refugiados palestinos: de sua origem ao Brasil**. Artigo publicado no site <http://www.fasm.edu.br>.

Passado cerca de oito meses, um pequeno grupo de palestinos insatisfeitos com as condições de vida no país foram reunir-se em Brasília em frente à sede do ACNUR para reclamar o que consideravam como descumprimento das promessas feitas no campo de refugiados Ruweished e solicitar o reassentamento em outro país.⁴

As reclamações diziam respeito, principalmente, aos serviços de saúde pública, pois entre o grupo de refugiados havia pessoas idosas e doentes, com problemas graves de saúde a serem tratados, como diabéticos, problemas psicológicos, cardíacos e de coluna. Eles esperavam ter um tratamento médico especializado, mas tiveram somente consultas em postos de saúde do Sistema Único de Saúde, sem realizar os exames necessários, além de ter de esperar horas nas filas.

Outros problemas eram o valor da bolsa alimentação, que consideravam insuficiente para pagar, além dos alimentos, contas de água, luz, gás. Também encontraram dificuldade em aprender a língua e encontrar trabalho, diziam não ser possível trabalhar e frequentar as aulas de português ao mesmo tempo. Algumas pessoas não conseguiram fazer nenhum curso profissionalizante, como aconteceu com Bahaeldin, que apresenta transtornos psicológicos causados pelas torturas sofridas ainda no Iraque.

Ele é uma vítima. [...] Ficou sequestrado durante três dias, foi torturado para confessar o que ele não sabe. Aí ele foi obrigado a sair do país e fugir das milícias xiitas do Iraque. Ele é submetido a tratamentos psicológicos em consequência das torturas que ele sofreu.

Em meio às condições que ele vive aqui, ele solicitou para o ACNUR o retorno ao Oriente. Porque esse acampamento do qual nós falamos foi desmontado. Todas as pessoas que estavam lá são os últimos 107 que o Brasil acolheu, para “limpar” o acampamento. Então tem um segundo acampamento que estaria nas fronteiras com a Síria, que é pra onde ele solicitou o retorno, porque aqui ele vê que, num futuro próximo, vai para a rua. Porque nos últimos três meses não receberam salários, não tem nenhuma assistência e tem os problemas pessoais que ele sofre. Se ele retornar poderia achar algum familiar, estaria mais perto lá. Então ele está solicitando a saída do país, não está conseguindo pensar em ficar aqui, dentro das condições em que ele está. (Abdel traduzindo a fala de Bahaeldin).

Segundo o ACNUR, os palestinos refugiados no Brasil foram rejeitados por todos os outros países que têm programas de reassentamento, em função de serem, em sua maioria, pessoas mais velhas ou com problemas de saúde. O ACNUR declarou que os problemas que surgiram eram normais, inerentes a qualquer processo de adaptação e que não tinham como atender ao pedido de reassentá-los em outro país, porque, antes seria necessário que o país

⁴ LABOISSIÈRE, Paula. **Palestinos acampados em Brasília querem deixar o país**. Artigo publicado no site <http://www.agenciabrasil.gov.br>.

almejado quisesse aceitá-los. Ainda informou que em visitas realizadas às cidades onde estavam os refugiados, perceberam que não existiam problemas graves, já que os problemas de atendimento na rede pública de saúde fazem parte da realidade do Brasil e são enfrentados cotidianamente pelos brasileiros.

Juntamente com Bahaeldin, teve um outro refugiado da comunidade Palestina de Santa Maria que participou do protesto em Brasília. O outro homem, que tinha esposa e dois filhos na cidade, conseguiu auxílio financeiro da comunidade palestina de Brasília e foram embora para o Sudão. A esposa deste homem já estava aprendendo a língua portuguesa e seus filhos estavam frequentando a escola regularmente, mas o marido, insatisfeito com a situação, a impediu de continuar estudando português e decidiu ir embora do país.

A adaptação dos demais refugiados palestinos em Santa Maria foi um processo difícil, tendo como principal empecilho o não-aprendizado da língua portuguesa e a dificuldade de encontrarem emprego. Contudo, com a ajuda de imigrantes da comunidade os novos refugiados estão se integrando, muitas pessoas já estão trabalhando, as crianças estão estudando. É um processo que está ocorrendo dentro dos padrões do programa brasileiro.

Diante das questões apresentadas, constata-se a carência de estudos acadêmicos da área da História sobre a cultura árabe-palestina em Santa Maria, fazendo com que as principais fontes de embasamento teórico para a realização do capítulo findo fossem estudos da disciplina das ciências sociais. Além da necessidade de estudos para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre o assunto, a produção de novas pesquisas e olhares diferentes do mesmo tema, possibilitariam, aos poucos, uma maior compreensão da sociedade santamariense sobre o arabismo, o islamismo e a maneira como os palestinos inserem-se na nossa cultura.

CONCLUSÃO

Enquanto são escritas as últimas páginas deste trabalho, milhões de palestinos que vivem na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Israel ou em um dos campos de refugiados espalhados pelo Oriente Médio lutam diariamente pela sua sobrevivência e pelo direito de retorno à Palestina. Esse direito de retorno significa para alguns radicais que não reconhecem o direito de existência de Israel, a retomada de todo o território da antiga Palestina, para outros significa apenas o direito de ser livre dentro dos limites dos territórios que lhes sobrou – Faixa de Gaza e Cisjordânia e, para a grande maioria significa reconquistar o espaço reservado a Palestina pelo Plano de Partilha da ONU, que foi ocupado por Israel em 1967.

A maioria da população que vive nessas regiões, enfrenta muitas dificuldades para obter os elementos mais básicos, inerentes à sobrevivência humana, tais como alimentos, água, remédios, e acessos a serviços de saúde, educação, etc. A tudo isso ainda é somado o clima tenso de perseguição cotidiana, pois os espaços reservados aos palestinos, como bairros, ruas, são vigiados e militarmente controlados por Israel. Para poder visitar algum parente ou amigo, na distância de 1 km, uma pessoa palestina precisa parar em postos de controle israelenses, mostrar seus documentos e aguardar, por vezes, durante horas, até que haja boa vontade do militar em permitir sua passagem. Nessas ocasiões, muitas vezes, ocorrem todos os tipos de humilhações e maus-tratos.

A saúde física e emocional de boa parte da população está comprometida de alguma forma, quase todas as crianças estão subnutridas, a maioria dos pais de família está desempregado e, para conseguirem dar sustento à família precisam se sujeitar a arrumar emprego dentro de Israel, onde, além dos maus tratos, recebem salário de miséria, bem diferente do que um cidadão israelense receberia para desempenhar a mesma função.

Os soldados israelenses agem com muita crueldade com o povo palestino e fazem vista grossa quando ocorre algum tipo de crime civil, de judeu contra palestino. Dentro das tropas militares israelenses existem campanhas de extermínio da população palestina, com mensagens estampadas em camisetas, como exemplo, uma contendo a frase “um tiro, duas mortes”, em inglês, junto à imagem de uma mulher palestina grávida, (ver anexo ...).

Além disso, o clima de guerra na região da Faixa de Gaza é constante, pois como Israel continua a implementar políticas de usurpação dos direitos do povo palestino e, tendo apoio total dos Estados, a ONU não consegue impor suas resoluções e acabar com o conflito, os

grupos militares palestinos, como o Hamas continuam respondendo com ataques aos soldados israelenses e, às vezes atacando até civis. Assim, o cenário na região é de destruição, de pobreza, de tristeza total.

[...] Israel permanece com controle total de 2,1% de toda a área da Cisjordânia, onde há instalados 190 assentamentos judaicos e 74 postos militares, e o controle militar de outros 89,4%. Aos palestinos resta a opção de permanecerem enclausurados nos inúmeros cantões que compõem os 8,5% da Cisjordânia sob controle civil e militar palestino, sujeitos a frequentes incursões punitivas israelenses e a restrição de movimentos. Na Faixa de Gaza, mais de um milhão de palestinos vivem enclausurados por cercas elétricas numa região de 360 quilômetros quadrados, uma das áreas mais densamente povoadas do mundo. (GATAZ, 2003, p. 220).

É de conhecimento da ONU, dos Estados Unidos e de todas as principais potências mundiais, os horrores cometidos pelos israelenses na antiga Palestina. Não há como negar que o que ocorreu na Palestina foi uma Limpeza Étnica⁵ (PAPPÉ, 2006), em função da qual 750 mil palestinos foram expatriados em 1948, e continuaram sendo expulsos com o passar dos anos, as aldeias e cidades foram destruídas, gerando um saldo atual de 4 milhões de palestinos refugiados. Mulheres grávidas tiveram suas gestações interrompidas com baionetas rasgando seus ventres, muitas tiveram de assistir seus maridos e filhos enfileirados em pé, esperando para caírem mortos após cada tiro dado por soldados judeus e muitos pais de família presenciaram o estupro de suas filhas e esposas. Depois de toda essa cena de terror, os pobres sobreviventes eram colocados em marcha para fora de sua terra, com a roupa do corpo. Não há como negar que a origem do êxodo palestino foi o terrorismo sionista, iniciado nos anos 1930.

Estudiosos imaginam agora, a partir das análises sobre as últimas manobras do governo israelense, que retirou da Faixa de Gaza, em agosto de 2005, oito mil colonos judeus e quinze mil soldados, que o objetivo atual de Israel seja construir a Palestina na Faixa de Gaza somente, tomando para si todo o território da Cisjordânia e, incluindo a cidade de Jerusalém.

Os palestinos que migraram para outros continentes ou que se refugiaram têm acompanhado todos os acontecimentos através, principalmente, de canais de televisão árabes e de sites da internet. Assim, mesmo que estejam estabelecidos em suas novas pátrias como expressam os que vieram para o Brasil e não tenham o objetivo de voltar, incomodam-se com a permanência do conflito e com a injustiça com o povo palestino que já dura mais de meio século.

⁵ Limpeza étnica é a ação de um determinado grupo humano de eliminação de outro grupo humano considerado indesejável. É considerado um crime contra a humanidade, punido pelo direito internacional.

O sofrimento do povo palestino não termina quando conseguem refugiar-se em países de fora do Oriente Médio, pois muitas vezes são separados de seus familiares e conhecidos, tendo de recomeçar a vida do zero em locais de língua e culturas muito diferentes da sua.

É louvável a atitude do governo brasileiro, que tem se envolvido com a Questão Palestina, seja através de doações ou empréstimo de valores para as manutenções dos campos de refugiados, seja através do Programa de Reassentamento Solidário. O Brasil aceitou receber pessoas com problemas de saúde e idades avançadas, que, certamente, teriam maior dificuldade de adaptação e integração à sociedade brasileira. Proporcionou esperança de uma vida melhor a pessoas sofridas, possibilidade de recomeço, de reconstrução de suas vidas, coisa que muitos países desenvolvidos não tiveram a preocupação de fazer.

Felizmente, grande parte dos refugiados que vieram para o Brasil em 2007 conseguiram se adaptar, aprenderam a língua portuguesa e estão acostumando-se aos poucos com a maneira de viver brasileira. Alguns conseguiram trabalho, outros ainda não e contam com a ajuda dos imigrantes da comunidade palestina para continuarem suas jornadas.

Há que se ressaltar que os problemas enfrentados pelos refugiados palestinos que realizaram o protesto em Brasília em frente à sede do ACNUR, de acesso a tratamentos de saúde e de conseguir emprego, são os mesmos enfrentados, pelos brasileiros que dependem dos serviços públicos. Sendo assim, não cabe culpar ao ACNUR pelas dificuldades encontradas, cabe sim ao governo brasileiro repensar seu programa de reassentamento de refugiados e organizá-lo de maneira diferente para atender melhor essas pessoas.

Seria interessante o próprio Estado brasileiro assumir todas as responsabilidades para com os refugiados, ao invés de delegar funções ao ACNUR que, por sua vez também repassa suas responsabilidades para outras instituições, como acontece hoje. O Programa de Reassentamento Solidário pode se tornar mais eficiente se fizer como o Canadá, onde os programas de reassentamento são realizados diretamente pelo governo, que analisa as condições dos refugiados antes mesmo destes entrarem em seu país e conta com a participação das comunidades palestinas locais já estabelecidas.

O objetivo do programa de reassentamento é dar proteção às vítimas, o que significa sua total integração social no país receptor, para que possam vir a conquistar um novo lar neste país que os acolheu e possam compartilhar do sentimento de gratidão e amor pelo Brasil como expressaram todos os imigrantes palestinos entrevistados.

Cheguei em época de carnaval. Pra mim que saí de uma cidade pequena, colônia assim, cair direto em São Paulo, pra mim foi “um outro mundo”! Em pleno carnaval, as pessoas estavam em pleno desfile, eu achei que ou eu estava louca ou eu estava

em um país de loucos, mas aos poucos a gente vai se adaptando. E pra mim agora o Brasil é um país de primeiro mundo, o país das maravilhas. (Yusra).

Assim, cumpre-se com esse trabalho a proposta de registrar e denunciar os abusos sofridos historicamente pelos palestinos, em função dos interesses de Israel e dos Estados Unidos; a impotência do ONU frente à problemática; e a valorização da vivência de cada um dos sujeitos históricos que contribuíram para o registro dessa parte da história palestina que se passa dentro da história do Brasil.

Como educador, através do ensino desse conteúdo, também se possibilita o conhecimento de mais pessoas sobre a Questão Palestina e se incentiva a consciência solidária da população santa-mariense, de maneira que se torne mais tolerante, mais respeitadora, menos preconceituosa e mais humana com as pessoas de todas as culturas.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Lei 9474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados**. Brasília, 2005.

ASFORA, João Sales. **Palestinos: a saga de seus descendentes**. 2ª ed. Recife: Editora Primeira Edição, 2003.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucília da Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GAARDER, Jostein. **O livro das religiões**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GATAZ, André. Castanheira. **A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel a Nova Intifada**. 2ª ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

HAMID, Sônia C. 2007. **Entre a Guerra e o Gênero: Memória e Identidade de Mulheres Palestinas de Brasília**. Dissertação de Mestrado, PPGAS, UnB. Brasília.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade**. Chuí/RS. 2000. 492 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) UFRJ. Rio de Janeiro.

KAMEL, Ali. **Sobre o Islã: a afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MORALES, Neida Ceccim. **Imigração e memória: histórias de imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul**. 2004. 233 p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) UFSM. Santa Maria.

MORÊZ, Francielli. **O refúgio e a questão da identificação oficial dos refugiados no Brasil**. Revista Direitos Fundamentais e Democracia. Vol. 5. UNIBRASIL, 2009.

PAPPÉ, Ilan. **La limpieza étnica de Palestina**. Barcelona: Memória Crítica, 2006.

SOARES, Jurandir. **Israel X Palestina: as raízes do ódio**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

YAZBEK, Mustafa. **O movimento palestino**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **Palestinos em busca da pátria**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2000.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

HAYDU, Marcelo. **Os refugiados palestinos: de sua origem ao Brasil**. Disponível em: <http://www.fasm.edu.br>.

LABOISSIÈRE, Paula. **Palestinos acampados em Brasília querem deixar o país**. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/06/22/materia.2008-06-22.8135734957/view>

ZIADAH, Rafeef. **A Intifada Eletrônica**, 11 de março de 2007. Disponível em: <http://perspectivaoriental.com/Brasil%20recebe%20grupo%20de%20refugiados%20palestinos.html>. Acesso em 23 de março de 2011.

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo da Carta de Cessão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Projeto de pesquisa: “**Os Palestinos Refugiados em Santa Maria – RS/Brasil**”

CARTA DE CESSÃO

Eu _____, atualmente
_____, CPF _____, residente na cidade
_____ (AUTORIZO E CONCEDO) a **Camilla Meneguel
Arenhart**, pós-graduanda do curso de Especialização em História do Brasil da UFSM
(matrícula 2960014), sob orientação da professora Ms. Neida Ceccim Morales, os direitos de
publicar integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citação, minha entrevista
gravada no dia 19 de outubro de 2009.

Santa Maria, ____ de março de 2010.

Assinatura.

Apêndice B – Carta de Cessão de Yusra Zardeh.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Projeto de pesquisa: “Os Palestinos Refugiados em Santa Maria – RS/Brasil”

CARTA DE CESSÃO

Eu YUSRA ZARDEH, atualmente _____, CPF _____, residente na cidade SANTA MARIA (AUTORIZO E CONCEDO) a **Camilla Meneguel Arenhart**, pós-graduanda do curso de Especialização em História do Brasil da UFSM (matrícula 2960014), sob orientação da professora Ms. Neida Ceccin Morales, os direitos de publicar integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citação, minha entrevista gravada no dia _____.

Santa Maria, 01 de março de 2010.

Yusra Zardeh Assinatura.

Apêndice C – Carta de Cessão Najah Samara Alkatib e Jamil Alkatib.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Projeto de pesquisa: “Os Palestinos Refugiados em Santa Maria – RS/Brasil”

CARTA DE CESSÃO

Eu Najah Samara Al Katib, atualmente Agente de Integração, CPF _____, residente na cidade Santa Maria (AUTORIZO E CONCEDO) a **Camilla Meneguel Arenhart**, pós-graduanda do curso de Especialização em História do Brasil da UFSM (matrícula 2960014), sob orientação da professora Ms. Neida Ceccim Morales, os direitos de publicar integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citação, minha entrevista gravada no dia 08 de março de 2010.

Santa Maria, 12 de março de 2010.



Assinatura.

Apêndice D – Carta de Cessão de Abdel Samara Admad.

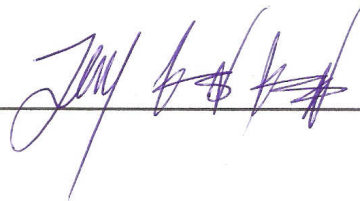
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Projeto de pesquisa: “Os Palestinos Refugiados em Santa Maria – RS/Brasil”

CARTA DE CESSÃO

Eu ABDEL Rahman Admad atualmente
Comerciante, CPF _____, residente na
cidade Santa Maria (AUTORIZO E CONCEDO) a **Camilla
Meneguel Arenhart**, pós-graduanda do curso de Especialização em História do Brasil
da UFSM (matrícula 2960014), sob orientação da professora Ms. Neida Ceccim
Morales, os direitos de publicar integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e
citação, minha entrevista gravada no dia 19 de outubro de 2009.

Santa Maria, 12 de março de 2010.



Assinatura.

Apêndice E – Carta de Cessão de Nessin Samara.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Projeto de pesquisa: “Os Palestinos Refugiados em Santa Maria – RS/Brasil”

CARTA DE CESSÃO

Eu Nessin Samara, atualmente
_____, CPF _____, residente na
cidade Santa maria (AUTORIZO E CONCEDO) a **Camilla
Meneguel Arenhart**, pós-graduanda do curso de Especialização em História do Brasil
da UFSM (matrícula 2960014), sob orientação da professora Ms. Neida Ceccim
Morales, os direitos de publicar integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e
citação, minha entrevista gravada no dia 10 de fevereiro de 2009.

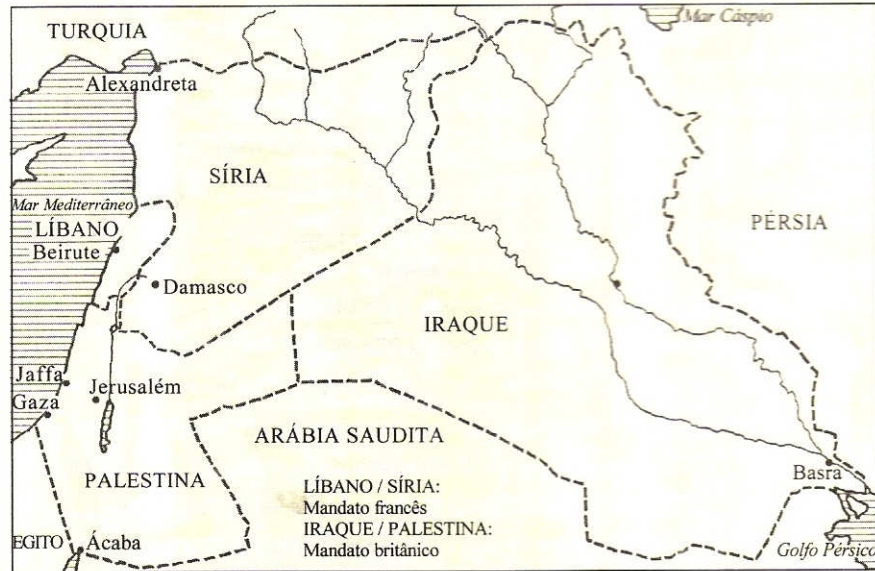
Santa Maria, 12 de março de 2010.



Assinatura.

ANEXOS

Anexo A – Mapa retirado do livro de GATAZ, 2003, p. 51.

Mapa 3 ■ *Tratados de Sèvres / Lausanne*Fonte: DODD & SALES, *Israel and the Arab World*, p. 31.

Anexo B – Texto retirado da revista Nova Escola, Ano 2009.**ISRAEL: MUDANÇA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

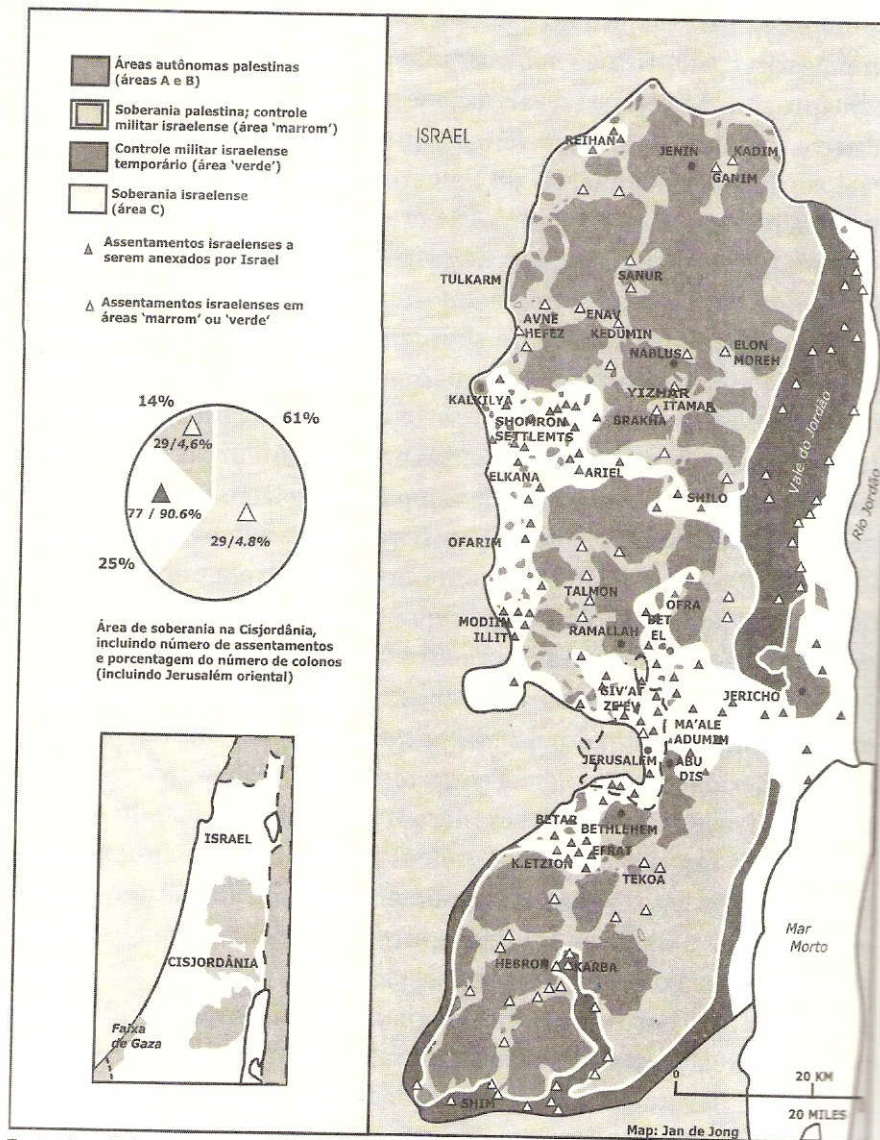
■ Após a vitória do ultraconservador Binyamin Netanyahu nas eleições de fevereiro em Israel, Gideon Saar, do partido de direita Likud, assumiu o ministério de Educação do país. Aproximadamente cinco meses depois de sua posse, o novo ministro já anunciou uma medida polêmica: a exclusão da narrativa palestina sobre o conflito entre israelenses e palestinos do currículo escolar. A explicação sobre a Nakba (catástrofe), termo usado pelos palestinos para

relatar a criação do Estado de Israel, será suprimida dos livros didáticos. O relato foi introduzido nas escolas árabes de Israel em 2007, durante o governo do trabalhista Ehud Olmert. Sobre a justificativa, Gideon foi taxativo: "não há razão alguma para que, no currículo escolar oficial do Estado de Israel, a criação do Estado seja apresentada como uma catástrofe". E completou: "o sistema de educação não deve contribuir para abalar a legitimidade do Estado".

Menino judeu
no Muro das
Lamentações,
em Jerusalém

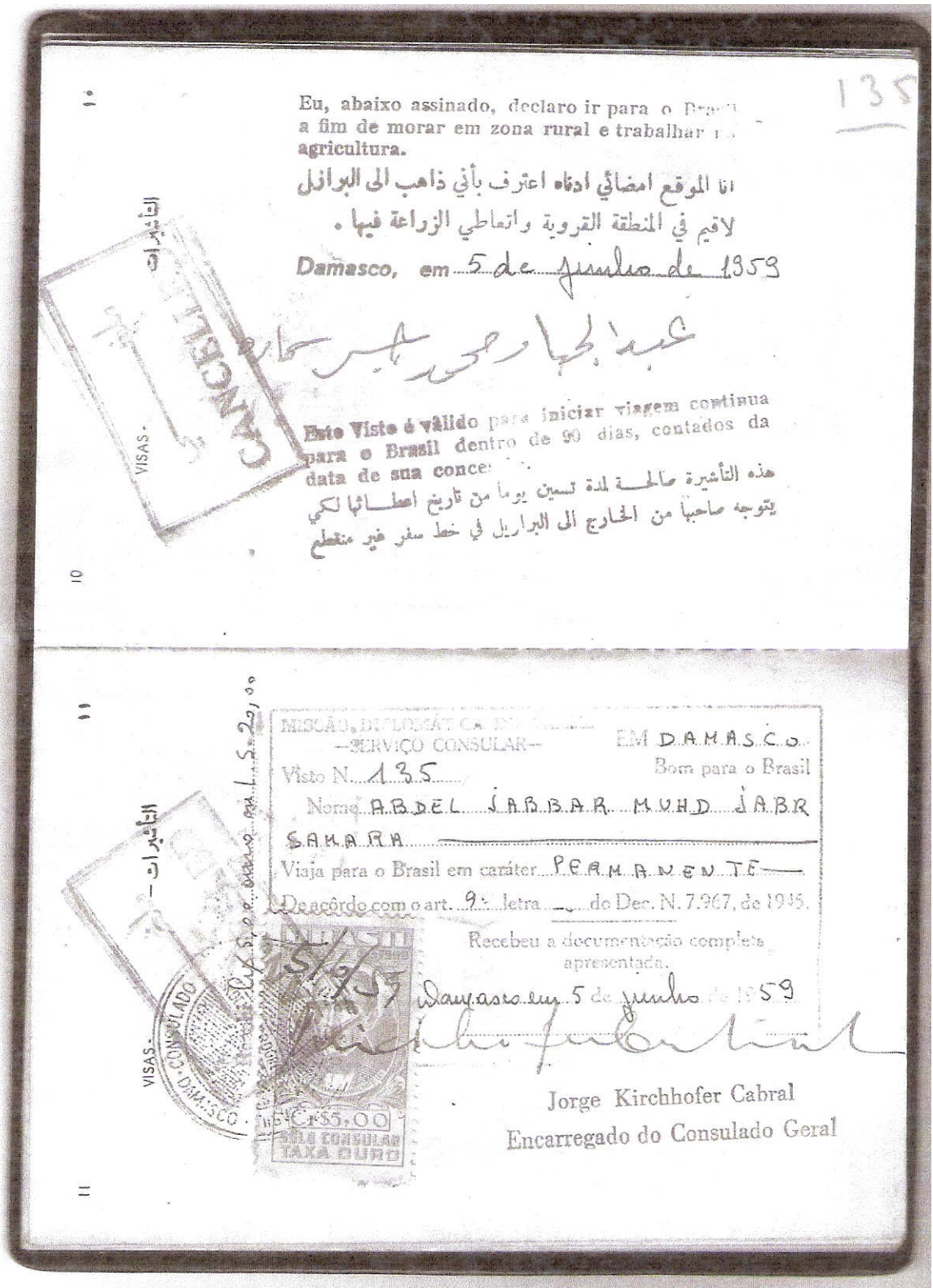
Anexo C – Mapa retirado do livro de GATAZ, 2003, p. 186.

Mapa 6 ■
 Proposta israelense para o Estado Palestino -
 Acordo de Camp David (2000)



Fonte: SAID, *Palestinians under siege*, p. 36.

Anexo D – Passaporte de Abdel Samara, pai de Nessin Samara, ao chegar ao Brasil em 1959.



Anexo E – Passaporte de Nessin Samara ao chegar ao Brasil em 1971.

O prazo de validade de 90 dias do presente visto não deve estar esgotado no momento do desembarque no Brasil.
This visa is valid for debarkation in Brazil within 90 days of the date of issue.

Interessado declara estar ciente de que nenhuma legalização posterior poderá ser feita para a introdução de seus bens no Brasil.

REUNIÃO FAMILIAR

ATE DA SERE
 OFÍCIO Nº 04 DE 21/X/1970.

9

MISSÃO DIPLOMÁTICA DO BRASIL
- SERVIÇO CONSULAR -

EM Tel-Aviv

Visto n. 142 Bom para o Brasil

Nome NESSIM SEMARA

Viaja para o Brasil em caráter PERMANENTE

de acordo com o art. 10 Item I do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.

Recebeu a documentação completa apresentada

TELAVIV, 25 de MARÇO de 1971

Debora R. Jaeger
Encarregado do Serviço Consular

Recebi em 5 de março de 1971
 18.50
 TAB 704